

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
MEIO AMBIENTE



Programa de Mestrado em
Desenvolvimento Regional
e Meio Ambiente
STRICTO SENSU

A FORMATAÇÃO DO BANCO COMUNITÁRIO LIBERDADE EM
MANAUS: BLOQUEIOS E PERSPECTIVAS

MARA CRISTINA MAIA DA SILVA

ARARAQUARA
2013

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
MEIO AMBIENTE

A FORMATAÇÃO DO BANCO COMUNITÁRIO LIBERDADE EM
MANAUS: BLOQUEIOS E PERSPECTIVAS



Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, curso de Mestrado, do Centro Universitário de Araraquara – UNIARA - como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra. Área de concentração: Dinâmica Regional e Alternativas de Sustentabilidade.

Orientador: Prof. Dr. Zildo Gallo



Centro Universitário de Araraquara

Rua Voluntários da Pátria, 1309 - Centro - Araraquara - SP
CEP 14801-320 - Caixa Postal 68 - Fone/Fax: (16) 3301-7100

www.uniara.com.br

FOLHA DE APROVAÇÃO

NOME DO ALUNO: Mara Cristina Maia da Silva

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, curso de Mestrado, do Centro Universitário de Araraquara – UNIARA – como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Dinâmica Regional e Alternativas de Sustentabilidade,

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Zildo Gallo
UNIARA - Araraquara

Prof. Dr. Sérgio Azevedo Fonseca
UNESP - Araraquara

Profa. Dra. Vera Lúcia S. Botta Ferrante
UNIARA - Araraquara

Araraquara – SP, 27 de março de 2013.

*Dedico este trabalho a Zeneide Maia,
que com simplicidade soube de maneira
irretocável nos dar sustentação familiar
ensinado valores, nos
garantindo direitos e nos apontando
deveres, sob os quais traçamos nossas vidas e pautamos nossos
objetivos.*

*Grande incentivadora, presença constante, companhia
diária.*

*Seu amor me encanta. Sua força me orgulha.
Por carregar alma e emoção, oferece um símbolo de caráter
autônomo plasmado no sorriso, fruto da tua alma.*

*A tua harmonia, o frescor, os sons, os céus, silêncio, e
cores, e perfume, e vida estão sempre na minha memória
e no meu espírito.*

Assim tu es assim eu te amo!

Gonçalves Dias.

AGRADECIMENTOS

À Vida! Ao amor, a alegria, ao riso, a possibilidade de experimentar da vida por vezes inesperadamente surpreendente e maravilhosa. Ao momento presente! Ao que somos, ao que pensamentos, ao que sentimos e ao que podemos ser.

À minha mãe, por toda partilha ensinamentos, incentivos e estímulos. Este trabalho é fruto da sua dedicação e parceria. Agradeço a sua presença diária, tu es sem dúvida um ser onipresente na minha vida.

A minha família em pelo incentivo e presença.

Ao meu sobrinho Murilo Maia pela gratuidade, seu riso largo tornou minha vida mais suave, encurtando as distâncias, amenizando a saudade.

A amiga Simone Sindeaux pelas conversas informais suavizando o compromisso e, reafirmado a amizade.

Um agradecimento carinhoso a Professora Vera Botta pela atenção dispensada em um momento tão especial! Obrigada pela presença, por sua competência, experiência, amizade, sabedoria e, sobretudo sua delicadeza.

Ao Professor Sérgio Fonseca. Um agradecimento especial ao empenho profissional, sensibilidade humana, competência, e cuidado demonstrados. Obrigada pelo dia de hoje. Sou grata pela contribuição.

Ao meu orientador, Professor Zildo Gallo pela orientação e partilha das dúvidas, sugestões e por apontar caminhos.

A Coordenação do Curso pela oportunidade, confiança depositada e presteza no apoio necessário.

A todos os Professores do Programa que tive a oportunidade de conviver, pela orientação e conhecimentos partilhados.

A Angélica Kopke, minha amiga querida! Pelos momentos engraçados, mas nem por isso menos “tensos” que passamos. Pela simpatia descompromissada e sempre disponível. Uma risada foi muitas vezes o combustível para o passo seguinte.

A Keila, tu tens um espaço especial neste projeto, pela paciência e disponibilidade, demonstrada nas longas horas de conversas virtuais, incessantes, de maneira tão voluntária e desprendida. Obrigada pela tua simplicidade, é algo verdadeiramente encantador.

Aos meus colegas de mestrado, sobretudo pela solidariedade, pela socialização do conhecimento, pela partilha de experiências, de cultura, de “jeitos”, modos e valores. Obrigada pelas diferenças, que me possibilitou novas interpretações, novas maneiras de perceber e lidar com esse universo tão rico, mas tão contraditório.

Ao João Batista Prestes, pela qualidade da informação e a clareza de raciocínio. Relevância, concisão e simplicidade na comunicação, aspectos determinantes para o sucesso da pesquisa.

Um sincero e carinhoso agradecimento, a Domício Gamenha, tu foste uma valiosa fonte de conhecimento, mediando encontros em busca de informações, abrindo portas e mostrando possibilidades.

Ao Clay Esteves, obrigada por participar desse desafio comigo. Pelas discussões e interesse constante pelo meu trabalho.

Agradeço a Ecosol instituição que me recebeu com carinho, sempre dispostos a colaborar com o trabalho.

A Equipe do Banco Liberdade, em especial o Sr. Aidenor coordenador responsável pela unidade, que pacientemente me recebeu e muito me favoreceu esse trabalho de pesquisa.

Um agradecimento especial a todos os amigos da OSEL, associação que trabalha pela conscientização. Obrigada pela colaboração e pelo apoio que recebi durante minha permanência na sede da Organização. Apresento à direção meus agradecimentos.

As funcionárias do Mestrado Ivani, Fernanda, Luciana, Silvia, Camila e Letícia. Obrigada pela acolhida, orientação e convivência nesse período.

Agradecimento a Capes pelo auxílio à pesquisa através da bolsa de Mestrado.

*“A melhor maneira de ser universal é narrar bem a sua
aldeia”.*

Fiódor Dostoiévsk

RESUMO

A região norte do Brasil é um espaço marcado por contradições do desenvolvimento. Esse quadro de desequilíbrio entre crescimento econômico e desenvolvimento social gerou distorções nos níveis de desigualdades o que mobilizou setores da sociedade na busca de alternativas para combatê-las. Dada a dimensão estrutural e multidimensional da pobreza no Brasil, tais esforços têm possibilitado melhoras expressivas nos indicadores sociais, porém ainda predominam ações fragmentadas, compensatórias e insuficientes. Diante desse contexto, o presente trabalho se propõe analisar a concessão de Microcrédito através do Banco Comunitário Liberdade, em Manaus, para a concretização do desenvolvimento local e inclusão social. A pesquisa mostrou que a utilização da moeda social circulante *Tucumã* interfere na vida econômica e social de pequenos empreendedores, gerando efeitos positivos. O estudo mostra a dinâmica social do Banco Comunitário, com o foco em microfinança e suas formas de interações na construção de uma ação pública com um caráter democrático ao controle social permitindo sua operacionalização de forma conjunta.

Palavras-chave: Economia Solidária, Microcrédito, Moeda Social, Bancos Comunitários, Manaus.

ABSTRACT

The northern Brazil is an area marked by contradictions of development. This picture of imbalance between economic growth and social development has generated distortions in the levels of inequality that mobilized society sectors in searching for alternatives to combat them. In view of the structural dimension and multidimensional poverty in Brazil, such efforts have enabled significant improvements in social indicators, but still predominate actions fragmented and inadequate compensation. In this context, the present study aims to analyze the granting of Microcredit through the Freedom Community Bank, in Manaus, to the realization of local development and social inclusion. The research has showed that the use of the social currency Tucumã generating positive effects in economic and social life of small entrepreneurs. The study shows the social dynamics of Community Bank, with the focus on microfinance and their interaction forms in building of a public action with a democratic character to social control allowing its jointed operation.

Keywords: Solidarity Economy, Microcredit, Social Currency, Community Banks, Manaus.

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1: Bancos Comunitários implementados pelo Instituto Capital Social da Amazônia na Região Norte.....	48
Quadro 2: Parceiros do Projeto Bancos Comunitários na Amazônia.	49
Quadro 3: As funções da equipe do Banco Comunitário Liberdade	69
Quadro 4: Dependências do Banco Comunitário Liberdade	70
Quadro 5: Estruturas de Gestão: Atribuições (REFAZER QUADRO).....	70
Quadro 6: Produtos Banco Liberdade	73
Quadro 7: Limite para concessão de crédito	73
Quadro 8: Linhas de crédito em Moeda Social Tucumã	75
Quadro 9: Critérios para concessão de crédito	75
Quadro 10: Parcerias Governamentais do BL	76
Quadro 11: Parcerias não Governamentais do BL (REFAZER QUADRO).....	77
Tabela 1 - Total de Unidades de Ensino no Município de Manaus.....	52
Tabela 2 - Unidades de Sa~udade na Capital (governo estadual)	54
Tabela 3 - Entrevistas com as Organizações envolvidas	84

LISTA DE FIGURAS E MAPAS

Figura 1: Campo da Economia Solidária no Brasil	33
Figura 2: Definições de microfinanças e de microcrédito	35
Figura 3 - Quantidade Regional de contas correntes abertas em %	37
Figura 4 - Conceito de microfinanças, microcrédito e MPO.....	39
Figura 5 - Conceitos de Microfinanças	42
Figura 6 - Visão Panorâmica da cidade de Manaus.....	50
Figura 7 - Demonstrativo Educacional de Manaus em 2010.....	53
Figura 8 - Demonstrativo principais casos de Doenças - 2010	54
Figura 9 - Demografia de Manaus	56
Figura 11 - Mostra o mapa do Amazonas destacando a cidade de Manaus	58
Figura 12: Entrada para o Morro da Liberdade	61
Figura 13: Faixada do Banco Comunitário Liberdade	62
Figura 14: Moeda da Social Tucumã.....	66
Figura 15: Moeda da Social: dois e cinco Tucumãs	66
Figura 16: Sede da Agência de Desenvolvimento Local do Cajual.	68

LISTA DE SIGLAS

ADL	Agência de Desenvolvimento Local
AITEC	Assistência Técnica Internacional
ASMOCONP	Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras
AM	Amazonas
AEESC	Associação dos Empreendimentos Econômicos Solidários
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
BL	Banco Liberdade
CAC	Conselho de Aprovação de Crédito
ECOSOL	Economia Solidária Municipal
EES	Empreendimentos e Economia Solidária
FEBRABAN	Federação Brasileira dos Bancos
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FESM	Fórum Municipal de Economia Solidária de Manaus
FAES	Fórum Amapaense de Economia Solidária
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMFs	Instituições Microfinanceiras
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IFCs	Instituições Financeiras Convencionais
ICSA	Instituto Capital Social da Amazônia
MTE	Ministério de Trabalho e Emprego
MF	Microfinanças
MT	Ministério do Turismo
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização não Governamental
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OSEL	Organização Social Ecoando Liberdade
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PNMPO	Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado
PACT2	Associação de Organizações Não Governamentais (ONGs) dos Estados Unidos

PIB	Produto Interno Bruto
PROFITEC	Programa de Qualificação Profissional
PMM	Prefeitura Municipal de Manaus
PIM	Polo Industrial de Manaus
SIES	Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária
SEMTRAD	Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento
SEPLAN	Secretaria de Planejamento
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SINE	Sistema Nacional de Empregos
UNO	União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UnB	Universidade de Brasília
ZFM	Zona Franca de Manaus

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	21
1 CONCEITOS E CONSIDERAÇÕES SOBRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA	27
1.1 Microfinanças e Economia Solidária: instrumentos de combate a pobreza.....	34
1.2 Microcrédito.....	38
1.3 MCC: Microcrédito para Consumo.....	41
1.4 MPO: Microcrédito Produtivo e Orientado.....	42
1.5 Os Bancos Comunitários.....	44
1.6 Banco Palmas: Pioneirismo Brasileiro.....	45
1.7 Bancos Comunitários fundados pelo ICESA na região Norte.....	47
2 PERFIL SOCIAL DA CIDADE DE MANAUS.....	50
2.1 O índice de Desenvolvimento Humano	51
3 SUJEITOS DA PESQUISA	59
3.1 O Morro da Liberdade.....	59
3.2 Banco Liberdade - Manaus/AM.....	62
3.3 A Moeda Social Tucumã.....	64
3.4 Estrutura Organizacional.....	67
3.5 Os produtos do Banco Liberdade.....	72
3.6 Parcerias Institucionais e Financiadores	76
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	120
ANEXO A – Roteiro De Pesquisa Respondido Pelo Instituto Capital Social Da Amazônia.....	131
ANEXO B – Roteiro de pesquisa respondido pela organização social ecoando liberdade....	134
ANEXO C – Roteiro de pesquisa respondido pelo banco comunitário liberdade.....	137
ANEXO D – Roteiro de pesquisa respondido pelo comitê gestor do banco comunitário.....	140
ANEXO E – Roteiro de pesquisa respondido pelos usuários do banco.	142

INTRODUÇÃO

A região Norte do Brasil é notadamente um espaço com ampla característica de desigualdade social. Atualmente as características das diferenças se baseiam em aspectos ditos básicos, como bens materiais, etnia, sexo, religião, cultura entre outros. Com forte percepção entre os contrastes físicos das sociedades.

Contudo a desigualdade social assume aspectos distintos porque é constituída de um conjunto de elementos econômicos, políticos e culturais próprios de cada espaço geográfico.

As desigualdades podem ser entendidas como relações sociais contraditórias dando origem a um sistema social excludente ou insuficiente no que se refere a acessos de sua população.

Diante da constatação dessas diferenças surge como perspectiva o aprofundamento de ideia de autogestão com dimensão necessariamente social, dialogando com os espaços econômicos de mercado com objetivos de inclusão. O que tornou redundante a formação de estratégias para a formação de mercados alternativos correlacionando atores baseados no “fazer as coisas através das pessoas”.

O nosso desejo de investigar o tema, ora em pauta, vincula-se a uma questão que a nós se impõe pela curiosidade e interesse: “Identificar os pontos vulneráveis na composição de um Banco Comunitário de Desenvolvimento”.

Ademais, destaca-se como fundamental a pesquisa sobre economia solidária enfocando particularmente a experiência do Banco Comunitário Liberdade, porquanto é preciso compreender o seu processo de implementação como variável esclarecedora dos pontos questionados no trabalho.

Esta pesquisa apresentará os resultados da investigação realizada no Morro da Liberdade em Manaus, junto aos atores envolvidos no projeto Bancos Comunitários na Amazônia. Com o propósito de avaliar os pontos frágeis no processo de constituição da organização e perceber as perspectivas dos usuários a partir de sua implementação de suas ações de promoção de ocupação e renda, durante os oito meses de sua implantação.

Com base em nossa pesquisa de campo e na literatura relacionada à temática dessa dissertação - Banco Comunitário Liberdade bloqueios e perspectivas em seu processo de formatação. — o nosso objeto de estudo é o Banco Comunitário Liberdade - BL.

Buscamos compreender a dinâmica do banco estudado, identificado à influência de fragilidades e quedas sobre a sua capacidade funcional, para então levantar elementos que nos permitam identificar os bloqueios na sua implantação.

As informações foram obtidas através de observação direta, análise documental e entrevistas.

Não ouvimos todas as pessoas dos casos apresentados, mas selecionamos sujeitos com algum conhecimento a respeito da organização, a saber, seus fundadores, coordenadores e usuários. Utilizamos um roteiro de entrevista semi-estruturado (Apêndices), registrando os depoimentos em arquivo digital e também através de diário de campo.

Também recorremos à pesquisa bibliográfica, que remeteu aos seguintes temas: Economia Solidária, Microfinanças, Microcrédito, EESs e Bancos Comunitários.

Partimos da premissa de que os Bancos Comunitários são uma forma de expressão da Economia Solidária, particularmente, das Finanças Solidárias (SILVA JÚNIOR, 2004).

O debate sobre economia solidária tem se enriquecido diante do crescente interesse de pesquisadores. Trata-se de um debate recente e bastante plural; a construção conceitual em torno do tema não caminha para um consenso, e amadurece, principalmente, a partir das análises das experiências que se espalham por todo o país.

Analisar sua dinâmica com suas devidas limitações é foco principal da pesquisa. Diante de uma aparente fragilidade de composição e manutenção, com questionamentos sobre capacidade funcional e fragilidades encontradas.

Sendo assim, o nosso *objetivo geral* buscou **avaliar os fatores que limitaram a efetividade na composição de resultado do processo de implantação do Banco Comunitário Liberdade como instrumento de Microfinanças.**

Destarte, nossos *objetivos específicos* preocupam-se em:

- 1) Identificar os atores responsáveis pela mobilização popular;
- 2) Identificar os bloqueios e perspectivas do projeto e,
- 3) Analisar se o microcrédito promove desenvolvimento e inclusão social.

A pesquisa, pois, pode ser caracterizada enquanto investigação de natureza qualitativa. Buscamos estudar o objeto de modo a explorar suas características e especificidades, optando pelo estudo de caso. O tipo de pesquisa que desenvolvemos tem fim exploratório, ou seja, pretende fazer uma sondagem acerca de um tema sobre o qual há pouco conhecimento sistematizado.

A Região Norte é a mais extensa das regiões brasileiras, com uma área de 3.659.637,9 km², formada pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Porém ainda é um espaço marcado por contradições do desenvolvimento e isso revela assimetrias no seu IDH anunciado pelo IBGE.

Segundo dados da ODM Objetivos de Desenvolvimento do Milênio parcela considerável da população estado do Amazonas se encontra em situação de vulnerabilidade, diante desse quadro de elevados índices de pobreza, elaborar soluções alternativas para geração de emprego e renda considerando as características locais é um ambiente propício para os EES. A pobreza vem exigindo cada vez mais ações que contribuam para a sua redução e que sejam capazes de promover inclusão social de parcelas da população.

Manaus tem o IDH de 0,774 em 2010, considerado baixo para a manutenção de qualidade de vida, e bem estar da população, indica insuficiência no atendimento das necessidades básicas como condições de saneamento, acesso à água potável. Este índice de desigualdades vem diminuindo gradativamente nesses últimos dez anos podendo ter uma diminuição considerável de 50% até 2015, como é o objetivo do movimento. ODM (2010),

A sua abordagem multidimensional permite a articulação entre todos os seus atores: associações, grupos de produção, cooperativas populares, empresas recuperadas, feiras, fundos solidários, os grandes demandantes de políticas públicas. E seu vasto campo de ação transitando tanto nas áreas rurais como nas urbanas lhe dá um caráter empreendedor com um forte poder de ação podendo criar diretrizes norteadoras de políticas públicas.

A superação da pobreza constitui uma ação coordenada. As ações de superação da miséria devem ser descentralizadas (perto dos pobres), o microcrédito produtivo, moeda social para o consumo é fator chave na diminuição da pobreza.

A partir de 2003, a metodologia dos Bancos Comunitários passa a ser discutida em vários municípios como um instrumento eficaz na geração de trabalho e renda para os mais pobres, com desenvolvimento local e efetiva participação popular. (SEGUNDO, 2008, p. 1).

Essas instituições vêm demonstrando que sua tipologia se difere da tipologia dos Bancos tradicionais atuando com concessão de crédito a populações de baixa renda, através das finanças solidárias como fundo de crédito solidário, moeda social circulante local, feiras de produtores locais e capacitação em Economia Solidária.

Nos últimos anos, a questão do acesso de populações de baixa renda a serviços financeiros tem sido tema de destacada importância nas sociedades contemporâneas, e o aumento considerável de exclusão financeira de significativa parcela da população sem acesso ao crédito fizeram com que a atenção e o foco de governos, de entidades apoiadoras e do público em geral se voltassem para um segmento específico da economia, cuja importância está diretamente vinculada ao seu papel como agente mitigador da pobreza e da desigualdade social, o mercado das finanças solidárias.

O mercado financeiro atua como propulsores de emprego, renda, crédito e consumo. “A inclusão financeira é uma condição essencial ao crescimento econômico sustentável devendo ser materializado como um processo de bancarização da população de forma adequada às suas necessidades, contribuindo com sua qualidade de vida”. (FEBRABAN 2011).

Dados da mesma pesquisa da FEBRABAN indicam que houve um aumento considerado positivo como indicador de inclusão financeira “vários indicadores de acesso e uso dos serviços financeiros mostram maior bancarização: pessoas com relacionamento ativo com os bancos (+26,6%) foi superior ao crescimento da população adulta (+4,1%); expansão dos depósitos (69,5%), dos empréstimos às pessoas (117%) e aumento das transações bancárias (35,7%)”. (FEBRABAN 2011).

Porém, o nível de acesso a serviços financeiros de parte da população ainda é considerado modesto com relação a outros países, a efetiva participação de pessoas de baixa renda ainda é insuficiente.

A exclusão financeira reduz o nível de bem-estar da sua população. Segundo Kumar “O acesso dos grupos desfavorecidos aos mercados financeiros é o resultado da importância estratégica da inclusão social e do desenvolvimento econômico e social”. (KUMAR, 2005. p 5).

Para a Federação Brasileira dos Bancos o mercado de microcrédito na Brasil não se consolidou no País em todas as suas modalidades de microcrédito oferecido pelo sistema tradicional. (FEBRABAN 2011).

No Brasil, apesar do grande desenvolvimento do mercado de crédito, o setor de microfinanças ainda está incipiente. Mesmo após a aprovação da Lei 11.110 8, de 25 de abril de 2005, que regulamenta o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado - PNMPO o número de instituições e a quantidade de clientes atendidos ainda é pouco significativo, frente à população do Brasil. (LEANDRO, 2009, p. 18).

A atividade Microfinanceira varia substancialmente entre as regiões brasileiras com uma parcela de EES discreta na Região Nordeste. Segundo dados do BNDES a parcela de clientes de microfinanças no Nordeste (73%) é alta, considerando-se que apenas 27% da população economicamente ativa do Brasil vivem na região. A região Norte aparece com um total de apenas três IMFs com uma participação em % modesta, segundo dados da mesma pesquisa. (BNDES 2002. p17).

As finanças solidárias visam estimular o desenvolvimento humano, socioeconômico e cultura da região, por meio de capacitações, técnicas de gerência e organização de pequenos

empreendedores econômicos e acesso ao microcrédito de forma a propiciar a integração das pessoas no mercado de bens e serviços.

Promover o resgate da cidadania e o combate a pobreza a fim de proporcionar melhor qualidade de vida da comunidade é o propósito da Economia Solidária representada aqui neste trabalho pelos Bancos Comunitários. “A pobreza não resulta de uma única causa, e sim de um conjunto de carências: falta de acesso à saúde, à educação, oportunidades e ao crédito são alguns dos fatores que estão na sua origem e as FS se encaixem nesse perfil de cliente”. (SCHREIBER, 2009).

O modelo das IMFs garante o fortalecimento dos laços comunitários, a ideia de desenvolvimento local sustentável, a pluralidade na oferta de serviços e o empoderamento do consumidor de crédito, no caso o microempresário, frente ao agente financeiro, além de ampliar o alcance do financiamento de modo a atingir um número maior de pessoas em situações de vulnerabilidade.

A criação e implementação de novos empreendimentos solidários é uma tendência no contexto atual Brasileiro. Em 2005, o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária - SIES, promovido pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, identificou e mapeou 14.954 “Empreendimentos Econômicos Solidários”, ou EES, em todo o Brasil, com aproximadamente 1,3 milhão de pessoas (Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005, 2006).

O mapeamento do SIES continua em elaboração, contando atualmente com 21.578 empreendimentos econômicos solidários. Dos EES mapeados, a maior parte existe desde 1991. (BITELMAN, 2008).

Com um mercado promissor os EES sinalizam romper a lógica reiterativa das desigualdades criando o empoderamento dos seus agentes em favor de um desenvolvimento sustentável durável contrariando a lógica do modelo de crescimento econômico.

Na lógica da economia solidária as variáveis econômicas passam ser de natureza endógena, da vida cotidiana, de práticas participativas e soluções coletivas, a fim de fortalecer a capacidade de ação dos mais vulneráveis. Suas fragilidades encontram uma via de compensação em fatores cujo efeito positivo deriva do caráter associativo e cooperativo por eles incorporado (GAIGER, 2001).

Nesse contexto, o trabalho busca a valorização dos espaços regionais, apoiado nas metodologias endógenas de planejamento e intervenção, considerando as diversidades dos espaços locais e territoriais.

Os empreendimentos solidários ganham uma dimensão territorial, aprofundando as formações promovidas sobre o tema, ganhando envergadura, criando uma base de apoio social forte de sustentação gerando credibilidade de ação junto à sociedade e às instituições, disseminando a sua contribuição e o entendimento que possui da vida social.

A economia solidária ainda precisa ser mais bem estudada e compreendida tanto pelos gestores públicos, como pelas lideranças do movimento social urbano e rural, pelas instituições de ensino e pesquisa e pelos demais segmentos da sociedade brasileira, particularmente pelos sujeitos da própria economia solidária. (SINGER, 2009).

Diante disso, trazer a temática para um contexto regional é um dos objetivos da pesquisa. Entendê-la numa perspectiva territorial, apontando suas fragilidades e desafios, sustentam a abordagem do estudo, que posteriormente pode justificar a indução de políticas públicas e desenvolvimento local.

Segundo Abramovay (2007), há virtudes na noção de território, pois seria fundamental para o abandono da visão setorial; permitiria uma compreensão multidimensional das possibilidades de desenvolvimento; estimularia mecanismos de governança pública inovadora; e introduziria a problemática do uso e reprodução dos sistemas naturais.

Esta dissertação está organizada em quatro capítulos, além deste capítulo introdutório.

No primeiro capítulo, abordamos a economia solidária e suas modalidades. Deste modo, discutimos aspectos conceituais do tema e das organizações desse segmento. Buscamos aqui dissertar sobre Finanças Solidárias, buscamos estabelecer as diferenças entre microfinanças, microcrédito. Trata-se de um campo bastante plural, com diferentes experiências, dentre as quais destacamos aquelas que se situam nas finanças solidárias. Nesse cenário citadino, insere-se o pioneirismo do Banco Palmas e suas conquistas, bem como a implantação de Bancos Comunitários na região norte.

No segundo capítulo apresentamos a cidade de Manaus, seu perfil social e suas contradições, apresentamos sucintamente a evolução de sua demográfica, baseada num crescimento desordenado com reflexos gerais nas condições de acesso de sua população, até a sua transformação em uma metrópole. Acompanhamos a modernização de sua economia impulsionada pelo PIM. Apresentamos índices e indicadores sociais como IDH, saúde educação, emprego, renda e demais fenômenos comuns das grandes cidades.

No terceiro capítulo apresentamos o objeto de estudo da pesquisa e sua caracterização. A rigor, apresentamos a organização, seus parceiros e suas formas de interação. Demonstramos sua estrutura organizacional e suas redes de relações. Além do mais, os fatos sociais se tornaram intrigantes na composição do BL, a participação comunitária se mostrou um dos vetores para a disseminação, fortalecimento ou vulnerabilidade na composição da metodologia. Evidenciou como relações de trabalho em Manaus, diante da impossibilidade do poder público Mauara, em atender as demandas sociais crescentes. São fatos que incentivam a maquinação do trabalho solidário por intermédio de populares associados em resposta as dicotomias das relações de trabalho/capital.

Enfim, o quarto capítulo evidencia como ocorreu o desenvolvimento do trabalho. A metodologia utilizada, o tipo de pesquisa e o seu desenvolvimento. Apresentamos o resultado das entrevistas com os atores responsáveis pela formatação do banco.

A sistematização e análise das informações apresentadas no Capítulo 4 são frutos, principalmente, de pesquisa documental, através da consulta a textos, projeto, plano pedagógico, estatuto, relatórios, regimento interno, folders, mapas, palestras do Banco Liberdade e do Instituto Capital Social da Amazônia; e de estudo de caso, através de observação direta, entrevistas exploratórias com alguns membros da equipe do BL, sobretudo, com Sr. Aidenor Soares Maciel, Coordenador do Banco Comunitário.

Contamos ainda com a contribuição direta da Assessora Pedagógica do Instituto Capital Social da Amazônia, Sra. Keila Oliveira, coordenadora para organização do histórico e da descrição da organização em análise.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Durante todo o processo de construção deste trabalho, seguimos rigorosamente os métodos científicos aqui definidos, porém esta pesquisa buscou descrever uma realidade de um lugar específico na região amazônica, visto pelo pesquisador com outro olhar, é o relato de uma viagem por lugares e aspectos conhecidos, mas nunca observados. Traz a descrição de uma comunidade que busca crescer respeitando e valorizando aquilo que nós temos orgulho de ter, a nossa cultura, o nosso jeito, a nossa mata, o nosso riso, a nossa solidariedade, em busca de alternativas de sustentabilidade social, econômica e ambiental.

Duarte (2002),

Uma pesquisa é sempre, de alguma forma, um relato de longa viagem empreendida por um sujeito cujo olhar vasculha lugares muitas vezes já visitados. Nada de absolutamente original, portanto, mas um modo diferente de olhar e pensar determinada realidade a partir de uma experiência e de uma apropriação do conhecimento que são, aí sim, bastante pessoais.

Constatamos o caráter singular do projeto, pois o movimento solidário se apresenta aculturado em cada espaço geográfico que se encontra, criando uma ligação multidimensional consistente.

A cultura local é um espaço de traços específicos que devem ser observados e valorizados de modo a inseri-la no contexto. Não queremos dizer aqui que são características exclusivas, mas conseguimos perceber traços específicos de cultura.

Fraxe, Witkoski, Miguez (2010):

Os numerosos grupos sociais que habitam a Amazônia desenvolvem um singular estilo de vida, transmitindo seus costumes e práticas culturais de geração em geração, sem, muitas vezes, haver um reconhecimento político de suas existências. Cada palavra, cada gesto, cada pedacinho dessa gente e de seus lugares, quase invisíveis, foram-se acumulando, revelando uma forma singular de vida que revela o irrelatável, que exprime o inexprimível.

O trabalho foi realizado a partir da seguinte metodologia: pesquisa **documental com abordagem qualitativa**.

A pesquisa se caracterizou pelo pouco ou nenhum estudo anterior a respeito do tema, que se realizou através do **estudo de caso** do Banco Comunitário Liberdade. A metodologia

adotada se pautou em resultados qualitativos e se utilizou da técnica de pesquisa de análise documental.

Tendo em vista todo o processo de implementação e as características do banco, bem como os elementos a serem analisados, passamos a refletir sobre os fatores de incoesão social que contribuíram para o resultado de sua ação, conduzindo nossa reflexão a partir dessas variáveis.

A Pesquisa Documental – Por se tratar de um tema ainda muito pouco investigado, a presente pesquisa foi fundamentada a partir da análise documental de dados relativo ao processo de implementação e implantação do BL, tais como:

- 1) Documentos oficiais institucionais e organizacionais (folders, web sites, revistas, boletins, estatutos, legislações, regulamentações, Tratados, relatórios técnicos e regimentos);
- 2) Relatórios de atividades, regimento interno da organização e funcionamento do Banco Comunitário Liberdade;
- 3) Projeto base do Banco Comunitário;
- 4) Plano Pedagógico Banco Liberdade para Gestão de Política de Crédito;
- 5) Entrevistas semi estruturadas.

A pesquisa documental implicar trazer para a discussão uma metodologia que é “pouco explorada em áreas das ciências sociais” (LÜDKE e ANDRÉ, 1986: 38).

Dado ao caráter recente da experiência do Banco Liberdade, o fator tempo também foi determinante para o tipo de pesquisa, uma vez que descreve o seu processo de maturação durante os oito meses de sua inauguração.

A análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros. (CELLARD, 2008).

Outra justificativa para o uso da pesquisa documental foi que a nossa pesquisa se utilizou de documentos que não receberam nenhum tratamento analítico ou científico, como reportagens, relatórios, fotografias, jornais, cartas, folders, cartilhas entre outros materiais de divulgação.

Tanto a pesquisa documental como a pesquisa bibliográfica tem o documento como objeto de investigação. No entanto, o conceito de documento ultrapassa a ideia de textos escritos e/ou impressos. O documento como fonte de pesquisa pode ser escrito e não escrito, tais como filmes, vídeos, slides, fotografias ou pôsteres. Esses documentos são utilizados como fontes de informações, indicações e esclarecimentos que trazem seu conteúdo para elucidar determinadas questões e servir de prova para outras, de acordo com o interesse do pesquisador (FIGUEIREDO, 2007).

Com o objetivo de entender o processo de formação de variáveis de incoesão social no processo de construção do Banco Liberdade, atende também as exigências do entendimento da complexidade do contexto social da comunidade do Morro da Liberdade em Manaus, que exigiu a utilização de uma pesquisa capaz de contemplar esse contexto, numa perspectiva qualitativa, de forma a contextualizar a pesquisa num espaço geográfico específico, destacando a natureza do estudo de caso.

A **análise qualitativa** do conteúdo começa com a ideia de processo, ou contexto social, e vê o autor como um autoconsciente que se dirige a um público em circunstâncias particulares. (SÁ, ALMEIDA, GUINDANI, 2009).

A investigação qualitativa emprega diferentes concepções filosóficas; estratégias de investigação; e métodos de coleta, análise e interpretação dos dados. (CRESWELL, 2010).

Pesquisa Bibliográfica - Para compor o referencial teórico do estudo nos baseamos na pesquisa bibliográfica. Considerando os seguintes eixos teóricos, para a construção desta análise: O entendimento de economia solidária, microfinanças e bancos comunitários, foram os temas norteadores.

Foi realizado um levantamento do acervo referente ao tema estudado. Para tanto foram consultados livros, artigos científicos, anais de congresso e revistas especializadas que tratam do assunto.

Segundo Gil (1999), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

O intuito de uma pesquisa bibliográfica é colocar o pesquisador em contato com o que foi produzido sobre determinado assunto. (Lakatos e Marconi, 1996).

Ainda, de acordo com Gil (1999, p. 71). A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

O material selecionado foi organizado e disposto no trabalho de modo a facilitar a pesquisa final e fazer uma contextualização e interligação dos temas de sustentação do estudo.

Na pesquisa bibliográfica foram consultadas várias literaturas relativas ao assunto em estudo, artigos publicados na internet e que possibilitaram que este trabalho tomasse forma para ser fundamentado.

Estudo de caso - Segundo Yin (2005), o estudo de caso pode ser tratado como importante estratégia metodológica para a pesquisa em ciências humanas, pois permite ao investigador um aprofundamento em relação ao fenômeno estudado, revelando nuances

difíceis de serem enxergadas “a olho nu”. Além disso, o estudo de caso favorece uma visão holística sobre os acontecimentos da vida real, destacando-se seu caráter de investigação empírica de Fenômenos contemporâneos.

Um único caso: A implantação do Banco Comunitário Liberdade em Manaus e suas nuances. Este estudo feito através de entrevistas realizadas no Morro da Liberdade e se dividem em algumas etapas:

- 1) Com os atores que participaram do processo de implantação do Banco, a fim de entender a construção da rede e descrever a Metodologia utilizada. Entender como foram construídas as parcerias e como elas se sustentam. As entrevistas foram feitas com os atores que integram o Banco e a sua rede social.
- 2) Inicialmente entrevistamos o Coordenador do BL para compreender as etapas de desenvolvimento, perfil e cultura organizacional do Banco para em seguida analisar sua trajetória, ciclo de vida e contribuições com instrumento de Desenvolvimento Territorial.
- 3) No segundo momento entrevistamos o Comitê Gestor do BL, para descrever as relações do setor com a organização e como se deu as parcerias e suas possíveis dificuldades. Qual a participação do Comitê no desenvolvimento da metodologia utilizada. Essas entrevistas foram feitas individualmente com cada organização que compõem o Comitê separadamente.
- 4) Entrevistamos ainda setores da SEMTRAD que fizeram parte da equipe de implantação do Banco, são eles: ECOSOL: Setor da Economia Solidária Municipal e ADL-CAJUAL: Agência de Desenvolvimento Local. Além do Movimento Social Brasil Local, todos responsáveis pela divulgação e articulação do BL com os movimentos de Economia Solidária Municipal, Estadual e comunidade em geral.
- 5) Clientes – realizamos entrevistas com uma amostra selecionada de usuários. Neste caso específico todos cadastrados e usuários dos serviços oferecidos pelo Banco. A finalidade era identificar os benefícios e limites dos serviços Bancários solidários, os acessos a eles e de que forma contribuem para o crescimento, desenvolvimento socioeconômico e inclusão social.
- 6) Sobre o crédito especificamente, buscamos identificar suas limitações e potencialidades e, suas reais possibilidades de empoderamento da comunidade.
- 7) Instituto Capital Social da Amazônia – Planejamento e desenvolvimento Socioeconômico da Amazônia Brasileira. Responsável pela implementação do Projeto Bancos Comunitários na Amazônia entre eles o BL.

Segundo Oliveira (2008), o estudo de caso deve ser aplicado quando o pesquisador tiver o interesse em pesquisar uma situação singular, particular.

A finalidade do estudo é abordar um fenômeno empírico do Morro da Liberdade num contexto social inclusivo. Observado a partir de variáveis da realidade da comunidade de modo a mapear o campo de investigação.

Não se buscou na pesquisa demonstrar resultados estatísticos da breve atuação do BL, O intuito não é inferir resultados da ação do banco, mas aumentar sua compreensão e apontar bloqueios que limitaram a efetividade na composição desse resultado no seu processo de implantação.

Um erro fatal que se comete ao realizar estudos de caso é conceber a generalização estatística como método de generalizar os resultados do estudo. Isso ocorre porque os casos que você utiliza não são “unidades de amostragem” e não devem ser escolhidos por essa razão. De preferência, os estudos de caso individual devem ser selecionados da mesma forma que um pesquisador de laboratório seleciona o assunto de um novo experimento. (YIN, 2005, p. 54).

Na presente pesquisa utilizamos como referencial analítico os dados dos Banco Palmas (no Ceará) e do Banco Tupinambá (no Pará), como fonte comparativas entre os casos, de modo a identificar os elementos de coesão e incoesão social existente nos processos descritos.

Ou seja, cada “caso é um caso” e deve ser tratado como tal. “Sob tais circunstâncias, o método de generalização é a generalização analítica, no qual se utiliza uma teoria previamente desenvolvida como modelo com o qual se devem comparar os resultados empíricos do estudo de caso”. (YIN, 2005, p. 55).

Já para Stake (2000, p.436), o estudo de caso como estratégia de pesquisa caracteriza-se justamente por esse interesse em casos individuais e não pelos métodos de investigação, os quais podem ser os mais variados, tanto qualitativos como quantitativos.

Ainda segundo Stake (2000) acrescenta que, para mostrar a peculiaridade do caso, os pesquisadores frequentemente reúnem dados sobre algo de original em decorrência de um ou mais dos seguintes aspectos:

- a natureza do caso;
- o histórico do caso;
- o contexto (físico, econômico, político, legal, estético etc.);
- outros casos pelos quais é reconhecido;
- os informantes pelos quais pode ser conhecido.

Para Stake, um caso é uma unidade específica, um sistema delimitado cujas partes são integradas.

Já para Yin (2005), estudo de caso é uma investigação empírica, um método que abrange tudo – planejamento, técnicas de coleta de dados e análise dos mesmos.

Entrevistas – Utilizamos na pesquisa entrevistas qualitativas semi-estruturada, onde o pesquisador conduz entrevistas face a face com os participantes. (CRESWELL, 2010, p. 214).

Nesta Pesquisa foram empregadas técnicas de entrevistas semiestruturadas. Que segundo (FUJISAWA, 2000), é guiada pelo roteiro de questões, o qual permite uma organização flexível e ampliação dos questionamentos à medida que as informações vão sendo fornecidas pelo entrevistado.

Técnica bastante utilizada em Pesquisas Sociais pode ser conceituada como uma prática discursiva, onde se obtém informações através de perguntas, semi-estruturadas ou não, em que não há uma lista de perguntas, mas questões estratégicas que podem ser levantadas em qualquer ambiente (SANTOS 2005 *apud* JR SILVA, 2008, p. 19).

Este tipo de entrevista possibilitou esboçar um mapa do estudo e iniciar um caminho que permitiu a gradativa incorporação dos sujeitos e das etapas subsequentes da pesquisa, tornando mais precisas as informações obtidas.

Os roteiros de entrevistas tiveram como finalidade estabelecer critérios na coleta de dados sendo um guia na sistematização das informações de modo a conduzir a pesquisa.

As pesquisas qualitativas possuem características multimetodológicas, utilizando um número variado de métodos e instrumentos de coleta de dados. Entre os mais aplicados, está a entrevista em profundidade (individual e grupal), a análise de documentos e a observação participante ou não. (Queiroz *et al.* 2007).

1 CONCEITOS E CONSIDERAÇÕES SOBRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia solidária foi vivenciada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego resultante da difusão “desregulamentada” das máquinas-ferramentas e do motor a vapor do século XIX (SANTOS, 2005, p.83).

Tal abordagem pode ser entendida com um projeto de organização socioeconômica com princípios opostos ao do *laissez-faire*: em lugar da concorrência, a cooperação; em lugar da seleção darwiniana pelos mecanismos do mercado, a limitação – não a eliminação! – destes mecanismos pela construção de relações econômicas solidárias entre produtores e consumidores (SINGER, 1998, p. 9).

Nesse contexto convergem com grande força dois processos relevantes: as organizações da sociedade civil, e a proposta do cooperativismo popular como formas de inclusão social, redução da pobreza e desenvolvimento local. Segundo Schneider (2004) “O capital social é, portanto, a base da equidade, porque as pessoas confiam umas nas outras, para trabalhar solidariamente”.

Já Pierre Bourdieu (2000) diz que, para falar sobre Economia Solidária, é necessário que voltemos à discussão do tema no tempo “é preciso fazer a história social da emergência desses problemas, da sua constituição progressiva, quer dizer, do trabalho coletivo – frequentemente realizado na concorrência e na luta – o qual foi necessário para dar a conhecer e fazer reconhecer estes problemas como problemas legítimos, confessáveis, publicáveis, públicos, oficiais”.

No contexto nacional, a década de 1990 foi um período marcado por grandes transformações na economia brasileira, em função das convergências entre a estabilização macroeconômica, transformações políticas e sociais.

“A década de 90 resulta das transformações econômicas e sociais ocorridas no Brasil, onde a renda continuou a se concentrar na camada mais alta, assim como as classes mais penalizadas pela concentração da renda são aquelas situadas nas camadas inferiores e que foram mais afetadas pelo desemprego”. (GOMES; PINTO; CAMPOS, 2003, p. 5).

O desafio dessa década parecia situar-se no plano socioeconômico, mas o principal desafio era a transformação política, social, cultural, e filosófica. Um mundo centrado nos valores e significados coletivos. Na qualidade e não na quantidade, no trabalho justo e não no trabalho escravo. O Brasil passa por essas transformações que busca uma massa crítica de

indivíduos e organizações sociais conscientes e empenhadas num modelo social equilibrado e equitativo.

No Brasil, a Economia Solidária, ao longo dos últimos dez anos, constituiu-se, além de uma alternativa de trabalho e produção sob novas bases (autogestão, cooperação, solidariedade, democracia, participação), em uma *práxis* política que envolve milhares de militantes, tanto aqueles oriundos de tradicionais frentes de luta dos trabalhadores como o movimento sindical, estudantil, feminista, anti-racista e ecologista, como também novos militantes ligados pela construção de espaços de convergência como as edições do Fórum Social Mundial. (BUZZATTI, 2007, p.110).

O modelo de estabilidade macroeconômico e a abertura financeira ocorrida na década de 1990 trouxeram um quadro contraditório nos índices de acesso da população as necessidades básicas, e um distanciamento de grande parcela populacional a serviços financeiros oferecidos pelo sistema tradicional de crédito.

Para Lechat (2006), “para encontrar as origens da economia solidária no Brasil, podemos partir do quadro das condições socioeconômicas e políticas das últimas décadas, podemos falar dos embates da sociedade civil frente à crise e ao desemprego estrutural, do terreno onde vão brotar as experiências de economia solidária ou podemos fazer o caminho no sentido contrário”.

Se por um lado o capitalismo trouxe desenvolvimento, por outro trouxe exploração, pois favoreceu o crescimento e enriquecimento da burguesia capitalista, ao mesmo tempo reproduzia as desigualdades sociais e inquietação na classe dos exploradores e dominados, o povo sem dúvida era submisso ao capitalismo de produção.

Uma característica essencial do desenvolvimento capitalista é que ele não é para todos. Os consumidores, de modo geral, se beneficiam dele à medida que enseja a produção de novos bens e serviços que satisfazem suas necessidades (reais ou fictícias), além de baratear a maioria dos bens e serviços preexistentes, graças ao aumento da produtividade do trabalho. Mas o desenvolvimento é seletivo, tanto social como geograficamente. Parte dos trabalhadores perde suas qualificações e seus empregos e muitos deles são lançados à miséria. Além disso, o desenvolvimento se dá em certos países e não em outros, e dentro dos países, em certas áreas e não em outras. Os moradores das áreas que se desenvolvem são beneficiados, os que moram nas demais são prejudicados. (SINGER, 2004, p.11, apud NASCIMENTO, 2006, p. 6).

No Brasil, a partir de 1994, várias organizações não governamentais foram constituídas com o intuito de combater o desemprego, através do fornecimento de microcrédito.

Foi nesse contexto de mudanças econômicas, políticas e sociais que o crescimento econômico brasileiro revelou a sua face mais cruel: um elevado aumento da desigualdade social entre as classes populacionais, representado inicialmente por uma crescente desigualdade de renda no país entre as décadas de 1960 e 1990, com estabilidade nos indicadores de concentração de renda e alta sensibilidade nos indicadores de pobreza. “Assim, o crescimento econômico, apesar de importante, seria uma via lenta para redução da pobreza no país e teria que possuir uma trajetória ascendente durante muitos anos”... “Para produzir uma alteração relevante na magnitude da pobreza”. (BARROS; HENRIQUE; MENDONÇA, 2001, p. 20).

O desequilíbrio entre crescimento econômico e desenvolvimento social gerou o aumento da pobreza e mobilizou todos os setores da sociedade na busca de alternativas para combatê-la. Dada a dimensão estrutural e multidimensional da pobreza no Brasil, tais esforços têm possibilitado melhora expressiva nos indicadores sociais, mas ainda predominam ações fragmentadas, compensatórias e insuficientes.

Se a pobreza decorre de um modelo de desenvolvimento, sua superação efetiva também exige ações voltadas para a ativação de recursos endógenos da população ou comunidade envolvida a fim de desencadear processos pró-ativos de uma outra forma de desenvolvimento, mais sustentável e inclusivo, ao invés da promoção de resultados meramente reativos ao processo de exclusão e pobreza. Tal ativação só é possível com participação efetiva da população e com melhoria dos recursos locais. (FERRARINI, 2001, p.3).

A economia solidária é vista por muitos como a solução para as distorções do capitalismo. Esse segmento surgiu de acontecimentos endógenos da própria economia do País, num contexto econômico no qual deixou uma lacuna fortalecida por uma necessidade real de se criar modelos alternativos de desenvolvimento com inclusão social.

A economia solidária tem sido apontada como uma alternativa inovadora e eficaz de criação de postos de trabalho, geração de renda e combate à pobreza. O Brasil é conhecido como terra de desigualdades. Uma das consequências mais graves das inúmeras disparidades sociais que ostenta é os seus níveis superlativos de pobreza, decorrentes da desigual apropriação e repartição da riqueza, em nítido contraste com a capacidade produtiva do país. (ASSEBURG; GAIGER, 2007, p.11).

Modelos de economia de inclusão ganham força gradativa como alternativas da diminuição da pobreza e promoção social em meados da década de 2000, a partir de políticas sociais. Essas políticas ganham um papel destaque na política econômica do país,

adquirindo uma abrangência caráter nacional a partir da organização da sociedade civil buscando modelos inovadores participativos.

As políticas sociais passam a ser entendidas como instrumentos de combate à pobreza tornam-se objetivos condicionam-se às metas de estabilidade macroeconômica.

Neste cenário várias organizações não governamentais foram constituídas com o intuito de combater o desemprego, através do fornecimento de microcrédito, criando um ciclo virtuoso de crescimento local sustentável, promoção humana e social.

A desigualdade de renda entre as pessoas e as regiões do Brasil é muito acentuada, tornando um dos fatores preponderantes que dificultam a sustentabilidade e a eficácia de um processo de desenvolvimento econômico e social em nosso país.

Historicamente, mesmo nas fases de crescimento econômico e de evolução dos indicadores sociais, as tendências de repartição desigual da renda e de acesso diferenciado aos serviços e garantias sociais mantiveram-se constantes, pouco sensíveis ao desempenho da economia e às ações compensatórias de curto prazo. Indicadores como o coeficiente de Gini demonstram nas últimas três décadas que a desigualdade permaneceu estável, indiferente à evolução da economia, da política e dos costumes. (MEDEIROS, 2005, p. 47; 249).

O desemprego figura nessa “nova economia” como uma das variáveis de exclusão social por parte dos trabalhadores e de informalidade por parte das empresas.

No Brasil, as organizações que atuam fornecendo microcrédito passaram a emergir somente após a implementação do Plano Real, em 1994, que conseguiu sucesso no controle da inflação e levou à estabilização econômica do país.

Só a partir dos anos 2000 as políticas sociais de combate à pobreza tornam-se objetivos condicionados às metas de estabilidade macroeconômica.

Com o processo de globalização houve um aumento no desemprego mundial e a precarização das relações de trabalho. E este fato vem ao encontro do principal objetivo de um Banco Comunitário, que é proporcionar o desenvolvimento local e solidário das comunidades de baixa renda de forma sustentável, melhorando a qualidade de vida de seus moradores, ou seja, se por um lado existe a situação econômica precária de uma parte da população brasileira, por outro, existe a intenção de um sistema de inclusão financeira que, conseqüentemente, funciona como uma alternativa para o resgate a cidadania desses indivíduos.

A partir da observação de fatores como o aumento da pobreza, o distanciamento entre as classes sociais, o desemprego, exclusão social, surge a necessidade de utilização de

instrumentos de desenvolvimento local, geração de emprego e renda e inclusão social de populações vulneráveis..

A economia solidária surge como um instrumento de organização coletiva e alternativa de renda. É possível pensar a economia solidária como um movimento social.

Verifica-se que a década de 1990 foi marcada pela proliferação e consolidação de experiências no campo das microfinanças. Essas inúmeras experiências, disseminadas principalmente pelo terceiro mundo, começaram a mostrar resultados expressivos e a despertar interesse por parte de pesquisadores e formuladores de políticas públicas. No campo das ciências sociais, os trabalhos sobre microfinanças foram (e ainda são) verdadeiros laboratórios para se estudar temas como a coesão de grupos sociais, mudanças institucionais, capital social e, em menor escala, diferentes modalidades de crédito em diferentes sistemas produtivos (JUNQUEIRA; ABRAMOVAY, 2003).

Diante desse processo de globalização econômica social, o Brasil propõe uma “nova economia” onde prevaleça a solidariedade, a cooperação e a competitividade. Surge no País a Economia solidária como um fato social novo. É a proposta de um novo modelo entre esferas sociais e o Estado.

Para encontrar as origens da economia solidária no Brasil, podemos partir do quadro das condições socioeconômicas e políticas das últimas décadas, podemos falar dos embates da sociedade civil frente à crise e ao desemprego estrutural, do terreno onde vão brotar as experiências de economia solidária. (LECHAT, 2002, p. 10).

Entende-se, portanto que, no contexto nacional a economia solidária surge a partir das contradições do próprio sistema capitalista, representadas por condições políticas e socioeconômicas das últimas décadas. Surge com um formato novo dos modos de produção e de novas tendências das relações do trabalho. Podemos citar a luta da sociedade civil frente ao desemprego, organizações participativas nesse novo modelo de produção, com uma visão de desenvolvimento local, deste contexto brotam as experiências da economia solidária.

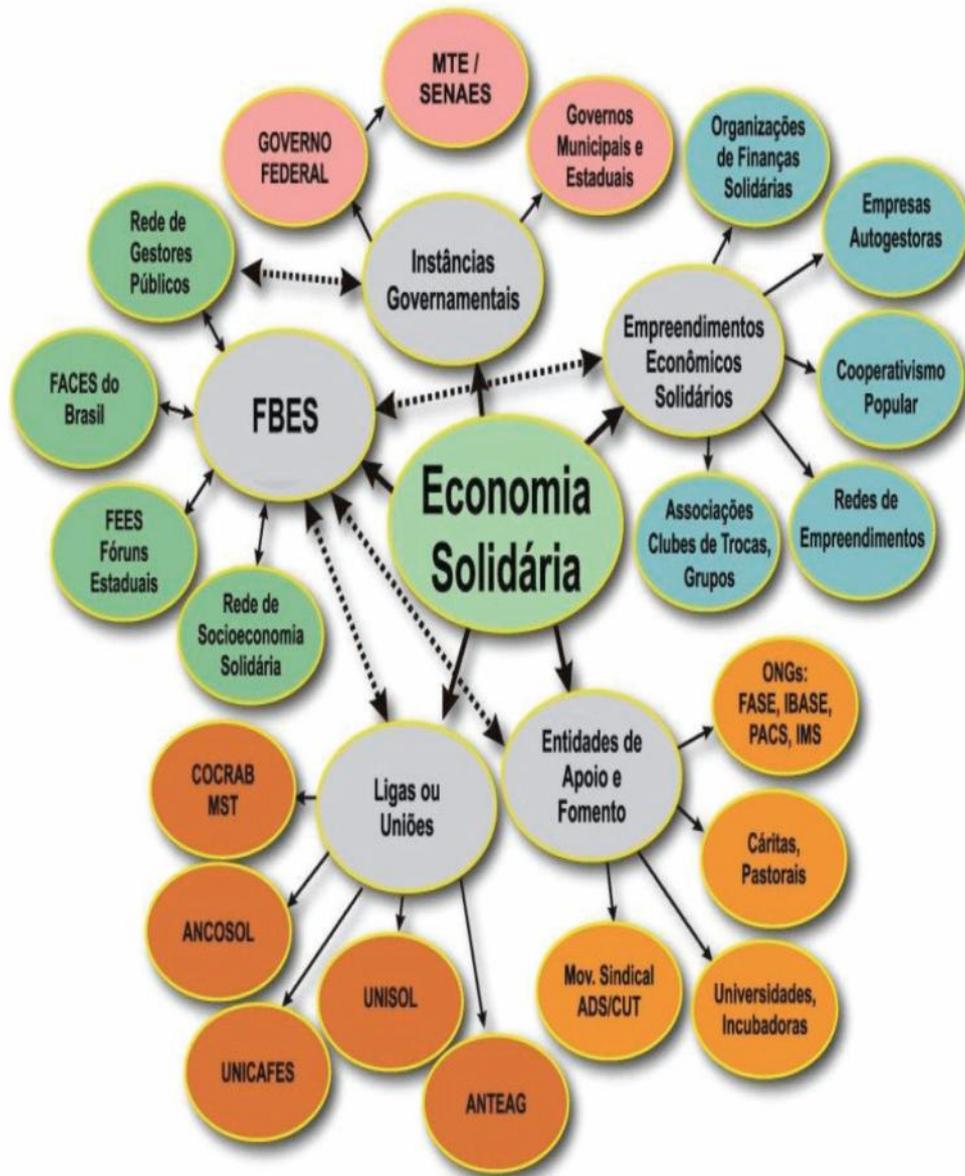
Para Singer (2000) a economia solidária também é um projeto político: ela é um modo de produção diferente do capitalista, que leva à sua superação.

A expansão do crédito popular foi impulsionada por condições sócio econômicas exógenas geradas pela chamada crise capitalista e financeira global, revelando a vulnerabilidade nas relações do trabalho descobrindo-lhe uma nova formatação, a da produção cooperativa recriando essas relações. “Assim, surge a socioeconomia solidária como resultado desses movimentos sociais que reagiram à crise do desemprego em massa, que tem seu início

em 1981 e se agrava com a abertura do mercado interno às importações, a partir de 1990”. (SINGER; SOUZA, 2000, p).

Na busca de estabilidade macroeconômica e abertura comercial-global brasileira a economia solidária potencializa o desenvolvimento local com base na economia microeconômica. Regionalizar esses modelos produtivos locais é o novo foco. Estabelecer novos contextos, ou seja, recriar uma racionalidade econômica solidária com uma expectativa de rentabilidade, o que institui renda endógena e práticas de estratégias de desenvolvimento humano-local e sustentável.

Figura 1: Campo da Economia Solidária no Brasil



⁸ SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela Mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 2003.
⁹ Fonte: Atlas de Economia solidária no Brasil- 2005/MTE- SENAES

1.1 Microfinanças e Economia Solidária: instrumentos de combate a pobreza

As microfinanças no contexto da economia solidária vêm se mostrando um mecanismo atenuante de desigualdade social. Tem por objetivo a criação de novas oportunidades de desenvolvimento econômico local, a ampliação do mercado das micro e pequenas empresas, estimular a formação de empreendimentos cooperativados e apoiar o microempreendedor individual, as políticas de microcrédito e a economia popular e solidária.

A economia solidária e as microfinanças no desenvolvimento local são sem dúvida uma forma de promover mudanças de longo prazo e permanentes através de investimentos, transferências de renda, consequentemente, gerando crescimento econômico, e reduzindo a miséria e a pobreza. (MORAIS, 2011).

O Sistema Financeiro Nacional instrumentaliza as IMFs na compreensão da regulamentação microfinanceira específica os princípios de sua aplicação e prepara o gestor para a observância das regras e o capacita a intervir minimamente quando de suas alterações. Este ambiente modelou tanto as opções das instituições microfinanceiras especializadas como a percepção dos seus clientes, atuais e potenciais. (NICTER; GOLDMARK; FIORI, 2002).

As MF se caracterizam por toda e qualquer operação financeira destinada à população de baixa renda. Trata da provisão de serviços financeiros a clientes de baixa renda, incluindo trabalhadores por conta própria.

O Banco Mundial prefere conceituar MF observando que elas se caracterizam por:

- oferecer pequenos empréstimos, tipicamente para capital de giro;
- fazer análise de crédito informal;
- oferecer alternativas à apresentação de bens em garantia, tais como grupos de garantia solidária ou mecanismos de poupança compulsória;
- dar acesso contínuo a empréstimos de valor crescente com base no histórico de pagamento;
- utilizar formas simplificadas de concessão e acompanhamento de empréstimos;
- oferecer formas seguras de poupança. (BNDES - regulamentação das microfinanças, 2002).

Segundo a legislação brasileira, tanto a geral (Código Comercial, Lei das S.A., regras tributárias etc.) quanto à financeira, não oferece definições claras para Microfinanças - MF e Microcrédito - MC. A lei que criou as SCMs, porém, expressa de forma implícita o que é

microcrédito ao determinar o objeto social dessas instituições. Ele é a concessão de financiamentos a pessoas físicas e microempresas, com vistas à viabilização de empreendimentos de natureza profissional, comercial ou industrial, de pequeno porte.¹

Figura 2: Definições de microfinanças e de microcrédito

Fonte	Microfinanças	Microcrédito
BID		Empréstimo de pequeno valor concedido em larga escala para pessoas em empresa
Banco Mundial	Empréstimo de pequeno valor Garantias não tradicionais Empréstimo contínuos e crescentes Metodologias simplificadas de análise, concessão e acompanhamento de crédito. Formas seguras de poupança	
BNDES	Serviço financeiros, como crédito, poupança e empresas de baixa renda.	
Legislação Brasileira		Empréstimos de pequenos valores para pessoas e empresas com fins empresariais ou profissionais

Fonte: BNDES - Banco de Desenvolvimento Econômico e Social – Regulamentação das Microfinanças. (20002. pg 60).

Regionalizar esses modelos produtivos locais é a nova tendência. Estabelecer novos contextos, recriar uma racionalidade econômica solidária com uma expectativa de rentabilidade, o que institui renda endógena e práticas de estratégias de desenvolvimento humano-local e sustentável.

O conceito de microfinanças tem caráter mais abrangente, sendo os demais conceitos subconjuntos dele.

O termo microfinanças, portanto, refere-se à prestação de serviços financeiros adequados e sustentáveis para população de baixa renda, tradicionalmente excluída do sistema financeiro tradicional, com utilização de produtos, processos e gestão diferenciados. Nessa linha, entidades ou IMFs são entendidas como aquelas pertencentes ao mercado microfinanceiro, especializadas em prestar esses serviços, constituídas na forma de Organizações Não-Governamentais (ONGs), Organizações da

¹ Lei nº 10.194, de 14.02.2001, Art. 1º, I.

Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips), cooperativas de crédito, Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte (SCMs), fundos públicos, além de bancos comerciais públicos e privados (principalmente por meio de correspondentes no País e de carteiras especializadas). (SOARES; SOBRINHO, 2008, p. 23).

As microfinanças surgem como instrumentos de inclusão social, como redutoras de pobreza e desigualdades regionais e desenvolvimento local. “O enfoque é na importância de trabalhar no fortalecimento institucional das IMFs brasileiras para que estas possam atingir o duplo objetivo do crescimento com sustentabilidade”. (NICTER; GOLDMARK, 2002, p. 10).

Conclusões:

- As microfinanças contêm o microcrédito;
- Em ambos os casos, trata-se de operações financeiras de pequeno valor;
- oferecidas a pessoas e empresas;
- excluídos do sistema financeiro tradicional.

Propomos, então, as seguintes definições:

- **Microfinanças** é o oferecimento de serviços financeiros, por instituições financeiras strictu sensu (bancos, financeiras, SCMs e cooperativas de crédito) ou não (ONGs e OSCIPs), para pessoas e empresas tradicionalmente excluídas do sistema financeiro tradicional.
- **Microcrédito** é a concessão de empréstimos de pequeno valor no contexto das microfinanças. (BNDES, 2002).

As atividades de microfinanças representam um segmento de mercado, pois preenche uma lacuna deixada pelo sistema financeiro tradicional, de exclusão a uma parcela específica da população com um potencial de consumo e com uma perspectiva de demanda expressiva e representativa como variável para corrigir as imperfeições de mercado.

Segundo o estudo da OIT não tiveram acesso a crédito mais de 70% dos que tem renda superior a R\$5 mil e mais de 95% entre os de renda até R\$ 3 mil. O total deles que têm acesso a crédito bancário, segundo a PEIU, foi de 86 mil chefiados por mulheres e 270 mil chefiados por homens. Em suma, a demanda potencial de mercado para microcrédito seria de 13,5 milhões de clientes. . (PARENTE, 2003, p. 22).

Com a intenção de ocupar essa lacuna deixada pelo modelo tradicional de crédito, surgiram em várias partes do mundo, as IMFs que na sua maioria oferecem crédito de acordo

com as três metodologias: individual informal, grupo solidário ou banco comunitário e que tem como o alvo a população de baixa renda.

Figura 3 - Quantidade Regional de contas correntes abertas em %



Fonte: adaptado de Ipea, SIPS 2010

Fonte: CARE Brasil. *Programa de microfinanças e educação financeira empreendedora Resultados e impactos*. Janeiro/2011.

Apenas 60% dos brasileiros acima de 18 anos integram o Sistema Financeiro Nacional e possuem uma conta-corrente. As mulheres constituem a maior parte dos 40% da população excluídos do sistema bancário. Apesar de um estudo recente apontar uma melhora na situação, entre 2005 e 2010, existe ainda um expressivo contingente de pessoas, com baixa renda, excluído do sistema financeiro, especialmente nas faixas abaixo de cinco salários mínimos mensais, justamente as que compõem a maior parcela da população brasileira. Já a população jovem tem acesso cada vez mais cedo ao sistema, ao passo que os maiores de 45 anos tiveram um avanço menor. (CARE BRASIL, 2011).

De acordo com Bitelman (2008, p18), Em 2005, o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária - SIES, promovido pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, identificou e mapeou 14.954 “Empreendimentos Econômicos Solidários”, ou EES, em todo o Brasil, com aproximadamente 1,3 milhão de pessoas (Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005, 2006). O mapeamento do SIES continua em elaboração, contando atualmente com 21.578 empreendimentos econômicos solidários.

No cenário do segmento de crédito no Brasil ainda existem disparidades regionais, tanto no que se refere à quantidade de IMFs quanto à abrangência populacional, com maior distorção na região Norte.

A taxa de penetração da indústria de microfinanças no Brasil é de 2,0% da demanda potencial. Em outras palavras, para cada 100 microempreendimentos que gostariam de adquirir produtos de microfinanças e elegíveis para tanto, apenas dois estão sendo atendidos no momento. Essa taxa de penetração varia de acordo com a região de que se trate: o Nordeste, que já se destacou por seu alto índice de atividades microfinanceiras, possui uma taxa de penetração de 4,6%. Por sua vez, nas regiões Sudeste e Norte a taxa de penetração das microfinanças é de 0,6% e 0,1%, respectivamente. (NICTER; GOLDMARK, 2002, p, 30).

Na Região Norte, analisando os percentuais da realidade das regiões torna-se essencial a oferta de serviços financeiros adequados e sustentáveis, fator que contribui para a diminuição da desigualdade social e estimula o desenvolvimento local, tornando esses serviços acessíveis a essas populações específicas, criando um modelo financeiro inclusivo, principalmente àquela que apresenta maior vulnerabilidade o que pode ser representado pela região Norte.

Segundo a CARE Brasil, (2011, p. 3), dos excluídos do sistema bancário, o percentual de pessoas que desejam abrir uma conta bancária é maior entre as seguintes faixas da população: mulheres jovens com menos de 24 anos, com ensino fundamental completo, com renda de até dois salários mínimos mensais e residentes nas regiões Norte e Nordeste.

A prestação de serviços financeiros às populações de baixa renda, com pouca ou nenhuma condição de acesso ao sistema financeiro tradicional, foi a motivação objetiva em torno da qual se constituíram as modernas organizações de microfinanças, em todo o mundo, especialmente a partir da década de 1970. Uma das experiências pioneiras em termos mundiais, aquele período, aconteceu no Brasil, sendo recorrentemente reconhecida por seu mérito: trata-se da implantação da UNO, em 1973, em Pernambuco. (DANTAS, 2005, p.5).

1.2 Microcrédito

O microcrédito é entendido como um modelo padrão para a concessão de empréstimos. Existindo, porém diferenças que surgem a partir da perspectiva funcional, conceitual e legal desse termo.

O uso permutável sobre microcrédito e microfinanças geram confusões no entendimento dos conceitos e da sua aplicabilidade. O microcrédito é partes das microfinanças, está contido nela. Sendo que as microfinanças abrangem uma série de serviços

financeiros como micro-poupança, micro-seguro, microdoações e dentre outros o microcrédito.

O microcrédito não deve ser entendido apenas como uma medida de política econômica, mas também como de política social, pois deve oferecer acessibilidade para agentes econômicos que dantes estavam excluídos do mercado financeiro. (MORAES, Z. et al).

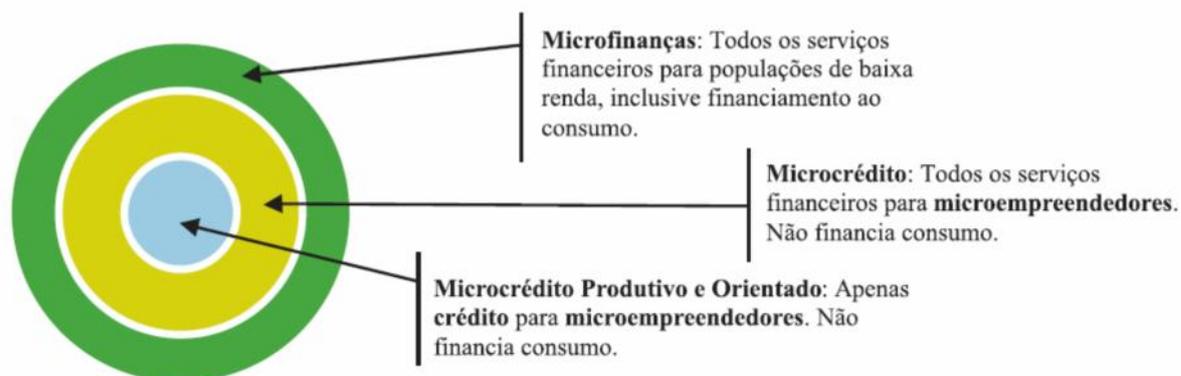
“É importante compreender que este não é um instrumento imediato de solução para o problema da pobreza, mas é fundamental porque somente através desta receita nós realmente poderemos enfrentar todas as questões que a sociedade contemporânea nos coloca...” (CARDOSO, R. Seminário BNDES Microfinança. Rio de Janeiro: Ensaio e Experiências, 2000 p13).

Tem-se buscado um consenso na diferenciação dos conceitos e regras par as modalidades de crédito no Brasil. Há tentativas dos órgãos oficiais, como o Banco Central, em padronizar o uso desses conceitos, buscando as diferenças entre as metodologias usadas para a oferta de serviços de microcrédito e microfinanças. (SOARES; SOBRINHO, 2008, p. 24).

No Brasil recente, segundo Mario Monzoni (1996, p. 23-26) instituiu-se a diferenciação entre três serviços de crédito: (a) microcrédito, para a população de baixa renda; (b) microcrédito produtivo, de pequeno valor, para atividades produtivas; e (c) microcrédito produtivo orientado, para atividades produtivas baseado no relacionamento personalizado entre a instituição de microcrédito, por meio de agentes de créditos.

Vamos diferenciar aqui o conceito de Microfinanças e Microcrédito segundo o Banco Central:

Figura 4 - Conceito de microfinanças, microcrédito e MPO



Fonte: SOARES, M. M; SOBRINHO, A. D. M. Microfinanças: O Papel do Banco Central do Brasil e a Importância do Cooperativismo de Crédito. 2ª edição revista e ampliada. Banco Central. Brasília, 2008.

Um aspecto relevante no contexto das IMFs é a democratização do crédito que surge com uma nova abordagem adotada pelos mercados, instituições financeiras e sociedade. Com o objetivo de aumentar a oferta de serviços financeiros à população de baixa renda, tanto no âmbito internacional quanto no nacional nasce o mercado das microfinanças e o sistema de microcrédito, significados entre si quase sinônimos, porém apresentando sutis diferenças. Vejamos:

A atividade de microcrédito é definida como aquela que, no contexto das microfinanças, se dedica a prestar esses serviços exclusivamente a pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de pequeno porte, diferenciando-se dos demais tipos de atividade microfinanceira também pela metodologia utilizada, bastante diferente daquela adotada para as operações de crédito tradicionais. É entendida como principal atividade do setor de microfinanças pela importância para as políticas públicas de superação da pobreza e também pela geração de trabalho e renda. (SOARES; SOBRINHO, 2008, p. 13).

O Microcrédito é considerado uma modalidade das MFs, com a oferta de créditos de pequenos valores para uma população específica. A concessão de microcréditos a populações vulneráveis é o objetivo das IMFs, que segundo Rosa (1998) apresenta as seguintes características:

- 1) objetiva atender àqueles microempresários que estão fora do mercado formal de crédito, porque não podem corresponder às exigências de documentos, não tem garantias reais e o tamanho do negócio está aquém do exigido pelos programas oficiais de financiamento. Assim, suas principais fontes de financiamento são os agiotas ou fornecedores, que, em geral, cobram juros muito elevados;
- 2) Sua estrutura e tecnologia são adequadas à concessão de empréstimo de pequeno valor, para um grande número de clientes, e dispõe de mecanismos facilitadores de liberação de recursos e recebimento de pagamentos. Atende a clientes com poucos investimentos fixos e curto ciclo de negócios, tornando-se factível a programação de pagamentos dos compromissos em periodicidade inferior ao mês; quinzenal ou semanal, por exemplo;
- 3) No caso dos bancos tradicionais, as exigências de cadastros, reciprocidade, garantias, avalistas, balanço etc, tendo em vista reduzir a incerteza e o risco da inadimplência, refletem-se em elevados custos administrativos e em uma estrutura cara e pesada. Já o sistema em discussão tem uma estrutura apropriada aos mecanismos e formas de atuação entre os microempresários, tornando-a leve e de baixos custos por unidade de financiamento;
- 4) É um programa de empréstimos simplificados, com o mínimo de burocracia e sem exigências de garantias reais. Apenas é desejável que o negócio tenha potencial de se manter e crescer com um impulso inicial, ou seja, tenha viabilidade financeira;

5) São cobradas taxas de juros compatíveis com o mercado, próximas das cobradas pelos bancos tradicionais e menores do que as dos agiotas e fornecedores;

6) Uma das estratégias de funcionamento do programa é através de empréstimos solidários, onde um grupo que mantém certo relacionamento e interação assume a garantia de que o devedor pagará o empréstimo, ou seja, é um tipo de crédito que conta com o aval de diversas pessoas do relacionamento do usuário. Este é um dos principais mecanismos de motivação ao pagamento dos compromissos assumidos.

7) Trabalha com clientes de baixa renda, mantendo uma relação de respeito mútuo, sem criar constrangimentos, embaraços ou qualquer outra atitude de desconfiança ou falta de clareza sobre os propósitos da instituição e do produto oferecido;

8) É um sistema rotativo e cumulativo, isto é, o usuário, ao adquirir o primeiro empréstimo e pagá-lo, estará habilitando-se a obter empréstimos maiores, até o momento em que alce um patamar que o capacite a participar de programas maiores. É aí que ele se desvincula do microcrédito, pois ele já se expandiu o suficiente para integrar ao mercado formal de crédito. (ROSA, 1998, p. 12).

Com uma metodologia específica, alguns aspectos caracterizam o microcrédito, dentre eles, os abaixo mencionados são fundamentais:

- **Crédito produtivo:** O microcrédito é um crédito especializado para determinado segmento da economia: o pequeno empreendedor informal e a microempresa. Portanto, está voltado para apoiar negócios de pequeno porte, gerenciados por pessoas de baixa renda, e não se destina a financiar consumo.
- **Crédito orientado:** O caráter informal de grande parte dos pequenos negócios, o valor reduzidos das operações de microcrédito, a ausência de garantias reais nas operações e a formação sociocultural dos pequenos empreendedores requerem procedimentos específicos na concessão de microcrédito.

As metodologias de concessão do crédito encerram então a principal diferença entre o microcrédito produtivo e o microcrédito produtivo orientado: como se viu, para o orientado, é baseada no relacionamento direto com os empreendedores e mediação pelo agente de crédito, profissional capacitado para análise e orientação de empréstimos. (SILVA; GÓIS, 2007).

1.3 MCC: Microcrédito para Consumo

A legislação brasileira reconhece diferenças entre o crédito oferecido para consumo, o que chama de crédito sem destinação específica e o crédito destinado a pequenos negócios.

No nosso ordenamento jurídico não há regulamentação legal do crédito ao consumo, ele está inserido no contexto das microfinanças como serviços financeiros destinados a população de baixa renda. Entendido segundo o Banco Central, como modelo de política para as microfinanças.

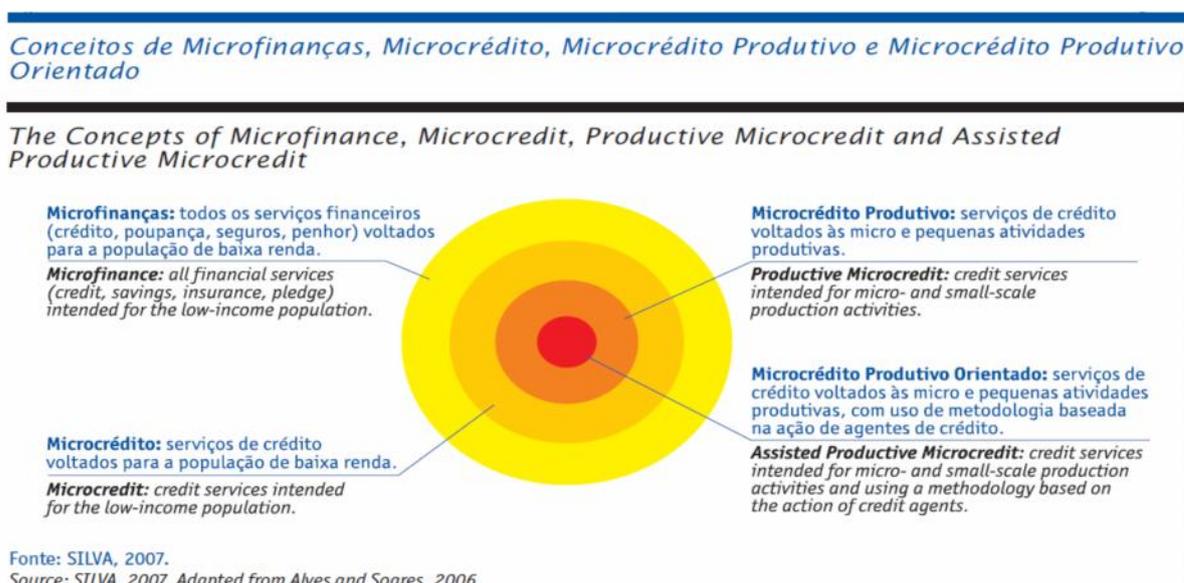
Já a atividade de microcrédito é definida como aquela que, no contexto das microfinanças, se dedica a prestar esses serviços exclusivamente a pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de pequeno porte, diferenciando-se dos demais tipos de atividades microfinanceira também pela metodologia utilizada, bastante diferente daquela adotada para as operações de crédito tradicionais. (SOARES; SOBRINHO, 2008, p. 24).

1.4 MPO: Microcrédito Produtivo e Orientado

Em 1996, o BNDES lançou o Programa de Crédito Produtivo Popular – PCPP, com o objetivo de, em primeiro lugar, difundir o conceito de microcrédito e promover a formação de uma ampla rede institucional capaz de proporcionar crédito aos microempreendedores formais ou informais. Com a intenção de apoiar o setor, não apenas na busca de recursos financeiros, mas, sobretudo na busca de sua institucionalidade. (SEMINÁRIO BNDES MICROFINANÇAS, 2000).

Não há um consenso na literatura sobre a definição dos conceitos sobre as modalidades de microcrédito e microfinanças, havendo uma subdivisão dessas modalidades definidas por metodologias específicas. Diferenças de conceitos segundo Silva (2007):

Figura 5 - Conceitos de Microfinanças



http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B62D40E012B6E22D14A1690/metodologias_microcredito.pdf

(SILVA; GÓIS, 2007, p. 14) SILVA, R. V. M.; GÓIS, L. S. *As Diferentes Metodologias de Microcrédito no Mundo e no Brasil*: Serasa Capa Cover. 20/12/2007

A legislação brasileira veio consolidar os conceitos acima através de Lei específica ² instituindo o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO.

² Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005.

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO, com o objetivo de incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares.

§ 1º São beneficiárias do PNMPO as pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, a serem definidas em regulamento, especificamente para fins do PNMPO.

§ 2º O PNMPO tem por finalidade específica disponibilizar recursos para o microcrédito produtivo orientado.

§ 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se microcrédito produtivo orientado o crédito concedido para o atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, utilizando metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica, devendo ser considerado, ainda, que:

I - o atendimento ao tomador final dos recursos deve ser feito por pessoas treinadas para efetuar o levantamento socioeconômico e prestar orientação educativa sobre o planejamento do negócio, para definição das necessidades de crédito e de gestão voltadas para o desenvolvimento do empreendimento;

II - o contato com o tomador final dos recursos deve ser mantido durante o período do contrato, para acompanhamento e orientação, visando ao seu melhor aproveitamento e aplicação, bem como ao crescimento e sustentabilidade da atividade econômica; e

III - o valor e as condições do crédito devem ser definidos após a avaliação da atividade e da capacidade de endividamento do tomador final dos recursos, em estreita interlocução com este e em consonância com o previsto nesta Lei.

§ 6º Para os efeitos desta Lei, são instituições de microcrédito produtivo orientado:

I - as cooperativas singulares de crédito;

II - as agências de fomento, de que trata a Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001;

III - as sociedades de crédito ao microempreendedor, de que trata a [Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001](#); e

IV - as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, de que trata a [Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999](#).

§ 7º Os bancos de desenvolvimento, as agências de fomento de que trata o inciso II do § 6º deste artigo, os bancos cooperativos e as centrais de cooperativas de crédito também poderão atuar como repassadores de recursos das instituições financeiras definidas no § 5º deste artigo para as instituições de microcrédito produtivo orientado definido no § 6º deste artigo.

1.5 Os Bancos Comunitários

Segundo Dantas (2005), a primeira experiência de microcrédito para o setor informal urbano se deu no Brasil e, mais especificamente, em Recife e Salvador. Segundo o autor, em 1973, por iniciativa e com assistência técnica da *Accion International*, na época conhecida como AITEC, e com a participação de entidades empresariais e bancos de Pernambuco e da Bahia, foi criada a União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações (UNO), que ficou conhecida como Programa UNO.

A UNO era uma associação civil, sem fins lucrativos, que nasceu especializada em crédito e capacitação. Trabalhava com crédito individual e com a garantia de um “aval moral”. O Fundo de Crédito inicial foi montado com recursos doados por PACT2, associação de ONGs dos Estados Unidos.

Existem inúmeras iniciativas e modelos de promoção do Microcrédito resultado de parcerias entre os vários atores sociais. No entanto, devido às proporções continentais do Brasil ainda é necessário promover a expansão dessa atividade como forma de multiplicar as potencialidades de empreendedorismo e micronegócios locais.

O acesso ao crédito tem se mostrado eficaz instrumento, tanto de desenvolvimento econômico quanto de inclusão financeira. O crédito demandado pelo público normalmente excluído do sistema financeiro formal possui características próprias e passou a ser mundialmente denominado microcrédito. (BANCO CENTRAL – RELATÓRIO DE INCLUSÃO FINANCEIRA, 2010. p.78).

Segundo Filho (2007), os bancos comunitários são experiências de economia solidária, e como tal, estas nos convidam a experimentação de outro tipo de economia (efetivamente a favor do bem estar humano e social). Pesquisas recentes em microfinanças e inclusão financeira trazem à tona pontos relevantes sobre a contribuição dos Bancos Comunitários como instrumentos de acesso e do uso de produtos e serviços financeiros para o combate à pobreza.

As Instituições Microfinanceiras (IMFs) desenvolvem metodologias específicas para seu mercado, como exemplo: aval solidário, mínima burocracia, figura do assessor de crédito evitando a ida do cliente à instituição e prazos curtos para reembolso do crédito. (LHACER, 2003, p. 97)

Os Bancos Comunitários tem como objetivo o desenvolvimento local e solidário em busca do bem-estar e melhoria de vida da comunidade de forma sustentável com o objetivo de democratizar o crédito e oferecer diversos serviços financeiros.

Bancos Comunitários é um serviço financeiro, de natureza comunitária, voltado para o apoio às economias populares de bairros e municípios com baixo IDH, que tem por base os princípios da Economia Solidária e oferece à população de baixa renda quatro serviços: fundo de crédito solidário, moeda social circulante local, feiras de produtores locais e capacitação em Economia Solidária. (SEGUNDO, 2008, p.1).

Esses modelos tem como base a Economia Solidária, cujo objetivo é o desenvolvimento local num sistema de redes de cooperação entre sociedade, produtores e consumidores. Essas organizações sociais vêm demonstrando que sua tipologia se difere da tipologia dos bancos tradicionais atuando com concessão de crédito a populações de baixa renda, através das finanças solidárias como o microcrédito, cartão de crédito, moeda social circulante.

1.6 Banco Palmas: Pioneirismo Brasileiro

O Banco Palmas é uma iniciativa que fomenta a geração de trabalho e renda, através da utilização de diversos instrumentos de viabilização de microcrédito aos produtores e consumidores do bairro do Conjunto Palmeiras, em Fortaleza/CE (SILVA JÚNIOR, 2004, p 2).

O Banco tem como espaço de ação o bairro popular palmeira na periferia de Fortaleza, trabalhando com uma população em estado razoável de vulnerabilidade.

O Banco Palmas está localizado na periferia de Fortaleza, capital do estado do Ceará, na região nordeste do Brasil. Fortaleza possui uma área de 313 km², com população de 2.416.920 habitantes, estimada em 2007 (IBGE, 2007). Seu Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, em 2004, era de 6.772 reais (IBGE, 2007). (VASCONCELOS, 2007, p. 74)

Em 1981, que ocorre a fundação da Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP) e começa o processo de organização das famílias. O resultado é que hoje o Palmeiras dispõe de redes de água e energia elétrica, e também de um canal de drenagem de 1.700m (construído em regime de mutirão), assim como, está organizado por quadras e tem implantada sua rede de esgotamento sanitário, além de outros serviços públicos, como transporte, escola e postos de saúde. Certamente, tudo isso não seria alcançado sem a mobilização da ASMOCONP e de seus líderes, cujas lutas marcantes são exemplos na historia do movimento comunitário no Brasil.

A ASMOCONP tem, hoje, 22 anos de existência e surge para organizar e mobilizar a população do Palmeiras em busca da melhoria das suas condições de vida mais gerais, articulando três planos de atuação: o político, no sentido da mobilização e participação das pessoas em torno de questões públicas; o social, ao reforçar a base das relações e convivência entre os moradores; e o econômico, a partir das várias atividades produtivas que são empreendidas. (FILHO; JÚNIOR, 2007, p. 7).

Com um universo bastante amplo de ação, os Bancos Comunitários vão além da concessão de microcrédito, tem entre outros objetivos, estimular o desenvolvimento do sistema produtivo local, através de uma economia alternativa, visando também a promoção da cidadania à população que o envolve.

A atuação dos Bancos Comunitários vai muito além do simples ato de concessão do microcrédito. Tem início com a capacitação e empoderamento dos moradores, despertando a sensibilidade para a solidariedade e a colaboração enquanto estratégia de um modelo de desenvolvimento justo e sustentável.” O que lhe assegura um caráter distintivo quando equiparado a organizações que atuam neste tipo de serviço. (MELO NETO; MGALHÃE, 2003).

Os produtos do Banco Palmas que compõem a cadeia de amparo aos prossumidores locais são: o microcrédito para incentivo a produção; cartão de crédito para consumo; clubes de trocas; moeda social; rede de compras coletivas; e central de comercialização. (JR, 2008, p. 58).

Seguindo esse contexto o Banco Palmas tornou-se referência nacional na disseminação dos EES sobre Bancos Comunitários através da difusão metodológica dos empreendimentos solidários, criando uma teia de relações.

Seguindo esta proposta de microfinanças, o Banco Palmas vem obtendo o reconhecimento, de diversas organizações governamentais, não governamentais e multilaterais, possibilitando a esta iniciativa a ampliação das oportunidades de geração de renda e reduzir a exclusão local com uma metodologia completamente original, coerente, exequível e replicável. Diante disso, o Banco Palmas tem buscado reproduzir esta metodologia em parceria com diversas instituições no Brasil. Isso ocorreu, principalmente, a partir de 2003 com a fundação do Instituto Banco Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária (SILVA J ÚNIOR, 2006).

O Banco Palmas tornou-se um instituto importante como parceiro para implementação de novos EES no país. Através do reconhecimento na sistematização da metodologia por ele desenvolvida.

O Instituto Banco Palmas é uma organização, com sede em Fortaleza/ CE, cuja função é difundir as metodologias e tecnologias sociais em Economia Solidária. A repercussão da atuação do Instituto Banco Palmas em replicar a metodologia do Banco com unitário começou no final de 2004, com a implantação do Banco PAR, em Paracuru/CE. (JÚNIOR JEOVÁ, 2007. p 2)

O Banco desenvolveu além de um modelo alternativo de concessão de microcrédito a oferta de instrumentos de consumo local como reforço de produção familiar, mecanismos de mobilização e valorização humana de iniciativas e de capacidade inovadora na promoção social e conquista da cidadania através de dinâmicas de desenvolvimento econômico e social.

Segundo Silva Jr (2004), o Banco Palmas constituiu-se em um sistema financeiro solidário e atua de forma integrada em quatro pontos da cadeia produtiva local: capital solidário, produção sustentável, consumo local e comércio justo.

1.7 Bancos Comunitários fundados pelo ICOSA na região Norte

Esta seção pretende trazer uma apresentação com um breve perfil dos bancos comunitários implantados na Região Norte pelo Instituto Capital Social da Amazônia.

Quadro 1: Bancos Comunitários implementados pelo Instituto Capital Social da Amazônia na Região Norte.³

- Locais que estão sendo organizados os Bancos Comunitários**

ESTADO	MUNICIPIO	COMUNIDADE/BAIRRO	Território PRONASCI	Nome do banco comunitário	Nome da moeda social
AM	Manaus	Colônia Antonio Aleixo		Conquista	Liberdade
	Manaus	Morro da Liberdade		Liberdade	Tucumã
	Parintins	São Benedito		Parintins	Puxirum
AP	Macapá	Novo horizonte			
AC	Rio Branco	Triângulo	X	Triangulo	Apuí
	Rio Branco	Sobral	X	Sobral	Sobral
	Rio Branco	Vitória	X	Vitória	Arco Iris
	Rio Branco	Calafate	X		Calafate
RO	Porto Velho	Ulisses Guimarães			
PA	Belém	Mosqueiro/Baía do Sol		Tupinambá	Moqueio
	Belém	Terra firme -	X		
	Marituba	Che Guevara	X		
	Ananindeua	Paar	X		
	Gurupá	Gurupá-		Aldeinha	mutirão
	Moju	Nossa Senhora Conceição Do Mirindeua			
	Jacundá	Alto Paraíso		Paraíso	Sabiá

³ Fonte: Instituto Capital Social da Amazônia

Quadro 2: Parceiros do Projeto Bancos Comunitários na Amazônia. .

Estado	Município	Comunidade/Bairro	Parcerias
Amazonas	Manaus	Colônia Antônia Aleixo 40.000 habitantes	<ul style="list-style-type: none"> • SEMTRAB – Prefeitura de Manaus • SETRAB – Governo do Estado • ITASA – Brasil Local
		Morro da Liberdade 16.000 habitantes	<ul style="list-style-type: none"> • Fórum Estadual e Municipal de Economia Solidária • Colônia de pescadores de Parintins
	Parintins	São Bento 6.000 habitantes	<ul style="list-style-type: none"> • Unisol Brasil – Amazonas • MDA – Delegacia Federal de Desenvolvimento Agrário
Amapá	Macapá	Novo Horizonte 40.000 habitantes	<ul style="list-style-type: none"> • RECIDE, BRASIL LOCAL, ABRAÇO • Fórum Estadual de Economia Solidária
Acre	Rio Branco	Triangulo 20.000 habitantes	<ul style="list-style-type: none"> • SECRETÁRIA DE ESTADO DE PEQUENOS NEGÓCIOS – Governo Estadual do Acre
		Sobral 70.000 habitantes	<ul style="list-style-type: none"> • Fórum Estadual de Economia Solidária
		Vitória 30.000 habitantes	<ul style="list-style-type: none"> • COESA
		Calafate 40.000 habitantes	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenadoria de Economia Solidária – Secretaria Municipal de Trabalho e Renda.
Rondônia	Porto Velho	Ulisses Guimarães 30.000 habitantes	<ul style="list-style-type: none"> • SEDEMSTUR – Prefeitura Municipal • Fórum Estadual de Economia Solidária
Pará	Belém	Mosqueiro/Baía do Sol 7.000 habitantes	<ul style="list-style-type: none"> • Parcerias Privadas • Câmara Municipal de Belém • Universidades – CESUPA – ESMAC
		Terra Firme habitantes	<ul style="list-style-type: none"> • Arquidiocese de Belém • Centros Comunitários • Movimento Cidade de Emaus • Projeto Catação – Catadores Terra Firme
	Marituba	Che Guevara 70.000 habitantes	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria de Economia Solidária • Prefeitura Municipal de Marituba • Gabinete Pronasci
	Ananindeua	PAAR 70.000 habitantes	<ul style="list-style-type: none"> • Instituto Vitória Régia • Conselho Comunitário do PAAR • Prefeitura Municipal da Ananindeua
	Gurupá	XINGÚ 10.000 habitantes	<ul style="list-style-type: none"> • Prefeitura Municipal de Gurupá
	Mojú	Nossa Senhora Conceição do Mirindeua 5.000 habitantes	<ul style="list-style-type: none"> • Prefeitura Municipal do Moju • Secretária de Igualdade Racial
	Jacundá	Paraíso 40.000 habitantes	<ul style="list-style-type: none"> • Prefeitura Municipal de Jacundá

Fonte: Instituto Capital Social da Amazônia

2 PERFIL SOCIAL DA CIDADE DE MANAUS

A partir da década de 70, após a implantação da Zona Franca, Manaus passou por um processo de urbanização acelerado, muito em função da chegada das atividades industriais, mega empresas nacionais e mundiais, que atraíram uma quantidade de pessoas para a cidade em busca de emprego e melhorias na qualidade de vida.

A expansão das oportunidades de emprego fez com que pessoas fossem atraídas para a cidade, provenientes de municípios e estados vizinhos, em sua maioria de estados do Norte e Nordeste. Contudo, Manaus não foi preparada para receber o volume de pessoas que aqui chegaram, não realizou o seu planejamento urbano devido e hoje enfrenta como consequência vários problemas urbanos, em sua maioria de cunho social.

O crescimento desordenado marca a trajetória de Manaus. O período áureo da borracha na Amazônia foi o ponto de partida para a expansão demográfica da cidade. A matriz impulsionou a migração de outros brasileiros para a cidade, levando ao crescimento urbano desordenado. Mais tarde, o Polo Industrial provocou outro “boom” demográfico na cidade. Juntas, as questões transformaram a capital amazonense em uma metrópole.

Figura 6 - Visão Panorâmica da cidade de Manaus



Fonte: <http://www.portalamazonia.com.br/editoria/atualidades/crescimento-desordenado-marca-trajetoria-de-manau/>

A quantidade de pessoas que Manaus ganhou inchou a cidade e fez com que a infraestrutura existente fosse insuficiente para a demanda criada, gerando transtornos para a população e se tornando um grande problema para os gestores municipais atuais. Manaus

enfrenta vários problemas como saúde, educação, moradia, mobilidade, violência e desigualdade social.

A cada espaço de terra ocupada de forma desordenada (muito em função da busca de moradia), sem planejamento ou infraestrutura mínima adequada para qualquer assentamento, leva cada vez mais às dificuldades de acesso ao saneamento ambiental, iluminação pública, água potável, transporte público, coleta de lixo, iluminação pública, segurança, ruas pavimentadas etc., problemas estes que atingem a maioria da população manauara.

Na área da saúde enfrentamos problemas crônicos e antigos como a insuficiência de leitos, de medicamentos e equipamentos. A disponibilidade de profissionais em número insuficiente leva às grandes filas, às dificuldades e ao desespero de algumas pessoas, que não chegam a receber a atenção devida na sua enfermidade.

De mesmo modo enfrentamos problemas na educação, onde a qualidade de ensino fica prejudicada pela má formação dos docentes, péssima qualidade dos ambientes das salas de aula e ausência de equipamentos pedagógicos necessários para o desempenho da prática da boa educação. Mas, destacamos que toda a regra tem as suas exceções.

A violência urbana é outro ponto relevante do aspecto social da cidade. Leva ao isolamento social, uma vez que ela está presente nos espaços da cidade nos bairros e comunidades de um modo geral.

2.1 O índice de Desenvolvimento Humano

O conceito de Desenvolvimento Humano também parte do pressuposto de que para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana. (PNUD 2010).

Em um País com imensas desigualdades sociais, a cidade de Manaus apresenta números elevados desse desequilíbrio. O IDH é importante filtro na busca de índices que sinalizem as principais características sociais dessa região.

Abaixo os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) para a cidade de Manaus:

IDH - Segundo dados do ODM (2010), Manaus tem o IDH de 0,774 em 2010, considerado baixo para a manutenção de qualidade de vida, e bem estar da população, indica insuficiência no atendimento das necessidades básicas como condições de saneamento, acesso à água potável. Este índice de desigualdades vem diminuindo gradativamente nesses últimos

dez anos podendo ter uma diminuição considerável de 50% até 2015, como é o objetivo do movimento.

Com uma expectativa positiva o tema de Desenvolvimento local é foco de estudo para a diminuição das distorções da realidade social do País. Fenômenos que levam a exclusão social como a pobreza extrema, concentração de riqueza e renda, segurança pública ineficiente, criam condições favoráveis para o crescimento das desigualdades sociais regionalizadas; criando uma conjuntura favorável para o desenvolvimento local através de suas potencialidades.

Educação - Segundo a síntese de indicadores sociais, divulgada pelo Desenvolvimento Humano de Manaus – Atlas Municipal, a educação ainda é área crucial para todos os estados da federação, o crescimento econômico exige maiores índices de educação e de qualificação dos jovens.

O gráfico abaixo leva em consideração o acesso ao sistema educacional no Município (população frequentando a escola segundo nível de ensino, quantidade de estabelecimentos educacionais e número de matrículas no ano de 2008).

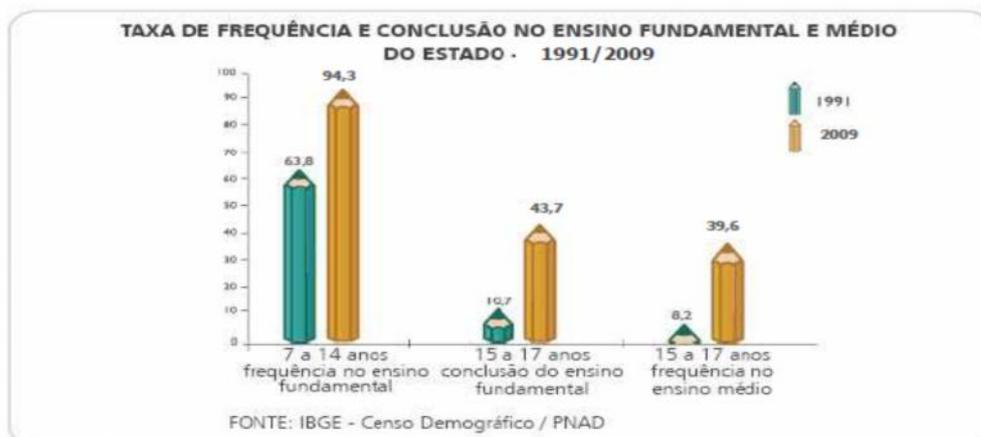
Tabela 1 - Total de Unidades de Ensino no Município de Manaus

Educação no Amazonas - 2008			
Estabelecimento de Ensino	Qtd	Número de Matrículas	
Pré-Escola	379	Pré-Escola	59.920
Fundamental	643	Fundamental	380.447
Médio	162	Médio	93.509
Superior	23	Privada	53.408
		Pública	23.620

Fonte: SEPLAN - Perfil Econômico do Município de Manaus, 2010.

Houve, porém melhoras nos índices educacionais no que se refere ao acesso e permanência de alunos na escola no período entre 1991 e 2009 no ensino fundamental e médio no estado, segundo dados da ODM.

Gráfico 1 - Evolução Educacional entre 1991 e 2009



Entre 1991 e 2009
 **48% de melhoria**
94% de alcance

Fonte: Sínteses Estaduais: ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - Amazonas. 2009, p1.

Abaixo dados educacionais relativos ao acesso ao sistema, desde a educação básica ao ensino superior no estado. (SEPLAN 2010).

Figura 7 - Demonstrativo Educacional de Manaus em 2010

EDUCAÇÃO					Ensino Superior - UEA / 2010	
Educação Básica / 2010					Cursos	Alunos
Área	Alunos	Docentes	Escolas			
Urbana	553.567	15.775	794	41	8.057	
Rural	11.536	33	85			
Total	565.103	15.808	879			
Relação Aluno / Professor:			35,75			

Fonte: SEPLAN – Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico – Condensado de Informações sobre os Municípios do Estado do Amazonas 2010.

Saúde – Os dados mostram a presença do Município na área da saúde considerando dois aspectos: o número de leitos e o número de unidades hospitalares nas três esferas da federação no âmbito do SUS, e na rede particular.

Segundo Pesquisa IBGE/2005, Manaus contava com um total de 2.905 leitos hospitalares sendo 2.166 públicos (federal – 249, estadual 1.856, municipal – 61) e 739 privados. Em todo o Estado do Amazonas, a média de leitos é de 1,8 por cada 1.000 habitantes (1999), sendo 7,8 o número de médicos para cada 10.000 habitantes (2001).

Tabela 2 - Unidades de Saude na Capital (governo estadual)

Denominação	Quantidade
Serviço de Pronto Atendimento - SPA	09
Centro de Atenção a Criança - CAIC	12
Centro de Atenção ao Idoso - CAIME	03
Centro de Atenção Psicossocial - CAPS	01
Centro Psiquiátrico	01
Maternidades	05
Policlínicas	06
Fundações de Saúde	06
Hospitais	06
Pronto Socorro - PS	05
Unidade de Apoio	03
Total	57

Fonte: SEPLAN - Perfil Econômico do Município de Manaus, 2010.

O quadro abaixo disponibiliza os indicadores que compõem a distribuição de leitos no estado, com a distribuição de unidades hospitalares na esfera federal, estadual e municipal.

Considerando esses valores, o município encontra-se, por um lado, em situação desfavorável, relativamente ao contexto nacional.

Os dados trazem ainda a incidência de casos das doenças mais frequentes registrado no estado no ano de 2010.

Figura 8 - Demonstrativo principais casos de Doenças - 2010

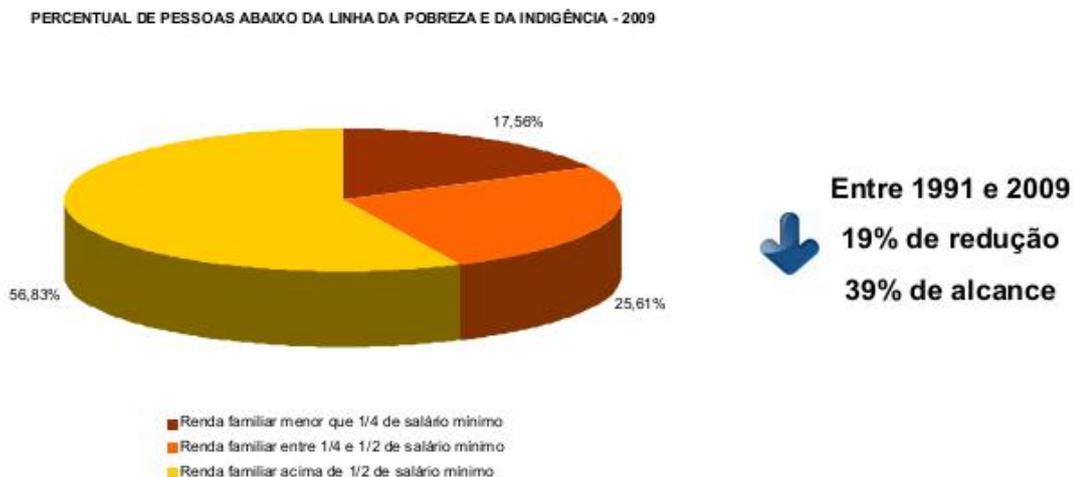
SAÚDE		CASOS DE DOENÇAS - 2010	
SERVIÇO DE SAÚDE - 2010			
Nº de leitos - Estadual	2.915	Casos de Dengue	2.819
Estabelecimento de saúde - Federal	13	Casos de Hanseníase	347
Estabelecimento de saúde - Estadual	49	Casos de Malária	15.669
Estabelecimento de saúde - Municipal	237	Casos de Tuberculose	1.917
Raio X até 100mA	60	Casos de AIDS	551
		Doenças Diarréicas Agudas	74.396

Fonte: SEPLAN – Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico – Condensado de Informações sobre os Municípios do Estado do Amazonas 2010.

Renda – Segundo dados da ODM Objetivos de Desenvolvimento do Milênio parcela considerável do da população estado do Amazonas se encontra em situação de vulnerabilidade, diante desse quadro de elevados índices de pobreza, elaborar soluções alternativas para geração de emprego e renda considerando as características locais é um ambiente propício para os EES. A pobreza vem exigindo cada vez mais ações que contribuam para a sua redução e que sejam capazes de promover inclusão social de parcelas da população.

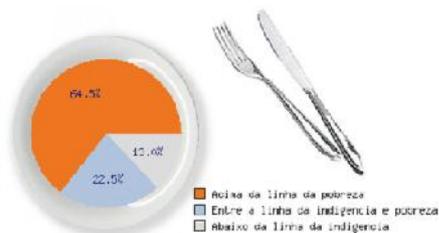
Gráfico 2 - Renda familiar do Amazonas

No Amazonas, **43%** da população vive com renda familiar menor que $\frac{1}{2}$ salário mínimo.



Fonte: Sínteses Estaduais: ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - Amazonas. 2009, p1.

Gráfico 3 - Proporção de Moradores abaixo da linha da pobreza e indigência - 2010



Neste município, de 1991 a 2010, a proporção de pessoas com renda domiciliar per capita de até meio salário mínimo reduziu em -25,0%; para alcançar a meta de redução de 50%, deve ter, em 2015, no máximo 14,2%.

Para estimar a proporção de pessoas que estão abaixo da linha da pobreza foi somada a renda de todas as pessoas do domicílio, e o total dividido pelo número de moradores, sendo considerado abaixo da linha da pobreza os que possuem rendimento per capita menor que $\frac{1}{2}$ salário mínimo. No caso da indigência, este valor será inferior a $\frac{1}{4}$ de salário mínimo.

No Estado, a proporção de pessoas com renda domiciliar per capita de até meio salário mínimo passou de 0,3%, em 1991, para 49,4% em 2010.

Fonte: ODM - Acompanhamento Municipais dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - Relatórios Dinâmicos: Indicadores Municipais. 2010, p1.

Distorções nos dados oficiais do Estado revela um lado cruel da concentração de renda no Brasil.

Demografia – Segundo o Censo Demográfico do IBGE, o número de habitantes em Manaus na década de 20 era de 75,7 mil. Em 30 anos, este número saltou para 175,3 mil. Com a implantação do Polo Industrial de Manaus (PIM), em apenas 10 anos, a capital amazonense passou por outro ‘boom’ demográfico, dobrando o número para mais de 314,1 mil.

De acordo com o disseminador de informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) Adjalma Nogueira Jaques, o primeiro ‘boom’ demográfico aconteceu entre 1890 e 1910. Na época, a “*Paris dos trópicos*”, como era conhecida, mantinha pouco mais de 38,7 mil habitantes.

A partir do PIM, o número de pessoas vivendo na cidade baré aumentou consideravelmente. A cada dez anos, o número duplicava. O crescimento populacional só diminuiu a velocidade na primeira década dos anos de 1991, quando mantinha cerca de 1,1 milhão de habitantes. Nos últimos dados divulgados pelo IBGE, em 2010, mais de 1,8 milhão de pessoas vivem na capital amazonense.

Atualmente, a cidade conta com a estimativa de 1,8 milhões de habitantes. Do total, 1,2 milhões nasceram na cidade. A população vinda do interior do Estado contabiliza mais de 287 mil pessoas. A cota de fora do Amazonas apresenta o número de 275,9 mil migrantes. A capital amazonense possui mais de 60 bairros regularizados.

Figura 9 - Demografia de Manaus

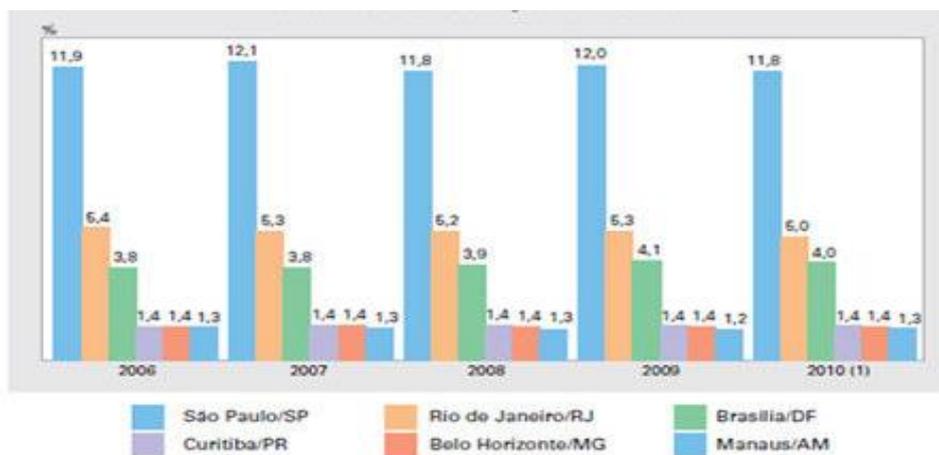


Fonte: Portal Amazônia

PIB – Manaus se manteve com o 6º maior PIB (Produto Interno Bruto) no ranking nacional, segundo informações divulgadas, nesta quarta-feira (12/12), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados analisados são de 2010, ano em que a capital amazonense alcançou um PIB de R\$ 48,5 bilhões. Com forte participação do setor de serviços que contribuiu com R\$ 19,8 bilhões. A indústria participou com R\$ 17,4 bilhões e a agropecuária, numa escala menor, com R\$ 2,1 bilhões. (IBGE 2010).

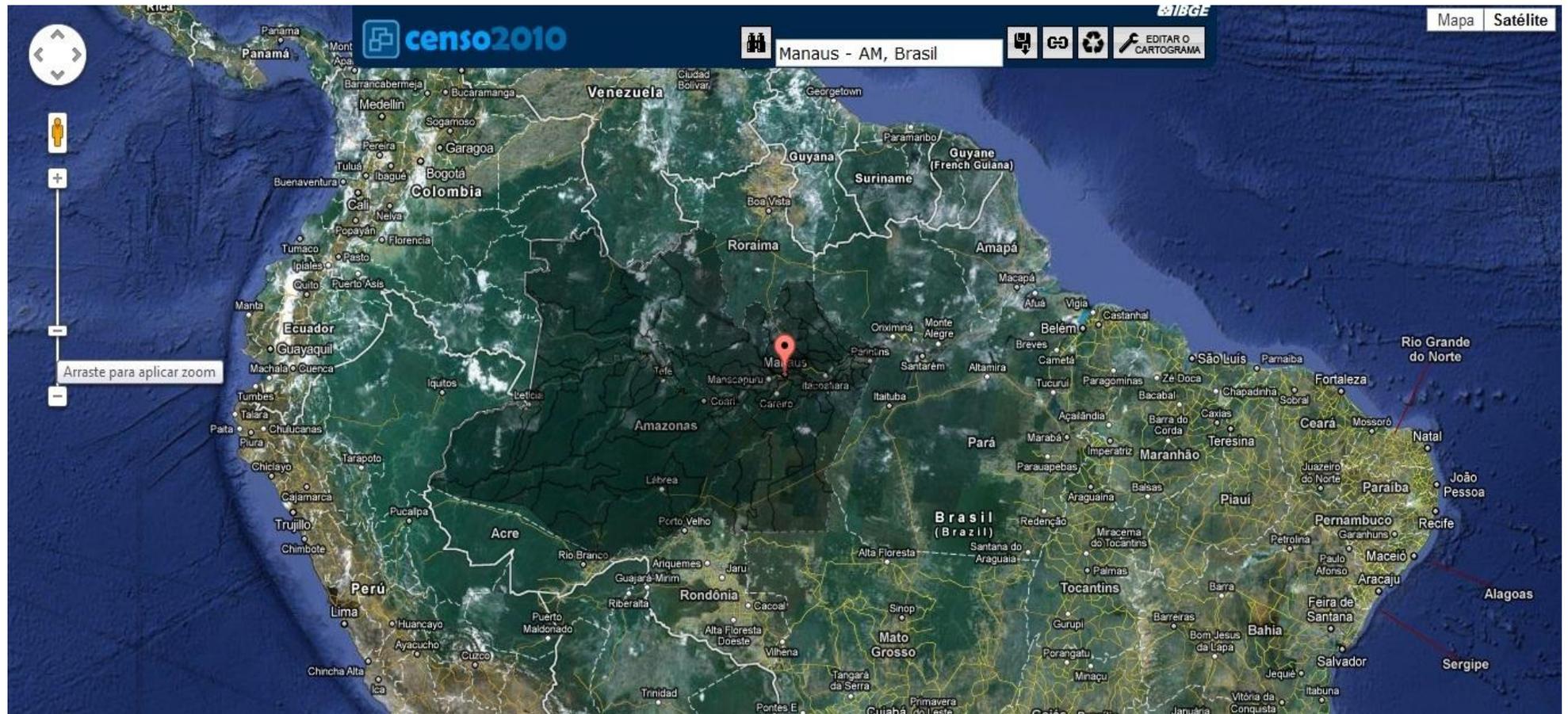
Conforme o IBGE 2010, Manaus e outros cinco municípios (São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Brasília e Belo Horizonte) representaram, no referido ano, 25% de tudo o que foi produzido no País – Manaus, em especial, por abrigar o Polo Industrial de Manaus.

Gráfico 4 – Participação percentual do Produto Interno Bruto dos seis maiores municípios e respectivas Unidades da Federação – 2006-2010



Fonte: IBGE 2010

Figura 10 - Mostra o mapa do Amazonas destacando a cidade de Manaus



Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/painel/?nivel=mn&areas=13&variavel=>

3 SUJEITOS DA PESQUISA

3.1 O Morro da Liberdade

O Morro da Liberdade é um bairro popular da periferia de Manaus. Localizado na zona sul, faz fronteira com os bairros Cachoeirinha, Betânia, São Lázaro, Colônia Oliveira Machado e Santa Luzia. Conta com aproximadamente 13.500 habitantes.

A chegada dos primeiros moradores ao bairro Morro da Liberdade data ainda de 1892, com a vinda para Manaus de imigrantes nordestinos, principalmente maranhenses, que traziam na bagagem a tradição aos cultos religiosos africanos.

Em meio a essas pessoas veio a Sra. Joana Gama, que deu início ao culto da Umbanda, religião de origem afro-brasileira, designada como cerimônia fetichista, com influência cristã, acompanhada de danças e cantos ao som de tambor. A Sra. Joana Gama se tornou a primeira mãe de santo do local, dando início à povoação. Assim como grande parte dos bairros de Manaus, a história do Morro da Liberdade carece de registros documentais para comprovar a veracidade dos fatos, ficando restritas às lembranças narradas por moradores antigos, algumas compiladas por esforço de membros da igreja do Imaculado Coração de Maria, a paróquia do bairro.

De acordo com esses relatos, a segunda mãe de santo do bairro foi a Sra. Quintina Nemésia de Jesus Rocha, fundadora do terreiro de Santa Bárbara, existente até hoje na Rua São Benedito, que usou de sua influência dentro da comunidade para solicitar ao Sr. Sabará, um proprietário de máquinas de terraplanagem, que abriu as primeiras ruas no bairro, então conhecido como Morro do Tucumã.

Só após a morte de dona Quintina é que o poder público passa a intervir na localidade, abrindo novas ruas e oferecendo o mínimo em infraestrutura. O bairro ainda reverencia a força da mãe de santo, tanto que atualmente uma das pessoas mais influentes dentro da comunidade é a Sra. Zulmira Gomes, 87 anos, terceira na linha sucessória e conhecida pelos moradores como Mãe Zulmira, que recorda quando sua família chegou ao Morro da Liberdade, em julho de 1923, quando o local era ainda “mata virgem”.

O bairro no início se chamava Morro do Tucumã, mais tarde passa a ser denominado de Cajual, para depois ser batizado de Morro da Liberdade. Essas antigas denominações se deviam ao grande número de tucumanzeiros e cajueiros existentes no local.

Toda a área era arborizada, cortada pelo igarapé do Pancada, hoje igarapé do 40, onde todos os moradores tomavam banho e se serviam da água para beber e os afazeres domésticos. Ocupação: Por volta do ano de 1944, novos moradores chegam ao Morro da

Liberdade e passam a morar nas margens do igarapé do 40, entre eles um que ficou conhecido por Chico Bolseiro, negro oriundo do Ceará, uma espécie de “faz tudo” no bairro, e artesão que sobrevivia da fabricação e venda de cestos de vime. Seu Chico Bolseiro ficou na lembrança dos moradores do bairro por ser também parteiro e de rezar em crianças doentes. Mas foi com a grande enchente do rio Amazonas, ocorrida em 1953, que o Morro da Liberdade passa a receber grande número de moradores vindos dos mais diversos municípios do Estado.

Nesta época, o governador do Estado, Álvaro Botelho Maia, faz o loteamento e distribui terrenos no local, ainda denominado de Morro do Tucumã e parte do bairro da Colônia de Oliveira Machado. Imagem da Mãe de Jesus Cristo Em 1954 chega ao bairro um morador conhecido apenas por Justino, trazendo uma imagem do Coração Imaculado de Maria e o sonho de construir uma capela para cultuar a “Mãe de Jesus”. Seu Justino costumava sair pelas ruas do bairro pedindo esmolas para a construção da igreja, tendo recebido de outra moradora, Sra. Aquilina, um pedaço de terra onde deveria edificar a casa de oração.

Enquanto a capela não ficava pronta, era o próprio Justino que conclamava a comunidade a rezar terços e fazer novenas, embaixo de um cajueiro, ao lado da futura capela, localizada na Rua das Palmeiras, atual Rua São Pedro.

O início da construção da capela data de 05 de setembro de 1954 e foi feita de madeira e coberta de palha, tendo funcionado por três anos, sendo realizados os ofícios pelo padre Paulino Lammelier, vigário de Santa Luzia. Depois, outra igreja foi construída, sendo inaugurada em 14 de setembro de 1957, até que no ano seguinte, a capela passa a ser construída em alvenaria, mantendo como padroeiro o Imaculado Coração de Maria.

Em 1965, a comunidade solicita ao arcebispo Dom João de Souza Lima um padre para atender a comunidade. Como não dispunha de pároco para nomear, o próprio bispo passa a celebrar a missa na paróquia. Futebol com Samba e Escolas: O bairro do Morro da Liberdade concentra sua atividade econômica em pequenos estabelecimentos comerciais, duas indústrias, a Metastufa Indústria e Comércio Ltda. e Amapoly Indústria e Comércio S/A, a Transportadora Clodoaldo Santos e a Distribuidora Barateiro do Morro. O bairro possui três escolas públicas estaduais e três municipais, além de uma escola particular.

A comunidade do Morro da Liberdade possui ainda dois clubes de futebol: o Olaria Esporte Clube e o Libermorro Futebol Clube, que disputa o campeonato amazonense de futebol. A maior expressão cultural do bairro é a Escola de Samba Reino Unida da Liberdade,

diversas vezes campeã do carnaval amazonense no grupo especial. Peculiaridades: A primeira casa edificada onde hoje é o bairro do Morro da Liberdade pertencia a Sra. Joana Gama, onde se iniciou o culto à Santa Bárbara.

A comunidade mantém as mesmas manifestações culturais dos primeiros tempos, como as festas tradicionais nos terreiros de umbanda, em comemoração à Santa Bárbara, Cosme e Damião e São Sebastião. Outro fato curioso é que o bairro já teve duas ruas com o nome de São Pedro.

Isto aconteceu porque João Ferreira de Souza, 79 anos, um dos três irmãos cearenses que deram nomes a maior parte das ruas do bairro, quando chegou no local, em 1954, resolveu homenagear o santo dando-lhe o nome à rua onde instalou seu pequeno comércio. Depois, descobriu que já havia uma rua com o nome de São Pedro.

A solução encontrada foi batizar uma das ruas com o nome de avenida, situação que perdura até hoje. Localização: O Morro da Liberdade está localizado na Zona Sul de Manaus e faz fronteira com os bairros da Cachoeirinha, Betânia, São Lázaro, Colônia de Oliveira Machado e Santa Luzia. Sua população, conforme dados de IBGE, é de 13.599 habitantes, tendo uma superfície estipulada de 69,93 hectares.

Figura 11: Entrada para o Morro da Liberdade



Fonte: <http://portalamazonia.globo.com/pscript/amazoniadeaaz/artigoAZ.php?idAz=510>

3.2 Banco Liberdade - Manaus/AM

A Organização em Foco

O Banco Comunitário Liberdade está situado na periferia de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, na região Norte do País. Manaus possui uma área de 11.410.1km², com população de 1.802.525 habitantes, estimada em 2010 (IBGE, 2010). Seu Produto Interno Bruto (PIB) per capita, em 2010 foi de 631 reais.⁴

Inaugurado em 20 de outubro de 2011 O Banco Comunitário Liberdade é um Projeto de desenvolvimento que surgiu a partir da articulação comunitária, com a finalidade incentivar a economia local, auxiliando os moradores do Bairro Morro da Liberdade na busca do desenvolvimento sócio econômico da comunidade, com intuito de levar a oportunidade de crescimento econômico aos empreendedores e com incentivo de microcrédito para consumo local aos comunitários, na certeza de criação de alternativa que amenizem os problemas sociais e econômicos da comunidade.⁵

Figura 12: Faixada do Banco Comunitário Liberdade



Fonte: Própria Autora

⁴ http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2019&id_pagina=1

⁵ <http://semtrad.manaus.am.gov.br/prefeitura-vai-inaugurar-o-segundo-banco-comunitario-na-cidade/>

Foi instituído no Município de Manaus através do Convênio MTE/SENAES Nº 00104/2010 de 02 de Julho de 2010, que celebrou Convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego e Secretaria Nacional de Economia Solidária, com a SEMTRAD-AM em parceria com Organização Social Ecoando Liberdade, com o apoio do Instituto Capital Social da Amazônia.

Destinado à concessão de Microcrédito a microempreendedores do setor formal e informal do Morro da Liberdade.

O Banco Liberdade tem como objetivo estabelecer uma política para Concessão de Crédito, visando o desenvolvimento socioeconômico, com o intuito de definir as linhas de crédito e os critérios em consenso com a comunidade.

Pode também ser entendido como um instrumento de desenvolvimento local, proporcionando também à comunidade a oportunidade de ser agente de tal processo, uma vez que, obedecendo à metodologia de Bancos comunitários, ele será gerenciado pela própria comunidade.

A atuação do banco ocorre de maneira integrada com a produção e o consumo local, ou seja, na mesma medida que fomentará o empreendedorismo, estimulará o consumo na comunidade, de modo a formar uma rede de prosumidores, ou seja: consumidores e produtores que são atores de seu desenvolvimento.

Ao longo de 118 anos, o Morro da Liberdade vem estabelecendo lutas em prol de melhorias para a comunidade. No ano de 2010, esse bairro conquistou mais uma delas, tornando-se uma das comunidades beneficiárias do projeto Bancos Comunitários na Amazônia executado pelo Instituto Capital Social da Amazônia.

Defende-se este projeto com a certeza do bem estar da comunidade e realização de um sonho para seus moradores que terão melhor qualidade de vida e satisfação de morar em um bom ambiente saudável e com desenvolvimento social e econômico além da utilização dos serviços bancários, como: correspondente bancário, empréstimos em Real e em Moeda Social, e outros serviços comuns de bancos convencionais (pagamentos de contas, recebimentos de salários, e etc.).

No entanto, para que o Banco Comunitário Liberdade cumpra com seus objetivos precípuos, os de incluir a comunidade no sistema financeiro e desenvolvê-la socioeconomicamente, faz-se necessário o apoio do poder público, no que refere ao aporte financeiro do mesmo. Tal banco funcionará com duas linhas de créditos: produtivo e de

consumo, levando em consideração critérios de análise de crédito que contemple a realidade local.

A linha de crédito de produção é em R\$ e destina-se a empreendedores que já tenham ou queiram abrir um negócio. Já o crédito de consumo, é concedido em moeda social, geralmente sem juros ou bem abaixo dos juros de mercado, de forma a criar uma sinergia com os créditos de produção. Ou seja, o banco estimula a produção concedendo empréstimo para a abertura de um empreendimento e concede o empréstimo em moeda social, fazendo com que o consumo aumente nos empreendimentos do bairro.

3.3 A Moeda Social Tucumã

Tucumã - Fruta Típica Amazônica

A fruta típica da Região Norte presente na alimentação dos Manauaras deu nome a moeda social circulante do Banco Comunitário Liberdade, criando familiaridade aos seus usuários e a valorização da cultura local, levou a escolha do nome da moeda pela comunidade.

A sua origem ainda é desconhecida, mas alguns pesquisadores afirmam que o tucumãzeiro é nativo do estado do Amazonas, por isso que também é chamado de tucumã-do-amazonas. É localizado ainda nos estados brasileiros do Pará, Roraima, Mato Grosso, Rondônia e Acre, além da Guiana, Peru e Colômbia. Cresce em áreas de terra firme, sendo muito comumente encontrado em solos pobres.⁶

A escolha da moeda social se deu democraticamente em uma eleição realizada na comunidade com 05 nomes propostos em reunião: Zumiras, Gama, Reinos, Morros e tucumã, vencendo tucumã com a maioria dos votos dos comunitários que participaram das reuniões e palestras na ADL Cajual, Escola de Samba Reino Unido e Escola Irmã Idelvira. Nos quatro cantos do bairro a comunidade teve a oportunidade votar.

A moeda social é criada pela comunidade para circular somente em seu território. É complementar ao Real e evita a saída dos recursos que as pessoas da comunidade recebem por meio de salários, benefícios e outras formas de renda. Além disso, ela é lastreada, ou seja, para cada moeda social existente deve existir o correspondente em real no banco comunitário. Isto garante a troca de moedas sociais por reais pelos empreendedores do local.

⁶ <http://komani-komani.blogspot.com.br/2010/12/tucuma-fruta-tipica-amazonica.html>

Portanto, o apoio do poder público torna-se imprescindível para o aporte de recursos destinados à construção do lastro da moeda e do fundo para empréstimo produtivo e de consumo.

Características:

- O circulante local tem lastro na moeda nacional, o Real (R\$);
- As moedas são produzidas utilizando-se componentes de segurança - papel moeda, marca d'água, código de barra, número serial - para evitar falsificação;
- A circulação é livre no comércio local e, geralmente, quem compra com a moeda social recebe um desconto patrocinado pelos comerciantes, para incentivar o uso da moeda no município/bairro;

Qualquer produtor/comerciante, cadastrado no banco comunitário, pode trocar moeda social por reais, caso necessite fazer uma compra ou pagamento fora do município/bairro.

As formas de um produtor ou morador ter acesso à moeda social circulante local são:

- Realizando empréstimos, sem juros, em moeda social no banco comunitário.
- Prestando serviço para alguém da comunidade que tenha o circulante local.
- Trocando reais por circulante local, diretamente, na sede do banco comunitário.
- Participando como membro de algum empreendimento produtivo, percebendo seus resultados, em média, 80% em moeda real e 20% em moeda social, mediante o acordo com os demais participantes.

O Banco Liberdade utiliza a moeda social Tucumã como forma de circulação de riqueza na comunidade, maior rotatividade de mercadoria entre os comerciantes locais e aumento de clientes. Segundo a Cartilha de Finanças Solidárias com o uso da moeda social é possível alcançar esse propósito. (FINANÇAS SOLIDÁRIAS, 2011. p 16).

Figura 13: Moeda da Social Tucumã

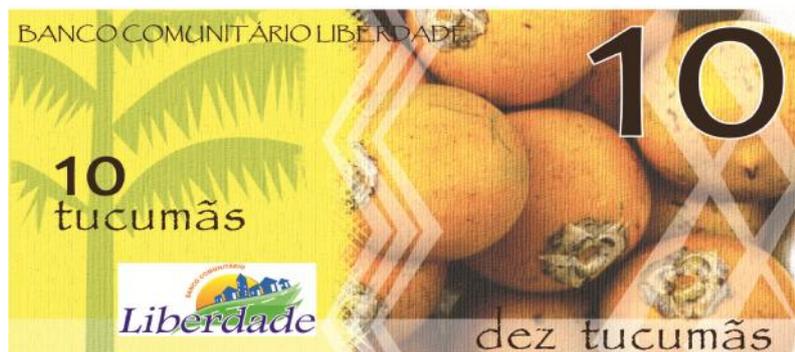


Figura 14: Moeda da Social: dois e cinco Tucumãs



Fonte: Banco Comunitário Liberdade

O sistema de Moedas Sociais é um instrumento fundamental para que seja assegurada a estratégia de consumo local. (FINANÇAS SOLIDÁRIAS, 2011).

Com a estratégia da moeda social, as pessoas passam a consumir mais na comunidade, ao invés de comprar em grandes redes de supermercados, lojas de roupas e etc. que, muitas vezes, enviam seus lucros para fora do Brasil. Comprando na comunidade os lucros permanecem nela, gerando ali mais desenvolvimento.

Portanto, a Moeda Social, também chamada de Circulante, é uma moeda complementar ao Real (Moeda Nacional – R\$), criada pelos Bancos Comunitários e objetiva fazer com que o dinheiro circule na própria comunidade-município, ampliando o poder de comercialização local, aumentando a riqueza circulante na Comunidade. (FINANÇAS SOLIDÁRIAS, 2011).

Atualmente, circulam T\$ 713,00 (setecentos e treze) Tucumãs. Num volume total de cédulas:

Total T\$ 0,50 (cinquenta centavos): T\$ 34,00;

Total T\$ 1,00 (um): T\$ 53,00;

Total T\$ 2,00 (dois): T\$ 308,00;

Total T\$ 5,00 (cinco): T\$ 295,00;

Total em T\$ 10,00 (dez): T\$ 40,00.

O número de empreendimentos cadastrados no Banco Liberdade hoje, no bairro, arrola mais de 80 estabelecimentos locais (formais e informais) onde a moeda circula, dos quais a maioria oferecem descontos que variam entre 1% e 10%. O desconto, porém é voluntário.

O Banco Liberdade dispõe do câmbio que permite que os comerciantes cadastrados acumulem Tucumãs e troquem por Reais na sede do Banco fazendo com que a moeda social circule no comércio local do bairro.

3.4 Estrutura Organizacional

O Banco Liberdade está localizado na sede da ADL-CAJUAL - Agência de Desenvolvimento Local do Cajual, usufruindo toda a sua instalação física. Na entrada do prédio, há a logomarca do Banco com um guichê para o atendimento e oferta dos serviços oferecidos pelo Banco, como troca de moeda e todos os serviços de correspondente bancário. O Banco funciona em uma sala da Agência, onde estão dispostos computador, impressora, telefone, e armários. A ADL é um Órgão da SEMTRAD – Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento, no prédio estão presentes outros setores que compõem a agência, como: O Banco Comunitário, AEESC, SINE, PROFITEC e Cooperativas de Artesanato.

Além de oferecer vários serviços e cursos profissionalizantes à população como: curso de solda, petróleo e gás, eletrônica, eletroeletrônica e atendimento ao cliente.

Figura 15: Sede da Agência de Desenvolvimento Local do Cajual.



Fonte: Própria Autora

Como o Banco não possui personalidade jurídica por isso ele não possui Estatuto. O trabalho é na sua maioria voluntário. Atualmente duas funções no Banco são remuneradas, o analista de crédito e o caixa recebem uma ajuda de custo. Existe um Regimento Interno que trata da organização e funcionamento do Banco onde consta o cumprimento do conjunto de diretrizes e princípios previstos nos Estatutos Sociais e demais documentos da entidade proponente, ficam estabelecidos as seguintes regras de organização e funcionamento, aplicáveis ao conjunto de comunitários.

Estrutura de funcionamento

Desde a sua inauguração o Banco Liberdade é integrado à Agência de Desenvolvimento Local - ADL CAJUAL do Morro da Liberdade. O Banco ocupa uma sala na sede da Agência e se insere na área de Economia Popular da ADL. A equipe do Banco Liberdade é formada por sete pessoas diretamente envolvidas no trabalho, sob responsabilidade da Organização Social Ecoando Liberdade – OSEL.

A sua gestão é compartilhada entre uma equipe escolhida pela Diretoria da OSEL.

As funções da equipe se dividem da seguinte forma:

Quadro 3: As funções da equipe do Banco Comunitário Liberdade

Função	Atribuições	Formação - Relação com a Comunidade	Horas trabalhadas por semana	Relação de trabalho
1 coordenador Geral	É o responsável pelo Banco. Responde administrativamente pela Organização. Deve ser indicado pela Entidade Gestora e aprovado pela Comunidade.	Líder Comunitário	20h	Voluntário
1 analista de Crédito	Tem como responsabilidade de recolher as demandas de crédito. Fazer visita técnica para a tomada de crédito. Pesquisa a situação econômica dos clientes. Será indicado pela entidade gestora em parceria com o comitê gestor.	Ensino Médio - Líder Comunitário	40h	Recebe uma ajuda de custo
1 caixa	É o responsável pelo correspondente bancário. Será indicado pela entidade gestora em parceria com o comitê gestor.	Ensino Médio - Líder Comunitário	40h	Recebe uma ajuda de custo

Fonte: Plano Pedagógico Banco Liberdade – Para Gestão de Política de Crédito. Manaus-AM, 01 setembro de 2011- Comitê Gestor do Banco Liberdade.

Manutenção da Infraestrutura:

- Concessão do espaço: Prefeitura Municipal de Manaus – PMM;
- Custeio: Prefeitura Municipal de Manaus;
- Limpeza: Comunidade, entidade gestora e comitê gestor;
- Material de Expediente: Comunidade e empreendedores;
- Material de divulgação: Instituto Capital Social da Amazônia;
- Moeda: Instituto Capital Social da Amazônia.

Quadro 4: Dependências do Banco Comunitário Liberdade



Fonte: Própria Autora

Quadro 5: Estruturas de Gestão: Atribuições (REFAZER QUADRO)

Estrutura de Gestão: Constituição e Atribuições		
CAC - Conselho de Aprovação de Crédito	Entidade Gestora	Comitê Gestor
<p>É composto pelo Coordenador, Analista, dois membros do comitê Gestor, e dois membros da proponente. Tem a função de analisar, reprovar e/ou aprovar o crédito e deverá se reunir de quinze em quinze dias, sendo sempre a aprovação por lote de crédito.</p>	<p>Tem a função e responsabilidade de acompanhar o desempenho do Banco e se reunir mensalmente com a coordenação ou qualquer momento cujo haja algum problema.</p>	<p>É a reunião de entidades representativas do bairro que irá deliberar ações que envolvam o Banco. Todas as decisões e ações deverão ser apresentadas para o conselho, podendo ser aprovado ou reprovado. Sua constituição é representada por um membro e três suplentes com direito a um voto das seguintes instituições: GRES Reino Unido da Liberdade, Paróquia Coração Imaculado de Maria, AEESC (Associação de Empreendimentos Econômicos Solidários do Cajual), Liga Desportiva, Representante dos Moradores e a Entidade Gestora, OSEL (Organização Social Ecoando Liberdade).</p>

Fonte: Plano Pedagógico Banco Liberdade – Para Gestão de Política de Crédito. Manaus-AM, 01 setembro de 2011- Comitê Gestor do Banco Liberdade.

O Banco Liberdade tem sua coordenação e gestão realizada pela própria comunidade através do trabalho voluntário e de sua Associação Comunitária OSEL. Onde é observado um conjunto de fatores para a composição de sua estrutura de Comunitária:

Critérios para escolha dos componentes:

- Responsável e de confiança da sua instituição;
- Credibilidade na comunidade;
- Que compreenda a política do voluntariado e tenha disponibilidade;
- Que tenha visão social, ou seja, comprometido com a comunidade;
- Ser dinâmico (a);
- Ter no mínimo o ensino médio completo;
- Ter noção de informática;
- Ser comunicativo;
- Ser maior de 18 anos.

Periodicidade dos membros:

CAC – O membro permanecerá no comitê conforme deliberação da instituição a qual pertence. Em caso de descumprimento do estatuto do Banco, esta sofrerá interferências da entidade gestora.

Comitê Gestor: O membro será eleito conforme as regras de cada instituição que representa.

Fluxo de Atividades

O Banco funciona de segunda a sexta, das 09:00h as 18:00h. Atualmente o Banco realiza serviço de câmbio com os comerciantes cadastrados, através de adesão ao Sistema de Moeda Local Circulante e faz cadastro para solicitar empréstimo para produção, através da Empresa Microfinanceira *Accion*. O Banco ainda não está realizando o crédito para consumo por inexistência do lastro da moeda.

As atividades do Banco não estão concentradas na sede. O analista de crédito, por exemplo, desenvolve seu trabalho na comunidade, visitando clientes para acompanhamento dos cadastros para empréstimo e distribuição de moeda Tucumã.

3.5 Os produtos do Banco Liberdade

Política de Crédito do Banco

Estabelecer uma política para concessão de crédito no Banco, como instrumento de desenvolvimento socioeconômico inclusivo, e definir linhas de serviços financeiros solidários, e os critérios dessas ações, em consenso com a comunidade, é uma das metas dessa política.

O Programa do Banco Comunitário Liberdade oferece tratamento diferenciado à comunidade e aos microempreendedores, dos quais podemos destacar a isenção de garantias reais, proximidade com a clientela, condições de pagamento simplificado, não exigência de garantias, com cadastros para fins de controle de quantidade de liberação de empréstimos, liberação rápida de crédito com valores baixos e prazos de pagamentos menores.

A proximidade da clientela com o Banco é um fator diferenciado na oferta dos serviços financeiros, pois articula uma dinâmica local entre os agentes bancários e a comunidade, fator imprescindível na construção da Rede Social. O agente de crédito trabalha diretamente com cliente demandante dos serviços, que tem o objetivo de inseri-lo na dinâmica do comércio local.

Segundo Thimóteo (2005):

Os “agentes de Crédito, treinados e capacitados, que mantêm com os clientes uma relação personalizada visitando os locais de produção para analisar o negócio, verificar a capacidade de pagamento e, principalmente, prestar acompanhamento e monitoração. Assim, o banco vai até os seus clientes e não ao contrário, como é prática comum das instituições bancárias. A melhoria da capacidade de gestão do empreendimento, viabilizada pelos treinamentos oferecidos à clientela, também pode ser considerada razão de êxito constatada a muitos empreendedores”.

Segundo Ribeiro (2005), “O aval solidário é um método substitutivo à solicitação de garantias aos demandantes”. É uma variável importante na seleção adversa, com grande capacidade na redução do risco moral.

Um circuito monetário de consumo e produção foi criado na comunidade com a finalidade de fomentar os seus microempreendimentos, que facilite a comercialização local dos produtos, a circulação de renda no bairro, promovendo desenvolvimento e crescimento do mercado local, através da rede de solidariedade é um dos objetivos do projeto.

O Banco Liberdade tem como principal filosofia uma rede de solidariedade de produção e consumo local. Possui uma linha de microcréditos para produção (criar ou ampliar

um pequeno negócio), destinado aos comerciantes do bairro, e outra linha que financia quem quer comprar os produtos, o crédito de consumo.

Como ter o crédito aprovado pelo Banco

A aprovação de créditos do Banco também foi definido pelo comitê de Análise de Crédito cumpre os critérios a seguir:

- O Comitê deverá analisar somente as solicitações dos proponentes que tiverem capacidade de pagamento;
- A aprovação deverá ser por maioria absoluta, ou seja, dois terços da executiva do comitê;
- Todos os participantes do Comitê terão direito a voto com o mesmo peso;
 - As aprovações ocorrerão duas vezes por mês (quinzenalmente), podendo ocorrer reuniões extraordinárias conforme a necessidade.
- O Banco Liberdade possui 02 (duas) linhas de crédito:
- Crédito Produtivo;
- Crédito de Consumo.

Quadro 6: Produtos Banco Liberdade

Produtos	Funcionamento
Microcrédito para produção comércio ou serviço	Microcrédito cedido para Empreendedores voltado para a produção local de pequenos negócios. Com taxa de juros abaixo do mercado. Com um menor custo de transação.
Microcrédito para Consumo	Microcrédito cedido para pessoas que não tem fonte de renda formais. Com taxa de juros abaixo do mercado. Com um menor custo de transação. Sem garantia cadastrais. Com um sistema de avaliação solidária.

Fonte: Plano Pedagógico Banco Liberdade – Para Gestão de Política de Crédito. Manaus-AM, 01 setembro de 2011- Comitê Gestor do Banco Liberdade

Quadro 7: Limite para concessão de crédito

Crédito Produtivo	R\$	Juro ao mês	Prazo de pagamento
1° Crédito	de 50,00 a 500,00	abaixo da taxa de mercado	4 meses
2° Crédito	de 501,00 a 1000,00	abaixo da taxa de mercado	4 meses
3° Crédito	de 1001,00 a 3000,00	abaixo da taxa de mercado	4 meses

Fonte: Plano Pedagógico Banco Liberdade – Para Gestão de Política de Crédito. Manaus-AM, 01 setembro de 2011- Comitê Gestor do Banco Liberdade

Foi firmado um convênio com *Accion Microfinanceira* para fins de crédito produtivo uma vez que o Banco Liberdade não possui lastro para realizá-lo.

O crédito produtivo financia a produção, o comércio e o serviço. Os recursos dessa linha de crédito são captados junto ao *Accion Microfinanceira*, a juros de 3,4% a.m. Já fizeram o cadastro pra obtenção de crédito junto a empresa 41 comerciantes dos 80 cadastrados no BL.

A atividade do coordenador geral está concentrada na sede do Banco no Morro da Liberdade, uma vez que tem atuação restrita na Comunidade.

Enquanto Banco Comunitário, as atividades centrais da organização giram em torno das Finanças Solidárias. Como o Banco Liberdade encontra-se inserido na OSEL, que atuava em diversas demandas da comunidade, incluindo nas suas atividades este projeto de geração de trabalho e renda suas atividades abrangem diversas formas de atuação.

Programas e projetos desenvolvidos pela Organização Social Ecoando Liberdade:

- Banco Comunitário na nossa comunidade;
- Transporte Coletivo na comunidade;
- Parceria com agencia de desenvolvimento local – ADL-CAJUAL;
- Cursos profissionalizantes na comunidade;
- Biblioteca comunitária;
- Parcerias das escolas locais;
- Festival folclórico na comunidade;
- 1º gincana para 3º idade da zona sul;
- 1º Ação ambiental no morro da liberdade;
- Fomento de novas associações:
 - Associação de Mulheres artesãs do Zumbi dos Palmares;
- OSEL Consultoria:
 - Palestras de relações interpessoais;
 - Palestra motivacional;
 - Palestras de administração de recursos humanos.

Como ter acesso às linhas de crédito do Banco:

A política de crédito estabelecida pelo Banco cumpre alguns critérios pre definidos para aprovação de empréstimos seja ele produtivo ou de consumo. Esses critérios foram definidos pelo Comitê de Análise de Crédito.

Quadro 8: Linhas de crédito em Moeda Social Tucumã

Empréstimos para consumo em Moeda Social-Tucumã			
Crédito Consumo	T\$	Juro ao mês	Prazo de Pagamento
1º Crédito	T\$ 50,00 à T\$ 200,00	1%	Carência de 30 dias
2º Crédito	T\$ 250,00 à T\$ 500,00	1,50%	Carência de 30 dias
3º Crédito	T\$ 550,00 à T\$ 800,00	2%	Carência de 30 dias
4º Crédito	T\$ 850,00 à 1.500,00	2,50%	Carência de 30 dias
5º Crédito	T\$ 1.550 à 3.000,00	3%	Carência de 30 dias

Fonte: Plano Pedagógico Banco Liberdade – Para Gestão de Política de Crédito. Manaus-AM, 01 setembro de 2011- Comitê Gestor do Banco Liberdade

O Crédito para Consumo em moeda Tucumã pode ser dividido em, no máximo, quatro vezes e é solicitado, principalmente, para fins emergenciais.

Foram estabelecidos os critérios abaixo relacionados para concessão de créditos:

Quadro 9: Critérios para concessão de crédito

Critérios para a concessão de Crédito	
Produtivo	Ser ou estar disposto em ser um empreendimento em Economia Popular e Solidária. Apresentar um projeto descrevendo o empreendimento economicamente viável comprovando o item anterior, conforme formulário Social do Banco Liberdade. Apresentar (03) três referências comerciais e/ou contas quitadas, além de ser referendado pelos critérios geria já estabelecidos. Ser aprovado pelo Comitê de Análise de Crédito. O empreendimento deve aceitar moeda Tucumã. O cliente que solicitar o crédito produtivo novamente deverá entrar na lista de espera existente. Não haverá prazo de carência, sendo os pagamentos todos com 30 dias de vencimento. Para os empreendimentos que forem ambulantes, ou seja, os empreendedores que vendam no bairro e em outras localidades, mas moram na comunidade poderão ser concedidos financiamentos, porém poderá haver concessão do crédito misto (moeda social/moeda oficial), após a análise de cada caso.
Consumo	Dar três referências de contas quitadas recentemente. Deve morar no mínimo 01 (um) ano na comunidade. Para aqueles que moram em casas alugadas apresentar recibos dos 03 (três) últimos recibos pagos, com consulta ao proprietário do imóvel. O crédito de consumo deverá ser concedido em moeda social Tucumã. A visita do agente de crédito será imediata ou no prazo de 12 (doze) horas. O limite para a concessão de crédito de consumo é de T\$ 50,00 a 300,00 Tucumãs, sendo dividido no máximo em 04 (quatro) parcelas, com o prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias. O cliente que solicitar o crédito de consumo novamente deverá entrar na lista de espera existentes, caso não exista recurso disponível no banco.

Fonte: Plano Pedagógico Banco Liberdade – Para Gestão de Política de Crédito. Manaus-AM, 01 setembro de 2011- Comitê Gestor do Banco Liberdade

3.6 Parcerias Institucionais e Financiadores

O Banco tem parcerias com órgãos governamentais e não governamentais abaixo relacionadas:

Quadro 10: Parcerias Governamentais do BL

Instituições	Ação desenvolvida (função)	Quando e como se iniciou	Termos da parceria
Governamentais			
Secretaria Municipal de Trabalho e Desenvolvimento do Amazonas (SEMTRAD)	A SEMTRAD tem um histórico de luta em prol do fortalecimento da Economia solidária no Município. Colaboramos de maneira intensiva o projeto. Estamos coordenando uma ação de mobilização popular, fizemos isso na Praça da Matriz, no Centro de Manaus, com objetivo de arrecadar assinaturas para a aprovação da Lei de Economia Solidária (Ecosol). A ação ocorre simultaneamente em todo o Brasil em comemoração ao Dia Nacional da Economia Solidária. Temos uma parceria com o Governo Federal nesse sentido.	A SEMTRAD é um órgão vinculado a Prefeitura de Manaus. A parceria iniciou com o convite do Instituto Capital Social para participar do Projeto Bancos Comunitários na Amazônia. A partir desse momento estivemos empenhados em todos os movimentos e ações para o desenvolvimento e implantação do Banco Comunitário.	Convênio com o Instituto Capital Social da Amazônia.
Agência de Desenvolvimento Local - ADL CAJUAL	Setor coordenado pela Secretaria Municipal de Trabalho e Desenvolvimento. No prédio da ADL funcionam outros setores da SEMTRAD: Banco Comunitário, AEESC, SINE, PROFITEC, Cooperativas de artesanato.	A partir do Convênio com a Prefeitura de Manaus.	Convênio com o Instituto Capital Social da Amazônia.

Fonte: Elaboração própria a partir de Banco Palmas: Uma prática de Socioeconomia Solidária.

Quadro 11: Parcerias não Governamentais do BL (REFAZER QUADRO)

Instituições	Ação desenvolvida (função)	Quando e como se iniciou	Termos da parceria
Não Governamentais			
OSEL- Organização Social Ecoando Liberdade	Tem por finalidade difundir a Educação, a Cultura, o Esporte, o Lazer e toda e quaisquer forma de incentivo a Economia Solidária nas comunidades a partir do desenvolvimento profissional e social das pessoas, atuando na educação e áreas afins do conhecimento, através de cursos profissionalizantes com qualificação específica, proporcionando junto aos jovens e adultos o desenvolvimento sócio econômico da comunidade.	Constituída em 20 de Outubro de 2010. É uma Associação Civil de Direito Privado, sem fins lucrativos, e duração por tempo indeterminado, com sede e foro no município de Manaus Estado do Amazonas.	Convite do ICS da Amazônia para ser a proponente do Projeto Banco Comunitários na Amazônia.
Instituto Capital Social da Amazônia			
Associação de Empreendimentos Econômicos e Solidários do Cajual - AEESSC			
Representantes dos Moradores			
Gres. Reino Unido da Liberdade			
Liga Desportiva			
Paróquia Coração Imaculado de Maria	A Paróquia faz parte da Diocese de Manaus, e sua história se confunde com a história de Morro da Liberdade. Como conta a história sua primeira manifestação se deu com a chegada da imagem da Mãe de Jesus Cristo em 1954, chegada ao bairro um morador conhecido apenas por Justino, trazendo uma imagem do coração Imaculado de Maria e o sonho de construir uma capela para cultuar, está fundada a primeira Paróquia do Bairro.	O início da construção da capela data de 05 de setembro de 1954, e foi feita de madeira coberta de palha, tendo funcionado por três anos, sendo realizados os ofícios pelo Padre Paulino Lammelier, vigário de Santa Luzia. Depois outra igreja foi construída, sendo inaugurada em 14 de setembro de 1957.	Nasceu do convite da OSEL, como somos um veículo de muita movimentação na Comunidade, seríamos um parceiro estratégico para as ações do Banco, como divulgação e ouvindo as pessoas da Comunidade.

Fonte: Elaboração própria a partir de Banco Palmas: Uma prática de Socioeconomia Solidária.

Entre os financiadores, os principais são: Prefeitura de Manaus, através da SEMTRAD e Secretaria Nacional de Economia Solidária-SENAES. Além dos convênios com a Caixa Econômica Federal, para correspondente bancário e a empresa *Acción* Microfinanças para empréstimo produtivo.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

1. O Levantamento dos Dados – Foram utilizados apêndices (**Anexos A, B, C, D, E**), baseados em modelo desenvolvido pela UFBA⁷ para pesquisas sociais, com adaptações.

Os questionários foram centrados nos atores que participaram da implantação do BL e que atualmente fazem parte da Gestão da Organização, com o intuito de descrever a construção da agenda em preparação para a implantação do projeto. E de usuários dos serviços, a fim de identificar a efetividade de concessão do Microcrédito como um fator de desenvolvimento e inclusão social local.

É importante ressaltar que nem todos os clientes quiseram responder ao roteiro, (foram registradas três recusas), dizendo-se não à vontade para responder às perguntas. O restante demonstrou boa vontade com a entrevista e agradeceram por estar de alguma forma contribuindo para o crescimento e desenvolvimento do BL.

Todas as entrevistas com os clientes foram realizadas fora das dependências do Banco, nos comércios, na rua, em domicílios, uma vez que a maioria dos entrevistados mora no local de seu estabelecimento.

As entrevistas com as organizações e membros que compõem o BL, foram realizadas nas dependências do Banco e nos vários setores da SEMTRAD.

O tempo médio das entrevistas foi de 20 minutos.

2. Sondagem - Como a pesquisa tem por objetivo descrever o processo de construção da agenda como ação pública para a implantação do Banco, o estudo foi definido a partir dos vários atores, seguimentos sociais e setores que estiveram empenhados no desenvolvimento e disseminação do modelo.

Buscamos descrever os caminhos da construção do modelo, sua funcionalidade e a efetividade do microcrédito, além de analisar como se criam as parcerias através das várias entidades envolvidas.

Sendo cada uma delas responsável por executar determinada função na construção rede.

Para a pesquisa com os usuários foram escolhidos 12 clientes, empreendedores cadastrados, sendo que ao final restaram 09 entrevistas válidas.

⁷ No site <http://www.adm.ufba.br/capitalsocial/> está disponível o Roteiro utilizado.

3. Parcerias estratégicas:

- a) **Instituto Capital Social da Amazônia** – Organização não governamental de Planejamento e Desenvolvimento Socioeconômico da Amazônia Brasileira. É uma organização sem fins lucrativos, localizada em Belém-PA, que desenvolve ações para a defesa, elevação e manutenção da qualidade de vida do ser humano, através das atividades de planejamento regional e estratégico, educação profissional e formação para a cidadania e promoção do desenvolvimento econômico através de ações na área da economia solidária. Constando em seus fins estatutários a “experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito”.
- b) **OSEL – Organização Social Ecoando Liberdade.** Constituída em 20 de Outubro de 2010, é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, e duração por tempo indeterminado, com sede e foro no município de Manaus Estado do Amazonas. Tem por finalidade difundir a educação, a cultura, o esporte, o lazer e toda e qualquer forma de incentivo à economia solidária nas comunidades a partir do desenvolvimento profissional e social das pessoas, atuando na educação e áreas afins do conhecimento, através de cursos profissionalizantes com qualificação específica, proporcionando junto aos jovens e adultos o desenvolvimento sócio econômico da comunidade.
- c) **Prefeitura de Manaus/SEMTRAD** – Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento – Firmou parceria com o projeto através de convênio com o Instituto Capital Social da Amazônia, dando apoio logístico ao projeto. A Prefeitura cedeu uma sala, com computador, mesas cadeiras e material de escritório na Agência de Desenvolvimento Local do Cajual onde funciona o Banco. O órgão seria responsável pelo repasse de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), firmado em convênio, não tendo sido repassado até o momento, segundo a SEMTRAD por incompatibilidade legal. O valor seria utilizado para a capitalização do BL sendo utilizado para a formação do lastro da moeda social circulante. Com a ausência do lastro o Banco ficou impossibilitado de oferecer crédito de consumo à comunidade. A Prefeitura também é uma das entidades responsáveis pela divulgação das atividades do Banco, através da confecção de folhetos, folders, outdoors, e dispõe de um canal de informações através do site oficial da Prefeitura de Manaus.

- d) **ECOSOL – Economia Solidária** - Vinculado a Prefeitura de Manaus por meio da Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social. É o setor de ligação entre a Prefeitura e os movimentos sociais. Responsável pelos eventos municipais, estaduais e nacionais em economia solidária e a divulgação das ações que envolvem os eventos e EES com os diversos segmentos. Coordena uma ação de mobilização popular, com objetivo de arrecadar assinaturas para a aprovação da Lei de Economia Solidária (Ecosol). A ação ocorre simultaneamente em todo o Brasil em comemoração ao Dia Nacional da Economia Solidária.
- e) **Projeto Brasil Local** – Desenvolvimento e Economia Solidária - É um projeto do Governo Federal que apoia o desenvolvimento local sustentável por meio do fomento à organização de empreendimentos coletivos geridos pelos próprios trabalhadores. Para alcançar esse objetivo, o Brasil Local identifica demandas do público beneficiário e busca superá-las em conjunto com outras políticas públicas. Coordenado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE) e executado em conjunto com a Universidade de Brasília (UnB).
- f) **Banco Comunitário Liberdade** – É uma organização sem fins lucrativos que oferece serviços financeiros solidários em rede, é de natureza associativa e comunitária. Voltado para a geração de trabalho e renda na perspectiva da Economia Solidária.
- g) **Comitê Gestor do BL** – É o conjunto das entidades representativas do Morro da Liberdade, responsável por deliberar ações que envolvam o Banco. Todas as decisões e ações deverão ser apresentadas para o conselho, podendo ser aprovado ou reprovado. Sua constituição é representada por um membro e três suplentes com direito a um voto das seguintes instituições: Gres. Reino Unido Liberdade, Paróquia Coração Imaculado de Maria, AEESC - (Associação de Empreendimentos Econômicos Solidários do Cajual), Liga Desportiva, Representante dos Moradores e a Entidade Gestora, a saber, OSEL - (Organização Social Ecoando Liberdade).
- a. **Clientes usuários** – Entendidos como toda a população do Morro da Liberdade, comerciantes, empreendedores, estudantes, donas de casa e moradores em geral. Na pesquisa, especificamente grupo de empreendedores

cadastrados com a finalidade de empréstimo solidário e utilização da moeda social Tucumã.

Com o objetivo de responder os pontos levantados na pesquisa, começamos identificando os atores envolvidos e suas atividades no decorrer do processo de implantação do BL. Em seguida identificamos os elementos de coesão e “incoesão” social (bloqueios) na estrutura e dinâmica do banco bem como as perspectivas da comunidade relacionadas a ele. Por fim analisamos a utilização do Microcrédito como um instrumento de inclusão social e desenvolvimento.

1. Atores responsáveis pela mobilização popular.

Trabalhamos com a identificação das instituições atuantes na comunidade, no estabelecimento de prioridades de ação e potencialidades das entidades envolvidas.

Para o desenvolvimento do trabalho foram identificadas cinco instituições atuantes em diversas áreas.

Através delas descrevemos o processo de implementação e suas inteirações, institucionais, organizacionais, populares, comunitárias, empreendedoras, onde cada ator possui papel importante no processo de construção da agenda e na manutenção dela.

A participação dos sujeitos no projeto se dá de forma diferenciada, podendo ter participação direta (as instituições) e indireta (comunidade em geral).

Agentes diretamente relacionados ao projeto:

- Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social – SEMTRAD - órgão representativo da Prefeitura Municipal de Manaus;
- Instituto Capital Social da Amazônia – ICOSA;
- OSEL- Organização Social Ecoando Liberdade;
- Associação de Empreendimentos Econômicos e Solidários do Cajual - AEESSC;
- Gres. Reino Unido da Liberdade;
- Liga Desportiva;
- Paróquia Coração Imaculado de Maria;
- Representantes dos Moradores.

Agentes indiretamente relacionados ao projeto:

- Comunidade em geral;
- Comerciantes;

- Feirantes;
- Artesãos;
- Profissionais de eventos, como organizadores, montadores, eletricitas, decoradores.

As instituições ficaram responsáveis pelas seguintes ações:

- 1) Contatos iniciais com organizações da sociedade civil, com o poder público local e outros atores locais a fim de se estabelecer um processo de diálogo e identificação de possíveis parcerias;
- 2) Criação de uma comissão de planejamento e acompanhamento das datas de reunião e formações junto à comunidade;
- 3) Escolha e capacitação de um agente de crédito e mobilização comunitária que teve a função de ajudar na mobilização e orientar a comunidade nas discussões sobre a implantação e gestão do Banco Comunitário;
- 4) Escolha do nome do banco e criação da moeda;
- 5) Sensibilização da comunidade na metodologia de Bancos Comunitários, através de seminários ou oficinas.

Nesse item encontramos os pontos importantes na construção da ação popular. Foram apresentadas situações que explicam o caminho e os obstáculos trilhados pelas organizações para alcançar seus objetivos.

A ação popular torna-se o principal motivador do projeto de implantação do BL, que partiu de demandas próprias da sociedade para com as instituições que a compõem. Esta ação, no entanto é legitimada pela legislação Brasileira.

Comemora-se o aniversário da Lei da Ação Popular, mas o verdadeiro divisor de águas foi sem dúvida a Constituição Federal de 1988. Aqui, o constituinte rubricou um extenso capítulo intitulado “*Dos direitos e deveres individuais e coletivos*”, nele proclamando o direito de todos no sentido de que “*a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito*” (CF, art. 5º, XXXV). (GUSTAVO, 2006, p. 10).

Identificamos no estudo que a unidade de ação das instituições pode ser considerado um ponto de incoesão na dinâmica do processo, quando essas agem isoladamente sem conseguir atender os objetivos comuns do projeto bem como as demandas da população na promoção do desenvolvimento humano e social. Podemos perceber isso nas falas dos agentes envolvidos,

Tabela 3 - Entrevistas com as Organizações envolvidas

PERGUNTAS-CHAVE	RESPOSTAS
<p>Como se inicia o processo de construção da agenda para a implementação do BL?</p>	<p>ICSA - <i>O processo foi iniciado a partir de uma chamada pública da SENAES, na qual o Instituto Capital Social pleiteou a vaga e teve seu projeto aprovado.</i></p> <p><i>A partir da aprovação a proposta foi levada às localidades previamente escolhidas e, em sua maioria, já elencadas no projeto básico.</i></p> <p><i>Primeiramente foram realizadas as visitas técnicas a fim de conhecer as localidades...</i></p> <p><i>Em seguida foram realizadas as Oficinas Locais, onde foram convidadas pessoas que faziam parte do poder público, e diversas entidades que discutiam economia solidária na localidade.</i></p> <p>OSEL - <i>Através do convite do ICSA para ser a proponente do Banco em 2011.</i></p> <p>Projeto Brasil Local - <i>Em Janeiro de 2011, com o lançamento do Edital Regional pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, contemplando a implantação de Bancos Comunitários na Amazônia. Nós estivemos envolvidos em todo o processo desde a construção de propostas até a conclusão do projeto, que se deu com a implantação do BL.</i></p> <p>Paróquia Coração Imaculado de Maria - <i>Nasceu do convite da OSEL. Como somos um veículo de muita movimentação na Comunidade, seríamos um parceiro estratégico para as ações do Banco, como divulgação e ouvindo as pessoas da Comunidade. Então faríamos parte do Comitê Gestor na elaboração dos documentos que regem o Banco, comotambém nas decisões posteriores depois de implantado o projeto.</i></p> <p>SEMTRAD - <i>A parceria iniciou com o convite do Instituto Capital Social para participar do Projeto Bancos Comunitários na Amazônia. A partir desse momento estivemos empenhados em todos os movimentos e ações para o desenvolvimento e implantação do Banco Comunitário. Inclusive com um convênio firmado com o ICSA. Somos um dos capitalizados do BL.</i></p>
<p>Qual foi a participação no desenvolvimento do Projeto?</p>	<p>ICSA - <i>Inicialmente desenvolvemos e aplicamos a metodologia do projeto, diretrizes e metas. Fizemos o diagnóstico Socioeconômico das Comunidades selecionadas, a capacitação de Lideranças e Empreendedores e Parceiros Locais na Metodologia de Bancos Comunitários. Num segundo momento organizamos a estruturação e manutenção dos Bancos Comunitários criados; a disponibilização de crédito para Empreendedores Solidários. Criamos a moeda social e organizamos sua circulação. Fizemos com as demais organizações a divulgação dos Bancos Comunitários; e somos responsáveis pelo acompanhamento e Monitoramento dos Bancos.</i></p> <p>OSEL - <i>A Organização foi responsável pela mobilização das Comunidades de forma democrática para todas as tomadas de</i></p>

PERGUNTAS-CHAVE**RESPOSTAS**

decisão.

Projeto Brasil Local - Mobilização:

Estadual, articulando adesão de instituições e organizações, empreendimentos, poder público e sociedade civil que envolveu os seguintes bairros e ações:

Reuniões nas Comunidades selecionadas pelo ICS: Morro da Liberdade, Terra Nova, Colônia Antônio Aleixo, Parintins, Compensa, Colônia Oliveira Machado, Paraquequara.

Assembleias para defesa e votação dos bairros.

Os bairros vencedores para a implantação dos Bancos Comunitários: Colônia Antônio Aleixo, Morro da Liberdade, Parintins.

Formação:

Formação para as lideranças comunitárias e dos empreendimentos, as organizações parceiras locais, sobre o uso da metodologia de finanças solidárias, com base na organização de Bancos Comunitários, através da animação dos agentes de crédito e desenvolvimento.

Paróquia Coração Imaculado de Maria -

Participamos na divulgação do Projeto e na elaboração das normas do Banco, nas diretrizes, no Regimento Interno e demais documentos.

SEMTRAD- Divulgação:

Participou da divulgação do projeto em âmbito Estadual e Municipal.

Articulou eventos com as mais diversas organizações e segmentos que pudessem fortalecer o Projeto.

Fez propaganda nos meios de comunicação, rádio, TV, internet e dispusemos ampla divulgação no site oficial da Prefeitura de Manaus. Dispusemos carro para “volante”, propaganda nas ruas do bairro e da cidade.

Confeccionamos panfletos, convites, cartazes, folders, outdoor de divulgação.

Apoio Logístico:

Cedemos espaço público (físico): sala com computador, impressora, mesas, cadeiras, ar condicionado, armários. Todo material de suporte como material de escritório, cartuchos de tinta.

Fornecemos toda a Infraestrutura para o Banco: o espaço tem banheiro, um pátio para eventos com cadeiras, funcionários para a sua manutenção e segurança do prédio.

Formação do Banco Comunitário: A Semtrad acompanhou todo o processo de formação dos agentes pelo ICS para a implantação do BL

Como as variáveis se articularam?

ICSA - Keila – *Na medida em que escolhíamos as comunidades na esfera estadual fazíamos uma visita à comunidade e as lideranças comunitárias que foram em busca de levar o projeto pra suas comunidades ficavam responsáveis em fazer a*

PERGUNTAS-CHAVE	RESPOSTAS
	<p><i>mobilização na comunidade, mas logo após isso a esfera estadual, o ICS fez a seleção de um agente comunitário. Pra cada comunidade na verdade eles eram responsáveis pela mobilização comunitária inicialmente as lideranças.</i></p>
<p>Como foi feita a mobilização?</p>	<p>ICSA - Keila – <i>Depois dessas oficinas e de todas as comunidades escolhidas. Promovemos um seminário Amazônico de Bancos Comunitários. Nesse seminário estiveram presentes todas as parcerias já estabelecidas e esses agentes que haviam sido contratados recentemente. Colado a esse seminário fizemos uma oficina para qualificação dos agentes comunitários com um conteúdo específico.</i></p>
<p>E com os empreendedores e comerciantes como foi feita a adesão?</p>	<p>ICSA - Keila – <i>Quando os agentes comunitários foram daqui de Belém pra suas comunidades eles começaram a fazer a mobilização interna.</i></p>
<p>Quais as dificuldades na implantação?</p>	<p>ICSA – Keila – <i>A falta de participação e engajamento das comunidades.</i></p> <p><i>Falta de recurso financeiro para investir no banco para constituir fundo para lastro e crédito produtivo.</i></p> <p>SEMTRAD - <i>Inexistência de um marco legal no País, que nos possibilite fazer financiamento, convênios e parcerias com setores governamentais e não governamentais. Sem uma legislação que nos apoie o nosso universo de atuação é mais reduzido.</i></p> <p><i>Ausência de uma Lei Municipal de Economia Solidário nos daria maior mobilidade de recursos com projetos de desenvolvimento como esse do BL.</i></p> <p><i>Com relação ao Banco, o processo vem se enfraquecendo desde a sua inauguração. Não há um link atuante com a Comunidade.</i></p> <p><i>As entidades que envolvem o BL não dinamizam suas ações com a população, existindo uma lacuna entre a comunidade e Banco Comunitário. Existe uma necessidade de projetos que envolvam a Comunidade com as ações do Banco.</i></p> <p><i>Continuidade na divulgação do modelo no bairro que precisa conhecer o banco e seus benefícios.</i></p> <p><i>Precisamos reconhecer que falta assessoria a equipe de gestão do Banco, aos empreendedores, num processo contínuo, o modelo também sobrevive pela sua replicação e disseminação.</i></p> <p><i>Ausência do Lastro para a composição da moeda social. Com isso o banco não oferece crédito de consumo. No nosso entender esse tipo de crédito é o serviço que dar maior visibilidade junto a sua comunidade. O modelo ficar restrito a crédito produtivo reduz muito o seu poder de alcance social.</i></p> <p>OSEL - <i>Mobilização da Comunidade, ausência de informação sobre a moeda social, os benefícios do Banco, as vantagens e as suas desvantagens.</i></p>

PERGUNTAS-CHAVE	RESPOSTAS
	<i>Falta de informação a respeito do movimento solidário, da funcionalidade e benefícios do Banco;</i>

A partir das falas dos sujeitos iniciamos o processo de descrição do projeto, e descrever como foram construídas as **parcerias** e como elas dialogam. Esse processo seguiu uma dinâmica sistemática confirmando as características próprias do projeto.

“Parceria é o termo aplicado a uma associação de duas ou mais pessoas que acordam sobre combinar seu trabalho, propriedades e habilidades, separadamente ou tudo junto, com o propósito de ocuparem-se de negócios lícitos e divisão dos lucros e das perdas entre eles; nesta definição o termo *negócio* inclui qualquer tipo de comércio, ocupação ou profissão. Os grupos que formam tais associações são chamados de ‘parceiros’. O acordo para formar uma ‘parceria’ é conhecido como ‘contrato de parceria’, no qual, a mais importante cláusula é a que explica nos mínimos detalhes como os lucros serão distribuídos.” (LARSEN, 1999:29) (Tradução do autor).

Quanto à ação social estratégica, esta se volta para os objetivos organizacionais, baseado nas parcerias de ação coletiva que visa oferecer soluções específicas para a concretização de objetivos do grupo social posto.

A construção da ação popular tem como ponto de partida a parceria entre SENAES com o MTE com a publicação da chamada pública para o Projeto Bancos Comunitários na Amazônia. Esse edital gerou uma combinação de forças com objetivos comuns para elaborar e consolidar um processo: a implantação de Bancos Comunitários na Região Norte do Brasil.

As forças se uniram de uma forma conjunta de atuação previamente “reivindicada” pela comunidade, esta sempre espaço vulnerável aonde as forças de mercado tradicional não chegam e ainda as exclui.

Fortalecer a regionalização da economia solidária como um modelo de inclusão também foi identificado no modelo como ponto importante do movimento.

Como o modelo é fortalecido por adesão, os pontos e objetivos dos projetos precisam estar interligados isso motivou a implementação do projeto.

Confirmamos na pesquisa que já existia um movimento associativo em alguns setores na comunidade, esse aspecto foi fortalecido pela implementação do projeto, mas percebemos também que outros setores mais atuantes anteriormente perderam força de atuação, por falta de mobilização na gestão, como foi o caso de comerciantes, inicialmente envolvidos e motivados se mostraram desestimulados por falta de continuidade e divulgação, a inserção é um ponto incoerente do projeto.

As parcerias nasceram nos mais variados segmentos da sociedade gerando uma corrente de forças onde todas são interdependentes e possuem espaços determinantes na qual a força motriz é a ação popular.

Muitas vezes, o envolvimento comunitário terá de ser sugerido, pacientemente trabalhado, induzido, para que as pessoas percebam por si mesmas, a importância da mobilização. Isso ocorre principalmente nas situações vivenciadas em comunidades que não dispõem de recursos de mobilização – especialmente naquelas em que os direitos de cada um como cidadão não são conhecidos – e também nas comunidades em que as pessoas não tenham familiaridade com modelos de ação coletiva organizada. (MT, 2007, p. 26)

A ação pública foi uma resposta das demandas da sociedade identificada através de fatos sociais relevantes que justificam o reconhecimento do movimento.

O Banco Comunitário surgiu da necessidade de gerar trabalho e renda para a comunidade do Morro da Liberdade Zona Sul de Manaus-AM, houve diversas reuniões e palestras entre a comunidade do Morro da Liberdade, o Instituto Capital Social da Amazônia e a Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social, órgão representativo da Prefeitura Municipal de Manaus e a comunidade para implantar o projeto do Banco na comunidade.

Após muitas reuniões e discussões a respeito do local onde seria implantado o Banco Comunitário foi decidido que o Morro da Liberdade seria contemplado, começaria então a busca por uma associação que representasse juridicamente o Banco Comunitário, a partir de então a Organização Social Ecoando Liberdade, a qual se tornou proponente do Banco.

Neste contexto surgiu construção de uma ação popular voltada para geração de renda na região com o foco no desenvolvimento local sustentável. A formatação do modelo proposto entre seus atores foi uma resposta das demandas da comunidade identificada através de fatos sociais relevantes que justificam o reconhecimento do projeto.

Segundo Poupeau (2007, apud GOHN, 2011, p. 339),

[...] estes movimentos transformam os meios em fins, o êxito é dado não pelas conquistas, mas pelo número de participantes e seu impacto midiático na sociedade. O movimento torna-se dependente da opinião pública, pois é preciso que a sociedade manifeste o conhecimento da ação, precisa que se discuta e debata o que se está demandando, reclamando ou denunciando, para que a ação coletiva venha a atingir reconhecimento e legitimidade social. A mídia e sua cobertura tornam-se elementos estratégicos nessa configuração; ela contribui para a direção do movimento, pois o movimento social precisa de visibilidade. As críticas aos altermundialistas destacam que, entre os participantes, nos megaeventos, quem detém de fato a fala são porta-vozes autorizados, de certa forma já “profissionais na política”, detentores de um capital militante onde a luta política se trava num combate de ideias e ideais, a questão simbólica é mais

importante que os problemas concretos. O processo de transformação social adquire facetas proféticas, místico, sem objetivo definido. Os processos efetivos de dominação existentes não aparecem nos discursos.

A interação entre as partes é uma combinação de forças sociais integrantes do modelo. Cada organização tem funções específicas e interligadas que não se dissociam do interesse coletivo e dialogam continuamente.

A ação pública teve como objetivo e meta a inclusão social de emprego e renda através da cidadania ativa, fortalecida pela democracia participativa pelo fortalecimento do poder local e empoderamento comunitário-associativo, com vistas à democratização do microcrédito para as populações vulneráveis.

Ao mesmo tempo, o florescimento das práticas de solidarismo econômico deve-se à atuação mobilizadora de movimentos sociais, frações do sindicalismo e inúmeras entidades civis, à oferta e impulsão desses agentes mediadores, na direção de soluções coletivas, por sua vez respaldadas pelo efeito demonstrativo das primeiras iniciativas bem sucedidas (GAIGER, ET.AL., 1999; SINGER, 2002).

Começaria então, o processo de construção mútua na comunidade, tendo como base a criação de um comitê gestor composto pelas entidades representativas do bairro, através desse comitê as ideias e decisões provenientes do banco seriam discutidas, votadas e levadas ao conhecimento de toda a comunidade.

O Banco Liberdade está inserido em uma cadeia com gestão social dinâmica com características multi participativa, com as mais variadas práticas sociais, que se relacionam com os diferentes atores, (não governamentais, governamentais e setor privado) com a finalidade de formar uma rede solidária que possa oxigenar os setores que dela sobrevivem.

Segundo França Filho (2003), a expressão gestão social tem sido usada para “identificar as mais variadas práticas sociais de diferentes atores não apenas governamentais, mas de organizações não governamentais, associações, fundações, assim como algumas iniciativas partindo mesmo do setor privado e que se exprimem nas noções de cidadania corporativa ou de responsabilidade social da empresa”.

Para a mobilização popular foram realizados três fóruns: Empreendedores do Morro da Liberdade, Municipal de Economia Solidária, Estadual de Economia Solidária e a Feira de Economia Solidária. Tais eventos promoveram ações concretas no sentido de sensibilizar o poder público local, os moradores, produtores e comerciantes da comunidade.

Segundo Werneck (2004, apud MT, 2007, p. 14):

“Mobilizar é convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados”. Em outras palavras, mobilizar é reunir poder público, empresários, sociedade civil e instituições de ensino em torno de um objetivo comum, que será alcançado mediante o empenho, a participação e a união de todos os setores da sociedade.

Além disso, foi o momento de capacitação para as equipes que trabalhariam no banco, com o curso de capacitação para atores da comunidade e a implantação do projeto Bancos Comunitário na Amazônia.

Assim, através destas ações conseguiu-se montar uma rede de desenvolvimento naquela região. A partir de então foram realizadas ações dentro da realidade vivenciada pelos atores, descobrindo junto com estes o “patrimônio e o pertencer” de cada um, com o objetivo de inseri-los no projeto, buscando unidade de modo a robustecer o movimento.

A mobilização possibilita às pessoas se unirem, com disposição para planejar, em conjunto, uma proposta de desenvolvimento para a região. Essa proposta inclui as expectativas e necessidades de toda a população interessada, com vistas à melhoria da região e ao bem comum. (MT, 2007, p. 13)

O Estado do Amazonas tem uma história de luta com os movimentos sociais para a construção de movimentos solidários mais atuantes e intensos. A articulação para a dinâmica no processo comunitário participativo do movimento de ES se fez presente neste projeto através das diversas parcerias com organizações do Estado, do Município e diversos setores sociais.

Já existe uma relação, uma empatia comum entre essas organizações o que facilitou a articulação. Houve apenas o fortalecimento desse vínculo que foi uma das estratégias utilizadas para fortalecer o movimento.

Foi intensificada a relevância da causa, os seus propósitos, seus pontos fortes, a inclusão foi bastante utilizada como instrumentos de diminuição das distâncias sociais.

Como essas variáveis dialogam foi o ponto chave para o sucesso da implementação do modelo, segue abaixo alguns eventos que criaram essa dinâmica:

O Fórum de Empreendedores do Morro da Liberdade é uma realização da Prefeitura de Manaus, por meio da Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social (SEMTRAD) e demais parceiros com destaque para *Acción* Microfinanças, instituição microfinanceira que oferece empréstimos produtivos aos comerciantes do Morro da Liberdade mediante cadastro no BL.

Como foco principal o evento busca difundir as Finanças solidárias através de palestras sobre moeda social, educação financeira e como administrar seus negócios, cadastros para financiamentos e como incentivos a comunidade com sorteios de brindes aos participantes.

Já o Fórum Municipal de Economia Solidária trabalha em parceria com o BL e o conjunto as organizações parceiras se tornaram uma espécie de porta voz do bairro e usam esses espaços para expor as questões econômicas e sociais do Morro criando uma interação entre a comunidade os moradores.

A organização participa do evento através dos representantes com o intuito de visibilidade e discussões da realidade da comunidade e de alternativas de crescimento, desenvolvimento econômico, e valorização da cultura local onde a comunidade é o foco principal.

Esses eventos acontecem em cada município da federação, com o objetivo de criar uma mentalidade coletiva, solidária e empreendedora. É um movimento da sociedade civil com diversas parcerias que dividem os mesmo objetivos.

A ideia do movimento é mostrar a ação dos empreendedores e dar sustentação a novos empreendimentos.

O BL é um dos parceiros nos fóruns municipais em Manaus, participa no intuito de dar visibilidade aos empreendimentos solidários e partilhar e divulgar suas experiências solidárias.

Os fóruns também são um espaço de discussões no que diz respeito à organização legal e institucional dos movimentos.

Como via de regra, em geral os fóruns municipais têm os seguintes objetivos:

- 1) Proporcionar o debate sobre o conceito de economia solidária e o fortalecimento da democracia;
- 2) Promover o debate sobre economia solidária e as relações sociais e de trabalho, no movimento popular e nas políticas governamentais;
- 3) Discutir as formas de organização dos empreendimentos solidários diante das exigências da realidade das lutas políticas, econômicas e sociais em geral;
- 4) Explanar sobre plano de lutas do FESM para os anos subsequentes;
- 5) Debater e deliberar as alterações de regimentos que aprimoram a relação entre os empreendedores da economia solidária e o fórum municipal, assim como o fortalecimento do fórum estadual.
- 6) Eleição da nova coordenação do Fórum Municipal de Economia Solidária em Manaus. Fórum Social Mundial 2009

Outro espaço de articulação entre os sujeitos envolvidos é *Fórum Estadual de Economia Solidária*, espaço de diálogo entre diversos atores e movimentos sociais pela

construção da economia solidária em nosso país, realizando o fortalecimento das bases e do movimento através dos fóruns locais, regionais e estaduais.

Nos fóruns estaduais os movimentos debatem a organização das Plenárias Nacionais de Economia Solidária. Em junho de 2012, nos dias 14 a 18, Manaus sediou o evento tendo um número expressivo de participantes, entre eles estava o Banco Comunitário Liberdade.

Nesses eventos estão inseridas as plenárias estaduais, que são espaços de discussão e de definições sobre diretrizes políticas do movimento em articulação nacional.

No dia 27 a 30 de agosto de 2012 o evento aconteceu em Manaus, e contou com as seguintes atividades:

Plenária Territorial (Manaus e entorno Seminário Estadual do Sistema Nacional Comércio Justo e Solidário, Plenária Estadual do FAES, Formação em Economia Solidária para nova coordenação, lançamento do livro e Mostra de Economia Solidária).

O Banco Liberdade esteve presente em todas as discussões do evento e na modalidade Mostra de Economia solidária, divulgando a metodologia dos bancos comunitários.

No entanto já existia uma mobilização anterior quando foi estruturado o projeto regional pela SENAES e MTE, as organizações e as lideranças lá estavam acostumadas a participar desses movimentos em geral em favor de empreendimentos participativos e coletivos.

A estruturação do projeto intensificou as feiras locais, os fóruns, os seminários em todo do tema influenciando a formação de outros empreendimentos e o fortalecimento da cultura do trabalho cooperativo na filosofia da Economia Solidária.

Podemos dizer que uma das filosofias da Economia Solidária é a dimensão humana. Nesse modelo o ser humano possui um lugar de destaque, central, a inserção das pessoas também foi um aspecto importante na mobilização do projeto, a comunidade foi responsável pela divulgação boca a boca, no nível local, dentro do bairro.

A comunidade trabalha numa rede informal de articulação entre o projeto e a população.

O processo de mobilização, com a valorização do empenho e envolvimento de todos, tem possibilitado a diferentes sujeitos apontar diversas maneiras de atuação e de verdadeira cooperação, para que se possa construir um modelo mais humano, justo e participativo de sociedade. Essa mudança de visão no modo de construir um modelo de organização social vem contagiando as instituições e empresas, no sentido de promover uma valorização de ideais éticos, essenciais para uma nova conduta na sociedade. (MT, 2007, p. 17).

A Feira de Economia Solidária e Empreendedorismo foi uma iniciativa da Prefeitura de Manaus e da *Associação dos Empreendimentos Solidários do Cajual (AESC)*, foi criada a feira de Economia Solidária que funciona aos sábados na ADL-CAJUAL.

Na feira, empreendedores do Morro da Liberdade expõem, em barracas, seus produtos nas áreas de artesanato, arte indígena, bijóias, confecções e produtos reciclados. Os beneficiados com espaço na feira recebem orientação, treinamento e acompanhamento técnico da SEMTRAD para manter e expandir seus negócios.

O foco do evento não é apenas comercial. A Feira da Economia Solidária e do Empreendedor tem, também, caráter de socialização cultural, uma vez que oferece aos visitantes atrações como a bateria Nota 10 da escola de samba Reino Unido da Liberdade, roda de capoeira, com o Mestre Galo, além de artistas da própria comunidade.

Segundo a SEMTRAD (2012),

Como foco principal, o evento busca abrir espaço para exposição, formação, intercâmbio cultural e comercialização de produtos e serviços enquanto gera trabalho e renda com a tomada de políticas públicas por meio da Economia Solidária e do Empreendedorismo.

Por trás das organizações, estão as pessoas e suas motivações. Mas a experiência também aponta para a necessidade de ficar atento para não perder o foco institucional, não se desvirtuar sua missão. É tão importante corresponder às expectativas quanto resistir às pressões. A continuidade da parceria é tão importante quanto à mobilização da sociedade, esses laços se fortalecem nessa teia de relações.

Porém é importante pensar que a renovação traga algum diferencial, e aponte para novos rumos.

A experiência demonstrou não ser a ideal, mas mostrou-se possível, com limitações e avanços que precisam ser melhorados para obter o resultado esperado e disseminar a ideia, fortalecer o ideal social com um objeto de inclusão.

2. Bloqueios e perspectivas do projeto;

Nesta pesquisa apresentamos relato da experiência do Banco Comunitário Liberdade em bairro da capital Manauara, destacando que é possível entender a lógica das práticas que se engendram no interior das experiências de economia solidária a partir do referencial teórico adotado.

A premissa que direcionou o estudo foi a especificidades da organização no contexto contemporâneo, o estudo aborda a prática de uma gestão singular, com formas de interação igualmente particulares de seus membros, e desses com seu meio. Tais práticas deram forma a um estilo de gestão próprio dessa organização.

O empreendimento transita nas novas necessidades de organização econômica e redução das desigualdades sociais através da criação de um mecanismo institucionalizado, constituindo identidades particulares, defrontando-se com limitações nas suas dinâmicas desde a mobilização a administração. Portanto, há diferenças e especificidades entre o empreendimento e ao mesmo tempo, similaridades. (GONÇALVES, 2008, p. 133).

Verificando a premissa apresentada, optou-se por utilizar uma visão não funcionalista da gestão, nem comparativa entre modelos similares, mas concebendo um modelo de análise que permitiu associar as diversas dimensões do fenômeno particular da experiência.

Há, portanto diferenças e similaridades entre os empreendimentos solidários, e uns dos postos significativos identificados na pesquisa foi o de coesão social. Que procura interpretar o sentido da prática social posta.

A linha de argumentação desenvolvida é a de que conceitos como economia solidária, microfinanças, microcrédito, bancos comunitários assumem múltiplos sentidos nas experiências contemporâneas dos agentes vinculados ao campo da economia solidária na cidade de Manaus.

Segundo Gonçalves (2008), a economia solidária assume, devido a interesses, contextos e conjunturas específicos e valores atados às tradições culturais particulares, articulando em suas respectivas experiências duas dimensões: estrutura e processo ou ação social e estrutura.

O estudo revelou que cada agente aciona em seus relatos os conceitos supracitados (re) significando-os segundo interesses estratégicos, conjunturas específicas e valores oriundos de tradições particulares as quais estão vinculados, articulando, portanto, variadas dimensões.

Assim sendo, o autor diz que experimentos em economia solidária podem assumir vários formatos e se originarem de diferentes “razões práticas” (BOURDIEU, 1997).

A pesquisa se pautou em estudar um fato social particular com um caráter coletivo identificando e analisando fatores que possibilitam a construção de **coesão social**.

Que segundo Durkheim (1973), são fatores que possibilitam a coesão (unidade, estabilidade) e a permanência (continuidade) das relações sociais ao longo do tempo.

Os fatos sociais (tudo o que é coletivo, exterior ao indivíduo e coercitivo). Tem existência própria e independe daquilo que pensa e faz cada indivíduo em particular. A existência social só é possível a partir do grau de consenso entre seus membros: os indivíduos. Os indivíduos que integram aceitam sem

questionamentos todos os valores, tradições e costumes da tribo; o grupo compartilha os mesmos valores, o que assegura a **coesão social**. (DURKHEIM, 1973, p. 175).

Apresenta-se a seguir uma síntese das principais variáveis de **coesão social** identificadas na pesquisa:

Segundo os sujeitos da pesquisa, o **desenvolvimento** do Bairro, foi um dos resultados proporcionados pelo Banco Liberdade junto à comunidade. Variável que pode ser destacada como indutor de desenvolvimento socioeconômico do Morro da Liberdade. E que gera sinergia na construção da coesão social.

Considerando que a prática posta extrapola as ações de microcrédito, compreende uma série de ações, sobretudo na forma de atividades econômicas variadas visando potencializar as capacidades sócio-produtivas locais.

A iniciativa do BL participa assim da construção de um projeto que tem sido identificado como expressão de Economia Solidária. Por assim dizer essa iniciativa se utiliza de instrumentos na busca do fortalecimento das sinergias provenientes da ação. A criação de capital econômico foi um desses instrumentos utilizados na busca de resultados. Bourdieu nos ajuda a entender esse conceito.

O capital econômico, na forma de diferentes fatores de produção (terras, fábricas, trabalho) e do conjunto de bens econômicos (dinheiro, patrimônio, bens materiais), é acumulado, reproduzido e ampliado por meio de estratégias específicas de investimento econômico e de outras relacionadas a investimentos culturais e à obtenção ou manutenção de relações sociais que podem possibilitar o estabelecimento de vínculos economicamente úteis a curto e longo prazo. (BOURDIEU, 1989 apud BONAMINO, ALVES, FRANCO, 2010, p. 488).

Percebemos que a criação do BL não se encerra na formação de capital, pois sua articulação dentro de um contexto de complexidade dentro de uma comunidade emergente proporciona a tomada de novas posturas, e conseqüentemente de novas identidades. Um modelo solidário que faz com que a comunidade se una, pois, até bem pouco tempo o que as unia, era a agremiação carnavalesca que tem caráter efêmero e temporal.

O BL faz com que o consumo tome novas configurações, não apenas em produtos, mas também em serviços que podem ser pagos com a moeda local proporcionando circulação de dinheiro e gerando renda. Dessa maneira atende as demandas do debate contemporâneo sobre novos modelos econômicos baseados na mobilização e controle social.

A aprovação da implantação do BL foi unânime por todos os sujeitos da pesquisa, a proposta do Banco estava diretamente ligada à possibilidade de **desenvolvimento socioeconômico** e inclusão para a comunidade. Segundo o entrevistado João, diz que,

“Adoramos o projeto, não conhecíamos, mas foi feito palestras, distribuído panfletos explicativos sobre os seus benefícios e abraçamos de corpo e alma tudo que nos foi apresentado, acreditamos nas propostas do Banco e aprovamos sua iniciativa”.

Percebemos que eles inicialmente não tinham muita clareza de como poderia acontecer, mas no decorrer do processo assimilaram o conceito aderiram à prática. Um dos primeiros pontos levantados na pesquisa era perceber qual a imagem dos moradores em relação ao projeto e que benefícios ele poderia representar pra comunidade, e isso era perceptível como veremos nas falas na qual analisaremos a luz das teorias que corroboraram com o entendimento deste fenômeno. Podemos perceber esse argumento na fala do Sr. José, que fala que,

“Foi uma das melhores coisas que já aconteceu na nossa Comunidade. Fomos convidados para fazermos campanha na TV e no rádio para a divulgação. Ficamos mais conhecidos e isso fez o mercado crescer e apareceram mais possibilidades para os pequenos comerciantes, que somos nós. E esse também é o objetivo do Banco Comunitário.

A combinação entre **capital econômico** e **capital social** amplia os espaços de abrangência das ações do BL e busca a criação de um tecido social no desenvolvimento de atividade visando potencializar suas capacidades.

“O comércio desenvolveu e a moeda circulante nos ajuda a comprar mercadoria e trocar Tucumã no Banco, com esse projeto o dinheiro fica no bairro, não precisamos sair daqui pra fazermos compras, pagarmos nossas contas, isso é muito bom”.

A fixação espacial é um dos elementos da experiência, pois, descentraliza o mercado fornecedor de produtos e serviços reforçando o argumento de D. Maria, que segundo ela devido a expansão da cidade, é necessário focalizar a circulação de valores *in loco*.

“A presença do BL é um incentivo para os pequenos comerciantes, nos deu maior visão de negócio, trouxe formação nas mais diversas áreas, se eu tiver que resumir em uma palavra atuação do Banco, eu diria oportunidade, ele nos trouxe oportunidade que nunca tivemos antes”. Dona Josefa. Furtado nos faz um esclarecimento dele, .

Se a moeda social apenas circula no bairro sem a possibilidade de se transformar em ativo monetário capaz de atrair novos investimentos, é

impossível gerar desenvolvimento socioeconômico local. A matemática é simples! Vejamos: por mais que a doceira do bairro consiga vender seus produtos na comunidade, recebendo em troca a moeda social, ela vai precisar comprar equipamentos e insumos domésticos (liquidificador, por exemplo) que não são comercializados no bairro. Do mesmo modo a costureira, o carpinteiro e daí por diante (MELO NETO SEGUNDO E MAGALHÃES, 2006, p. 26).

Na busca de unidade dessas ações, o BL constrói uma teia interligada com resultados tangíveis e intangíveis que compõem a **coesão social** e constroem diferentes modalidades de capital, dentre esse o capital social, variável crucial nos fenômenos relacionados à inclusão.

Dada à natureza analítica da pesquisa identificamos variáveis que parecem pertinentes para a compreensão da formação do **capital social**, seus indicadores e as suas influências nessa ação participativa da sociedade civil.

Putnam (1996) nos informa que Capital Social pode ser compreendido como um amálgama de elementos como confiança, coesão social, civismo, pleitos e projetos conjuntos que facilitam a cooperação para o benefício mútuo em uma sociedade.

Nessa conjuntura social vigente de busca e reconfigurações de valores, as características apresentadas acima se tornam *sine qua non* na busca da criação de um modelo de circulação de finanças que proporcione a quebra de paradigmas do capitalismo clássico.

A Valorização do ser humano foi um aspecto foi identificado como um dos resultados das ações do BL. As falas dos usuários do Banco revelam este aspecto social relacionado ao conceito de cidadania, com cidadãos proativos na construção desse novo “jeito” de participar e vivenciar o bairro. Segundo Pedro,

“O Banco nos trouxe autoestima, nós percebemos que podemos mais, que em conjunto criamos uma força necessária para o nosso bairro crescer, isso dá um sentimento de compromisso, porque fazemos parte do processo, não somos apenas expectadores mas atores nesse projeto. Estamos de “cara nova”.

Entendemos essa argumentação que expressa autoestima nos pautando em um clássico da sociologia que diz que,

Os empreendimentos econômicos solidários se constituem como um universo simbólico distinto e específico que articula simultaneamente no tempo e no espaço várias esferas da vida social: simbólica, política, econômica, geográfica, ecológica, religiosa, de gênero e étnica, configurando um “fato social total” (MAUSS, 1974 apud GONÇALVES, 2008, p. 133).

A busca da transformação da realidade do Morro da Liberdade é sem dúvida um dos objetivos do projeto e o Banco Liberdade está voltado para essa transformação que esteve fortemente reivindicada em vários discursos de muitos usuários que creditam nas intervenções

do Banco a melhoria na qualidade de vida de muitos moradores, como nas mudanças positivas na vida de muitos jovens da comunidade.

*“O BL significa mais segurança pra população, não consigo imaginar o Morro sem o Banco, além de todos os benefícios bancários, de crédito e moeda social ele nós dá formação, como planejar melhor nossos **compromissos, nossos planejamentos de contas**”.*

Nas suas argumentações os entrevistados delinearum um perfil do BL, destacando pontos importantes na construção da rede. Dando-nos indicações para formulações de perguntas de modo a trazer as impressões mais ouvidas dos usuários com a finalidade de apontar pontos fortes e pontos incoerentes

As evocações mais ouvidas foram empreendedorismo, planejamento participativo, associativismo, sustentabilidade, autonomia, capital social, e cooperação.

Em suas falas os entrevistados ratificaram a importância da continuidade do projeto para o desenvolvimento do bairro tanto individual como coletivamente como mostra esse argumento,

“O Banco é uma porta para o desenvolvimento do Morro, pois nos dá oportunidade de geração de renda e trabalho, acesso a bens e a serviços que não tínhamos”.

Percebemos nesse argumento que os usuários do BL interpretam esse investimento como uma saída da exclusão econômica através de uma política de geração de renda, conforme tange a macro política nacional.

“O BL é um canal entre a Comunidade e as organizações sociais responsáveis pelo projeto é um veículo de comunicação entre o bairro e o Poder Público no que diz respeito aos direitos reivindicados por nós... Ele é o “ouvido” da Comunidade, nosso representante, só assim temos força de reivindicação”.

Benefícios do uso da moeda social Tucumã. A utilização da moeda para o desenvolvimento econômico ainda é considerada imprescindível, porém ação da sua utilização não se restringe apenas como um instrumento bancário, destinada a concessão do microcrédito, ela é utilizada para afirmar uma ação estratégica de construção de interligações sociais de economia solidária, visando, sobretudo a geração de renda para a comunidade, afirmando-se como uma ferramenta estratégica para o desenvolvimento territorial.

O Desenvolvimento do comércio foi destacado o mesmo está atrelado à circulação da moeda social.

Schraven (2000) levanta que, do ponto de vista econômico, a criação de uma moeda própria não tem como meta a autossuficiência da oferta local, mas o incremento da capacidade de autofomento.

Para Purdue *et al.* (1997), a criação de moedas locais pode ser encarada como uma espécie de “*microkeynesianismo*”, em que a preocupação maior é com a proteção da economia local.

A moeda social também possui uma variável econômica simbólica é imprescindível que seus usuários tenham confiança no seu valor, pois a sua credibilidade é a sustentação do seu valor monetário.

Acreditamos que os sistemas de moeda local não devem ser vistos como uma panaceia, mas exclusivamente como um instrumento inovador que promove o poder local, mesmo com todas as suas limitações. (MENEZES; CROCCO, 2009).

Alguns relatos trazem também de forma bastante explícita mudanças na vida pessoal de pequenos comerciantes usuários do Banco e de maneira especial de pequenos comerciantes usuários da Moeda Social Tucumã: como a inserção no mercado de bens e serviços.

O projeto incorporou a população no mercado de consumo de bens, obtidos pela maior circulação de moeda social e mercadorias na comunidade. O acesso ao consumo pode ser medido inicialmente por bens duráveis e acesso a informação. Conforme disse a senhora Benedita,

“A Senhora não imagina como esse Banco mudou a nossa vida. Agora temos acesso a “coisas” que não tínhamos. Comprei geladeira, de LCD, computador. Comprei brinquedos pro meu filho tudo depois que o Banco chegou, agora vou construir minha casa. Olha o mais legal é que agora temos crédito com juros baixos, créditos em pequenos valores, sem muita burocracia, podemos pagar nossas contas aqui mesmo. Essa oportunidade nunca tivemos nos Bancos comuns e com esse agora temos. Podemos dizer que é o nosso Banco”.

Para o desenvolvimento local, a dimensão econômica não é a única a ser considerada, evidente que o capital econômico é parte importante das relações entre o BL e a comunidade, ele une as diferentes posições socioeconômicas.

Podem-se destacar relações sociais mais abrangentes como os efeitos de experiências econômicas associadas a princípios de autogestão, cooperação e solidariedade com reflexos *econômicos intangíveis*, assumindo detalhes de estrutural de reputação e disseminação conduzindo ao reconhecimento comunitário existente entre os membros da comunidade.

O laço social construído de maneira durável entre as partes envolvidas e o entrelaçamento de convergência de interesses constitui uma dimensão fundamental da atividade desse fenômeno social que se traduz em efetiva inserção e reavivamento da comunidade.

A partir do momento em que alguém ou um grupo é reconhecido pelos demais como detentor de alguma espécie de capital, possui, conseqüentemente, poder simbólico, exercido por meio do discurso, manipulado conforme os interesses de quem detém tal poder. (Bourdieu, 1989).

O BL passou ser um *estandarte social* do moro da liberdade, o seu poder simbólico constitui uma conotação forte com a capacidade de influenciar nas ações da comunidade.

Reportamos-nos a Bourdieu (1989) para entender o poder de um simbolismo, diz ele,

O poder simbólico consiste em um poder exercido através do discurso, reconhecido pelos demais e legitimado devido à posição social de quem o profere. No entanto, somente recebe prestígio ou poder simbólico quem detém capital simbólico, ou é capaz de transformar alguma espécie de capital, como por exemplo, capital econômico, cultural ou social, em capital simbólico. (BOURDIEU, 1989 apud ZANELLA, FILHO, 2003, p. 86)

Outro aspecto que merece destaque foi o fato da **visibilidade dada ao Morro da Liberdade**, a cidade de Manaus conhece o Bairro e a ação do movimento que cria uma “teia” de informação potencializando e disseminando a experiência. Percebemos isso nessa argumentação,

“A ideia do Banco é ótima, e foi muito positiva para o bairro, não temos porque não apoiar. Eu mesma melhorei muito minha renda e consigo vender mais na minha barraca de café da manhã”.

A circulação da moeda faz com que, naturalmente o investimento no empreendimento com novos produtos e melhoria no atendimento, fato esse dado pela elevação da autoestima geográfica, possibilita a criação e ampliação da rede de consumo, criando um capital de giro que nasce a partir da dinâmica inovadora das relações socioeconômicas locais.

As relações econômicas e sociais, segundo o autor, estão “imersas” (“embeddedness”) que podem ser definidas como redes de relações sociais, fundamentadas no poder estabelecido pela confiança recíproca, tanto para o desenvolvimento das interações de mercado quanto para o estabelecimento das interações sociais mais abrangentes. (GRANOVETTER, 1985).

A implementação do Banco também **potencializou ações comunitárias no bairro**, como as da Biblioteca Comunitária, as feiras da AEESC, realizadas semanalmente na Praça da ADL ficaram mais atraentes e mais visíveis, com grande participação da comunidade, o que fortalece o movimento de Economia Solidária no Estado, ganhando destaque Regional para futuras ações junto ao poder Público e ganhando força para a aprovação da Lei Municipal para EES.

Essas estruturas constituem um denso e complexo tecido relacional interno, que emoldura a dinâmica econômica e social e influencia fortemente a formulação e a implementação de práticas econômicas alternativas e participativas.

Sobre os pontos de coesão social podemos destacar: a principal vantagem da operação de crédito junto ao Banco Liberdade.

As respostas foram unânimes em destacar dois pontos na política da organização, a política de **juros e a desburocracia** (uma minimização de procedimentos que uma pessoa ou microempreendedor deve tomar para obter crédito) adotados pelo BL.

Entretanto, em situação contraditória, existe um emaranhado de aspectos sistematizados pelo BC para o desenvolvimento das atividades dessas instituições, e nelas estão incluídos os bancos comunitários.

Os bancos passam a operacionalizar sem um ordenamento de ações e de alternativas para os contratempos do mercado, uma vez que operacionalizam de forma diferenciada, tanto na composição de sua taxa de juros, como na desburocratização de garantias e na formalização de contratos de crédito.

Não existe uma regulamentação específica para as IMFs, devendo as mesmas seguir as normas dos bancos comerciais, isso faz com que essas organizações passam a desenvolver seus próprios instrumentos internos, como a adoção de cadastros, meios de garantias e práticas de juros próprios.

A aferição do risco creditício deve orientar a quem concede o crédito quanto às garantias que devem ser adotadas na prática da contratação microfinanceira. Tradicionalmente, as garantias exigidas pelos financiadores dividem-se em duas modalidades: pessoais e reais. As garantias pessoais, também conhecidas como fidejussórias, têm como referência: o histórico pessoal do garantidor, em razão do conhecimento que o financiador tem do seu desempenho anterior e o patrimônio do garantidor. Estas garantias são a fiança (instituto de direito obrigacional civil) e o aval (instituto típico do direito comercial). As garantias reais são aquelas que vinculam bens de valor reconhecido, pertencentes ao financiado ou a terceiros, ao poder do financiador para assegurar a devolução dos créditos concedidos. São elas:

penhor, caução, hipoteca e alienação fiduciária em garantia. (BNDES, 2002. p. 92).

A falta de formação e de conhecimento dessas “regras” dificulta a ação e ordenamento interno dos BCD, o que leva a desorganização e baixa efetividade na gestão e na otimização dos serviços por elas ofertados.

Vale comentar que, em razão dos pequenos valores que são praticados no microcrédito e da condição econômica do público-alvo a que esse se destina, a exigência de algumas garantias pode ser descabida. (BNDES, 2002).

Existe uma dificuldade na composição das taxas de juros, quer por falta de conhecimento da técnica dessa composição, desconhecimento do mercado, da abrangência do projeto ou da população destinada, a instituição perde competitividade de ação, não instrumentalizando uma das principais variáveis que justificam a existência do banco, que é a concessão de microcrédito, inviabilizando essa prática.

A composição dos juros pela regulamentação brasileira, não prevê nenhuma modalidade específica que contemplem as IMF, essas devem seguir as “regras” destinadas aos bancos comerciais.

Embora não sejam instituições financeiras, as OSCIPs podem praticar juros acima de 12% ao ano sem que sejam usurárias em razão da determinação expressa da MP 2.172-32. Já a outras ONGs devem alinhar-se à Lei de Usura, limitando-se a 12% ao ano, ou 1% ao mês. A desobediência a esse princípio poderá configurar crime de usura que responsabiliza tanto a entidade civilmente quanto seus dirigentes criminalmente.⁸ (BNDES, 2002. p. 91).

“Os juros baixo estimula o empréstimo e pagamos menos por ele, assim temos como investir mais no nosso empreendimento”.

“Estive no banco para fazer o empréstimo para fomentar minha pastelaria e fui super bem recebido, além dos juros baixos as exigências são menores, isso facilita muito o acesso”.

“Muitos de nós pequenos empreendedores não temos renda formal, por isso não temos acesso a créditos em bancos comuns, aqui é mais facilitado, tem alguma burocracia, mas é menos”.

A soma de todas essas variáveis assume um papel crucial no âmbito da **coesão social**, contribuindo para a geração de renda, de emprego, de acesso, bem como a redução da criminalidade, proporcionando uma melhoria da qualidade de vida da população daquela comunidade.

⁸ Vide 7.5.1. A Lei de crimes contra a economia popular – Lei 1.521/51, na pág. 16.

Elementos de incoerência social (bloqueios):

Neste item trata-se de mostrar os pontos incoerentes identificados na pesquisa, destacando as críticas. Princípios com a identificação de algumas limitações cujo fim último é fornecer uma percepção dos sujeitos e das perspectivas distintas da utilização dessas variáveis como instrumentos de desenvolvimento.

Ressaltamos, porém que esta não é uma situação como essa generalizada, isto é, a prática social com base na economia solidária tem mostrado diferentes resultados em variadas contextualizações.

Percebemos, porém que o projeto recebeu **críticas** por **descontinuidade das suas ações** no decorrer dos oito meses de atuação. Segundo Madalena 56 anos, ela diz,

“Como lhe falei quando o projeto começou ficamos muito felizes e acreditamos nele”. Demos nossa cara “pra bater” nos mostramos, fizemos propaganda na TV, no rádio, onde nos convidávamos porque acreditamos. Mas agora não vemos mais nada, não tem mais o interesse inicial do projeto. “A coisa tá morrendo, e precisa continuar, se for preciso faremos tudo de novo”.

Interpretamos que a sociedade envolvida está consciente de que se trata de uma experiência, e não de uma política pública estatal. Dessa maneira está propensa a erros e ingerências no que tange a sua continuidade. E ao mesmo tempo percebemos que a o grupo social envolvido está de fato interessado nessa dinâmica experiencial de inclusão.

A falta de continuidade e de divulgação é uma das principais críticas dos comerciantes cadastrados.

“Não fazem mais divulgação, não sabemos o que tá acontecendo de novo. Eles não fazem mais visitas nos comércios. Tem comerciante esperando há dias o Tucumã e não tem, isso faz o projeto perder força e traz descrédito ao projeto”.

“A divulgação é muito fraca, eles devem investir mais nisso. Temos que saber sobre o Banco, isso dá mais visibilidade”.

Quanto à continuidade entendemos que, trata-se de uma novidade na comunidade, dessa maneira destacamos que esse temor faz naturalmente parte da processualização da experiência, tendo em vista que,

“Apesar de tudo continuamos acreditando e espero mesmo que eles voltem a ser como no início. Porque é um ótimo projeto pra comunidades principalmente pra nós pequenos comerciantes. O projeto é nota 10” (Gertrudes.....).

No quesito a divulgação, percebemos que falta uma assessoria de comunicação, pois com esse instrumento poder-se-ia incrementar uma política de mobilização via instrumentos comunicacionais por meios das novas tecnologias, o que não foi feito.

Encontramos críticas que reafirmam os pontos incoerentes já mencionados, mas que apesar dessas fragilidades apoiam e acreditam no projeto, reconhecendo a sua importância para o desenvolvimento, valorização da pessoa humana, e articulação para a promoção social e empoderamento comunitário. Esse argumento se solidifica com as falas dos sujeitos. Fato afirmado pelo depoimento abaixo,

“A ação do Banco ainda é pequena. A comunidade não conhece essas ações, falta divulgação, mais visibilidade, propaganda, quais são os benefícios? O Banco tem que se abrir para a Comunidade e não ficar restrito a pequenos grupos, assim ele não cresce. A população tem boa vontade e até quer participar, mas não sabe como, eles não inserem as pessoas”. ()

Percebemos que a devido à desinformação da comunidade, torna-se difícil o reconhecimento dos benefícios que a experiência do BL possa proporcionar a população.

Embora desburocratização seja um dos princípios dos BCDs esse item passa a ser na sua efetividade um aspecto limitador desse acesso. Não existindo uma sistematização de conduta interna do Banco, o que gera uma incapacidade de capacitação de usuários.

Reflexo de uma busca pela recolocação da economia a serviço das finalidades sociais e pela reintegração de seus valores à esfera sociocultural. Nesses termos, a moeda social deve ser percebida como uma instituição de caráter assumidamente normativo, à qual se associa quem compartilha os mesmos valores (SOARES, 2009, p. 255).

Mesmo os seus gestores por pouca habilidade ou desconhecimento não traduzem essas metodologia em instrumento aplicável. Como pode ser confirmado na fala abaixo;

“Não temos muito acesso aos serviços do Banco, não conhecemos muito como podemos utilizar esses serviços. Será que é destinado a toda população ou precisa ser comerciante”?

“A acessibilidade é o ponto negativo, falta mais divulgação, fizemos o cadastro pra incentivar o projeto, e receber a moeda social, mas eles não aparecem. Falta divulgação, o pessoal até que tem boa vontade”.

Um ponto alvo de críticas é sobre o uso da **Moeda Social Tucumã**. Alguns entrevistados mostraram insatisfação do modo como a gestão do BL tem articulado essa variável. Que segundo os relatos é o instrumento forte do Banco para incrementar o comércio local.

“A moeda facilita a vida do pequeno comerciante, mas ela tem que circular. A senhora imagina quem tem comércio que já está com mais de quinze dias

que não recebe a moeda, como é que vamos dar continuidade se eles não aparecem?”.

É fácil perceber também que pode existir uma situação inversa, daquela habitualmente demonstrada desse instrumento, no que tange a otimização da sua usualidade, tem se mostrado frágil e de pouca qualidade. A “qualidade” seria o nível de habilidade, que cada instituição incorpora a ela.

Tal habilidade seria também fruto da decisão dos gestores do BL maximizarem a utilização da sua abrangência, por meio de, principalmente, divulgação, educação e treinamento. Vejamos relato abaixo,

“Aqui no meu comércio fui convidada a fazer o cadastro para receber o Tucumã, aceite de bom gosto e até acho que o comércio melhorou, aumentou a freguesia e a gente vende mais. Inicialmente aceitei para incentivar o projeto mais depois vi que era boa mesmo, o negócio é que o pessoal do Banco não aparece, a gente não tem tempo de ir atrás a acaba deixando quieto, aí o negócio não anda mesmo. Eu aprovo a moeda, mas já tem dias que estou sem ela”.

O dinheiro precisa ser pensado não como instrumento isolado, abstrato e pairando acima das relações sociais e das associações culturais, aliás estas não podem ser explicadas focalizando-se apenas as atividades econômicas. Nesse sentido, o dinheiro é significativo não apenas em termos econômicos mas também pelo que revela acerca do modo como se constrói a sociedade (ALBUQUERQUE, 2003, p. 200/201).

Embora a utilização da moeda social tenha se mostrado uma das bandeiras da implantação do BL, dada a sua dotada visibilidade e poder de abrangência, ela está sujeita a críticas, cuja intensidade e visibilidade tendem a variar a depender da natureza do objeto estudado, dentre outros fatores.

Em síntese podemos dizer que a potencialidade de uso da moeda social demonstra uma das deficiências institucional do projeto, que faz com que a população desperdice grande parte de tal potencialidade, fazendo uma subutilização desse ativo.

Perspectivas do projeto:

Os discursos dos participantes revelam que a ideia de formar um sistema no qual as pessoas possam **produzir e consumir localmente** dentro de uma rede solidária vem funcionando.

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. (SINGER: 2002a, p. 10).

“É um negócio que funciona, ela modificou os negócios do Bairro, hoje temos mais opções, mas contato vendeu e comprou no próprio bairro”.

“Essas expressões participam da construção de um outro tipo de relação com o dinheiro, o de permitir às pessoas excluídas do sistema financeiro criar seu próprio emprego” (França Filho e Laville, 2004, p. 50).

“Depois da abertura do Banco chegou ao Bairro houve a abertura de novos microempreendedores incentivados pelo projeto e também assessorados por ele”.

Ratificadas todas as críticas os entrevistados expuseram suas **expectativas** para como o BL, demonstraram vontade de dar continuidade entre à sua parceria com a organização, seja como usuários, empreendedores, ou ainda como fomentadores da economia solidária.

Os pontos de destaque nesse quesito foram a respeito dos Serviços de Correspondente Bancário em processo de instalação e a disponibilização do crédito para Consumo inativo no BL por falta de Lastro da Moeda Social, a união da Comunidade também foi um ponto destacado, conforme relato abaixo,

“Temos a expectativa que o serviço para pagamento de contas esteja disponibilizado, pois assim faremos tudo aqui sem precisar sair da Comunidade”.

Este projeto reflete de alguma maneira as formas de vida dos indivíduos do Morro da Liberdade, destacado nas questões da implementação do projeto do Banco Comunitário.

Todavia, é preciso compreender que esse projeto está ocorrendo num contexto político, econômico e social que afetou diretamente a vida da Comunidade, acrescentam-se necessidades, valores e sonhos. Vejamos depoimento abaixo,

“Minha maior expectativa é que eles disponibilizem crédito para consumo, porque é um serviço de emergências, esse crédito é uma ajuda imediata muitas vezes para um problema que não pode esperar muito, estando disponível conseguiremos solucionar problemas de donas de casa, estudantes, casos de emergência mesmo, isso é muito positivo, e ainda dá maior visibilidade para o Banco porque a notícia se espalha entre os moradores, que também vão buscar o crédito, é a divulgação boca a boca”.

Economia Solidária, Castel (1998, p. 575) salienta que se “trata de um tipo de ligação da questão do emprego com a coesão social, é a criação de vínculos sociais por meio de atividades econômicas”. A busca de unidade e fortalecimento do Bairro foi uma das perspectivas identificadas nos moradores do Morro, isso fica explicitado na fala da Sra. Raimunda,

“Espero que o Banco cresça e incorpore mais pessoas nas suas ações, porque muito não sabem sobre ele, ou por falta de interesse ou por falta de informação, os gestores precisam buscar uma maneira de a Comunidade participar ativamente das suas ações, porque fortalecendo o bairro certamente fortalecerá o Banco também. Ele já representa essa unidade, mas precisa ser mais forte”.

Outro aspecto identificado estaria relacionado com a dimensão da **autogestionária do Banco**, que se mostrou complexa e exigiu capacitação, como faz parte de uma gestão descentralizada ela precisa de parcerias e capacitação contínuas de novos membros para uma continuidade positiva, adequando novas tecnologias de gestão e de monitoramento.

Segundo Godoy (2005, apud LEMOS, FALCOSKI, CASTTRO, 2012, p. 7):

A maior diferença entre economia capitalista e economia solidária está na gestão dos empreendimentos: a *heterogestão* ou administração hierárquica, formada por sucessivos níveis de autoridade – ordens e instruções de cima para baixo são características capitalistas; enquanto os EES funcionam sob a base da autogestão que, é a prática da empresa ou da cooperativa solidária de realizar uma administração democrática possuidora da premissa da necessidade de todos os sócios estarem informados e participantes.

Outro aspecto muito presente como dificultador foi a **mobilização comunitária**. Sabe-se que a mobilização é um processo de comunicação contínuo que se utiliza de argumentos, espetáculo, festa, cultura cada um deles com atributos específicos de intenção como instrumento mobilizador.

Mobilizar, segundo as definições que podemos encontrar em dicionários e enciclopédias, significa movimentar, mover, colocar a si mesmo e a um conjunto de pessoas em ação para realizar uma tarefa conjunta, dar-lhes entusiasmo, vontade para participar das ações coletivas. A origem da palavra “mobilizar” vem do termo francês *móBILE*, que significa “móvel”, aquilo que pode se deslocar mudar de posição, em contraposição àquilo que é estático, que não pode se mexer. (MT, 2007, p. 14).

A utilização de instrumentos convocatórios de envolvimento coletivos faz parte das modalidades sociais atuais, a perfeita harmonização nessa dinâmica de relações convergendo para a sua finalidade foi uma das dificuldades encontradas pelo grupo.

A ausência de marco legal no País que contemple a Economia Solidária é um limitador para a busca de novas parcerias e financiamentos para a capitalização do BL. É a luta do movimento em nível nacional a aprovação da Lei que possa fomentar o movimento.

No Estado existe uma mobilização em favor da aprovação da Lei Municipal de Economia Solidária. Essa ausência impossibilitou a concretização do repasse em valores junto a Prefeitura de Manaus como forma de capitalizar o Banco, essa impossibilidade resultou na ausência de lastro para a construção moeda social, sem que com isso fosse concedidos empréstimos de consumo a população.

A regulamentação das instituições financeiras convencionais (IFCs) assenta-se em dois objetivos principais: reduzir a probabilidade de quebra generalizada de bancos e proteger o cliente/consumidor. Vejamos se esses objetivos se justificam também para as instituições de microfinanças (IMFs). Dado o seu pequeno peso no sistema financeiro, problemas com IMFs não devem ter efeito sistêmico, podendo, contudo, ter forte impacto “*subsistêmico*”, isto é, afetar seriamente o segmento de microfinanças. Algum grau de regulamentação deveria, portanto existir para evitar que eventuais crises de liquidez em uma IMF venham a se transmitir a outras. No que diz respeito à proteção do cliente, a lógica que justifica a regulamentação dos bancos mantém-se para as IMFs. Os problemas da assimetria de informações e do comportamento oportunista ocorrem com quaisquer instituições financeiras receptoras de depósitos, independentemente de seu porte ou natureza. (BNDES, 2001, p. 61). (Grifo nosso).

Por meio do referencial teórico, buscou-se compreender em que medida, no contexto abordado, a Economia Solidária pode possibilitar mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas.

Na visão de (SINGER: 2002a, p. 09), a solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualmente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais.

Exploramos de maneira analítica os aspectos sociais e econômicos desse fenômeno específico da contemporaneidade, em especial as dinâmicas internas e seus reflexos sociais. Entretanto, o destaque dessas relações, não tem por objetivo sobrepujar a importância de outras dimensões e elementos já bastante debatidos em outras pesquisas.

Trata-se apenas de chamar atenção para a presença das estruturas relacionais dessa ação pública dentro de uma política local.

Porém, em uma situação contraditória, nosso conhecimento ainda é pequeno sobre os detalhes de seu funcionamento. Em especial temos apenas escassa compreensão sobre os processos que organizam a sua heterogeneidade e as suas dinâmicas internas.

Nesta pesquisa foram tematizadas as relações sociais do BL coma a comunidade, buscamos discutir a interpenetração de seus reflexos junto ao bairro, suas conexões com o movimento de economia solidária e o universo das microfinanças.

Embora as preocupações se centrassem na “constituição do projeto”, as análises apresentaram evidentes contribuições para o entendimento dos pontos de coesão e incoesão social do exposto, dialogando explícita e implicitamente com as explicações teóricas que embasam esses processos.

O estudo analítico nos trouxe o esclarecimento dos efeitos e da complexa interdependência presentes na formulação de política de arranjo social alternativo para uma ação social, considerando não apenas as ligações em torno dos atores (ou as suas interações individuais), mas também a estrutura dos vínculos e os padrões gerais em que esses estão inseridos.

3. O Microcrédito na promoção do desenvolvimento e inclusão social.

Argumentamos nesse item, que iniciativas apoiadas com microcrédito e microfinanças têm o potencial de promover melhoras na vida das famílias envolvidas, mas não transformarão significativamente a sociedade envolvida.

Tais iniciativas podem representar um caminho para melhorar a situação de populações de baixa renda e os resultados em desenvolvimento atrelados a melhoras no negócio e na vida de integrantes da economia popular são possíveis.

O microcrédito desempenha na época atual um papel de primordial importância, considerando que é o propulsor da atividade econômica. (COVELLO, 1981. p. 40).

Analisamos unicamente concessão de microcrédito produtivo desenvolvida pelo BL, uma vez que o mesmo não disponibilizou crédito para consumo.

Segundo Brusky & Fortuna (2002, apud Ribeiro & Botelho, 2005, p. 2):

É importante, enfatizar que o microcrédito para consumo não é uma desvirtuação do microcrédito, pelo fato de pretender atender aos excluídos pelo setor bancário. Abordando as duas finalidades do microcrédito – para consumo ou para investimento –, sob outro ponto de vista, pode-se afirmar que os demandantes de microcréditos para consumo normalmente são situados nos lares de agentes envolvidos na contratação de microcréditos para investimentos.

O Banco recebeu fortes críticas nesse sentido, uma vez que se propôs disponibilizar crédito de consumo a comunidade, é o que retrata a fala de Dona Maria,

“O foco principal do Banco era empréstimo a pessoas de baixa renda, com juros baixos, mas esse crédito não existe, não ouço mais falar nisso. Só quem consegue crédito lá são os

comerciantes, então a população fica de fora? Fiz meu cadastro e estou esperando, mas não tive mais nenhuma informação sobre isso”.

Contraditoriamente o BL devido a problemas com parcerias e convênios não efetivou o concessão de microcrédito ao consumo e atua discretamente com um sistema de câmbio entre comerciantes cadastrados.

Dados relativos à formação de capital (Lastro da Moeda) levaram a não oferta do serviço à população, por consequência a inexistência do ativo (moeda social disponível para empréstimos), reduzindo o volume de contratos bancário, que é o instrumento utilizado para a mobilização do crédito, diminuindo assim a circulação da moeda social.

“O acesso é difícil, fiz o cadastro pra obter empréstimo para abrir meu salão de beleza, sou informal sabe, mas demoram muito, eles não tem agilidade, esse é ponto frágil do Banco no meu ponto de vista. Agilidade isso eles não tem, estão iguais aos outros Bancos.”

“A demora pra liberação do empréstimo demora muito, eu fiz o cadastro pra ter crédito para abrir minha lanchonete, e tenho esperança que seja aprovada, estou esperando já faz um tempinho”.

Segundo Pimentel & Kerstenetzky (2008, apud Fonseca & Silva, 2010, p. 2):

De modo geral, pode-se avaliar o mercado de microcrédito como grande, porém as organizações têm dificuldades para chegar ao cliente potencial. Dentre as maiores restrições deparadas pelas instituições para ampliar a oferta de microcrédito, apontam-se a “política de marketing insuficiente”, nas palavras dos autores: “Há escassez de planos de marketing para prospecção de clientes potenciais, para diagnosticar o tamanho do mercado e desenhar estratégias para atingi-lo”.

Tal fato enfraqueceu o poder de ação do BL, criando uma atmosfera de descrédito da instituição junto aos seus beneficiários, descaracterizando sua qualidade maior que é a qualidade de distribuidor do crédito.

O Microcrédito tem se mostrado eficiente na redução da pobreza e como uma alternativa para a inclusão, com uma força local para pequenos comerciantes, como ressalta seu João em sua fala,

“Olha tenho um carrinho de pastel e fiz o cadastro e estou esperando, eu sou um grande admirador e divulgador das ações do BL, eles estão de parabéns é nota 10, a única coisa que poderia melhorar era a liberação do empréstimo que demora um pouco, mas no resto não tenho o que reclamar”.

Ao prover recursos para a aquisição de ativos, capital de giro ou mesmo educação, o microcrédito contribui para a redução da pobreza já que aumenta a renda do microempendedor. (SCHREIBER, 2009).

A morosidade para efetivação no repasse e a inexistência de um marco regulatório que legitimasse a ação foram os motivos de tal impedimento, isso demonstra a ineficiência na qualidade da execução dos convênios entre a organização e o setor público.

A inexistência de legislação que permita a flexibilização de repasse entre as parceiras dos BCDs, reduzem a sua capacidade na formação de capital (ativos) para a oferta de empréstimos.

É evidente que, embora não tenha alcançado ainda um marco regulatório plenamente satisfatório e incentivador à atividade, a regulamentação das SCMs está em pleno desenvolvimento, com avanços notáveis e algumas boas perspectivas futuras de flexibilização. Assim é que as SCMs deixaram de ter uma atuação restrita à região de seus estatutos e passaram a ter permissão de atuação em todo território nacional. Dentre os produtos possíveis foram estendidos os de garantia (além do crédito)⁹. (BNDES, 2002).

Em síntese, não se pretende aqui “anular” o microcrédito como instrumento de desenvolvimento e inclusão social, ao contrário, estudos o consagram como um instrumento redutor de desigualdade e indutor econômico, criando sinergias nos mercados, gerando emprego e renda, portanto se mostra um redutor da pobreza.

No entanto, a estrutura das parcerias se mostrou frágeis, quer por questões legais, quer por questões metodológicas, ou de gestão, restringiu a sua atuação e possível resultado esperado.

Não há possibilidades de fazer generalizações a respeito dessa prática e uso desses instrumentos. É importante enfatizar o bom aproveitamento do microcrédito como instrumento de inclusão e de potencial alternativo para a construção de desenvolvimento socioeconômico local esse não foi o objetivo do estudo.

A pesquisa buscou apontar condicionantes da limitação da concessão de microcrédito concedido pelo BL, enfatizando que os instrumentos como parcerias, gestão, divulgação, mobilização, metodologia e prospecção de clientes potenciais podem condicionar o comportamento da comunidade e alterar o resultado potencial da instituição.

⁹ A lei 10.194/01 é de redação simples e limita as atividades de uma SCM ao financiamento ao microempendedor.

Deste modo não há uma maneira ideal que se amolde a todas as situações, existe sim a associação de ferramentas adequadas a cada tipo particular de realidade. É preciso atentar para o conjunto de fatores sociais existentes de modo a identificar tendências e esquematizar estratégias com a finalidade de atingir resultados, o que nem sempre é fácil pelas instituições.

Por isso, precisamente fundamentado nessa questão, identificou-se a necessidade que as instituições conheçam e desenvolvam métodos que maximizem e otimizem o mercado do microcrédito de modo a chegar no seu resultado potencial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A democratização da riqueza e da gestão produtiva representa um grande desafio frente às tendências do mundo de concepções macroeconômica e globalizada.

O mercado e a economia têm uma lógica própria de funcionamento dominante, no atual momento histórico, uma vez que estão atrelados a um padrão estritamente mecânico, caracterizado pela constatação das necessidades humanas em suas várias formas de expressão: físicas, culturais, espirituais e outras. (CANDEIAS; MACDONALD; MELO NETO, 2005, p. 8).

Dados animadores geram uma atmosfera de otimismo com os modelos de inclusão criados pelos governos, mas também nos assustam os mesmos dados de crescimento da demanda por emprego e as condições limitantes de geração de oferta por parte dos mercados, esse indicativo cria uma expectativa positiva para práticas em EES.

A conotação empreendedora dessa prática atua de forma flexível sobre o capital criando um dinamismo coletivo para os mercados alternativos de crescimento econômico.

Porém a temática sobre a adoção de políticas específicas para a EES, ganha importância e significado à medida que a complexidade das relações sociais aumentam e novos atores emergem como protagonistas.

Entender como se processa essa teia entre atores que a constituem e, identificar os seus pontos marcantes sejam eles positivos ou negativos, fortes ou frágeis estará direcionado a aplicação dos procedimentos metodológicos e a análises dos dados deles obtidos.

Para descrever a dinâmica Da experiência foi necessário identificar e entender as relações de maneira sistemática e dinâmica na construção do processo participativos tal como ele se apresentou, de forma diferenciada buscando inseri-lo num recorte específico, onde foram observadas possíveis características e potencialidades buscando um ponto de apoio para a ação de cada uma delas.

A pesquisa buscou conhecer práticas e entender o processo de implementação de um EES através da experiência empírica do Banco Comunitário Liberdade, numa teia de envolvimento entre os atores que compõem o modelo, para a construção de empreendimentos econômicos organizados de forma associativa e autogestionária, ora focada no desenvolvimento e geração de trabalho e renda, ora focada na institucionalização de espaços de interlocução Estado-sociedade, ora resgatando a dimensão econômica como um agente

político e ratificando o conceito de economia solidária como um potencial espaço público não estatal.

Buscamos aqui apresentar elementos relacionados à constituição e contribuição do BL, pautados na elevação da autoestima dos moradores, mas também os já significativos resultados relacionados ao aumento do consumo no comércio local e de circulação de riqueza no bairro, embora com um tempo relativamente pequeno de ação, sem deixar de lado as críticas impostas ao projeto, como forma de aprimoramento e fortalecimento do modelo, vendo nele um potencial razoável de desenvolvimento local.

A principal razão da implementação do Banco Comunitário Liberdade está além divulgar, disseminar e fortalecer o movimento de Economia Solidária baseada em bancos comunitários adotar uma política alternativa de concessão de microcrédito, a implantação da moeda social circulante Tucumã aos moradores do Morro da Liberdade como instrumento de desenvolvimento econômico local de geração de renda e emprego.

O produto ou o serviço oferecido está alinhado com as metas de sustentação, e de permanência da organização. O posicionamento do produto no mercado estabelece uma referência e consolida uma marca. Este produto tem que se identificar com a missão e a causa da organização.

Nessa direção houve uma desconexão entre a finalidade inicial do Banco com o produto oferecido, no caso analisado, a concessão de microcrédito, não houve a concretização da oferta do bem pretendido quando da implantação do projeto anunciado pela ofertante. O que causa descredibilidade junto à população. Podendo ser atribuído a falta de agilidade de gestão para a solução do problema.

As conclusões alcançadas sobre as potencialidades do microcrédito como um instrumento de inclusão ficaram inconclusivas, pois não houve oferta do serviço. Ficam no campo da percepção, da observação.

Há uma tendência que com a disponibilização do crédito pra consumo haveria maior adesão da população a esse tipo de serviço, uma vez que existe uma burocracia bastante flexível para o modelo, juros e carência diferenciados.

Esse tipo de crédito tem um reflexo imediato, pois interfere nas condições de saúde, moradia, alimentação, e lazer da população, com baixos volumes viabilizando a sua utilização em maior escala que o crédito produtivo.

A avaliação concreta analisou a utilização da Moeda Social Tucumã como um instrumento de desenvolvimento local, o que se constata como verdadeira, pois segundo os

usuários da moeda sejam eles comerciantes ou população a sua utilização desenvolveu o comércio local.

Verificou-se mudanças positivas na geração de renda após o uso da moeda social por consequência de maior volume de vendas.

Partes dos empreendedores passaram a ter uma renda familiar por pessoa maior e esse acréscimo se deve ao desenvolvimento da atividade empreendedora a qual desenvolve atrelada ao uso da moeda social circulante.

No que se refere à geração de emprego não foi possível verificar a ausência da mesma. Em alguns relatos constatou-se a o envolvimento de parentes nas atividades.

Identificamos melhorias sobre as condições de moradia, acesso a bens de consumo, bens duráveis e serviços também foram relatados. Essas mudanças ocorridas foram em menor proporção se comparado às mudanças ocorridas na renda familiar.

A utilização da moeda também permitiu melhorias relacionadas à alimentação, aumentando o número de refeições diárias de forma balanceada.

Porém seria precoce falar em inviabilidade do microcrédito como uma variável de inclusão, pois o fator tempo há que ser considerado. O Banco ainda está em processo de implantação, com apenas oito meses de atuação busca parcerias com vários setores, e formas que viabilizem a concessão do microcrédito ao público, sua principal meta.

A iniciativa estudada buscou viabilizar a concessão de microcrédito, mas também mostrou sua face mais fragilizada, a sua sustentabilidade.

O grande desafio da organização está na auto sustentabilidade do modelo. Identificamos a inexistência de projetos para a captação de recursos atuais ou futuros para a continuidade das ações, criando uma desmotivação interna que se reflete externamente. Não existe a ideia de um projeto autossustentável para a sua manutenção. Nem de como inserir novos instrumentos que viabilizem suas ações e otimizem seus resultados.

A gestão social pode ser destacada com sendo um dos os pontos frágeis do projeto, a forma como é executada, a operacionalização pós-implantação se mostrou pouco eficaz não só na continuidade das ações iniciais, mas também como geradora de novas iniciativas que pudessem fortalecer ampliar e consolidar o modelo.

Identificamos uma configuração estrutural bastante robusta com parcerias interessantes do ponto de vista da mobilização popular local e regional e a alocação de recursos, sejam eles tangíveis ou intangíveis, com alguma adequação de posições de poder

dentro da dinâmica. Com uma tendência de alavancagem econômica bastante considerável com possibilidades de criar uma situação rentável e sustentável as organizações envolvidas.

A instrumentalização social também se mostrou um limitador para a atuação do projeto existindo, portanto uma lacuna entre os instrumentos operacionais e técnicos do modelo com a prática. Por se tratar de um modelo por adesão e na sua maioria voluntária os instrumentos se mostram complexos, precisando continuamente de formação e de formatação com novas técnicas de gestão.

Esses instrumentos, porém quando bem geridos sugerem eficácia no resultado, cumprimento das normas, controle interno de ações e identificação de possíveis distorções imprevistas com possibilidade de planejamento intencional.

A sociabilidade do modelo permite que ele circule com relativa facilidade em todos os mercados, arranjos e níveis sociais sem que haja um limitador para suas ações que sem constrangimentos busca adesões formais e informais sem que com isso perca o seu objetivo principal a coletividade.

Algumas características foram detectadas no processo, nesse caso se constitui basicamente por relações horizontais, característicos a redes sociais de cooperação, não podendo haver prevalência de opiniões ou ideias, mas sempre observados os objetivos coletivos e convergentes para os planos de ação. Porém identificamos algumas distorções nessas relações com tendências verticais de objetivos entre as organizações.

As redes de maneira geral possuem um conjunto de atores dotados de poder que são as organizações sociais, essas disputam resultado, espaço no seu campo de atuação. Como equilibrar esse ponto é um dos desafios do projeto exposto. A estrutura da rede em si fornece instrumentos de poder que podem ser entendidos sob várias perspectivas.

Identificamos desproporções de poder na rede sendo, portanto uma zona de conflito a ser debatida e adequada, a relação de poder não se mostra na sua totalidade homogênea e equitativa. No entanto busca privilegiar a ação cooperativa e autogestionária concatenada com o objetivo de gerar conhecimento e adotar inovações.

Por outro lado a relação de poder entre as organizações aumenta competitividade entre elas o que otimiza a sua atuação.

No quesito mobilização a articulação se mostrou positiva. A utilização da informação e da comunicação poderosos instrumentos mobilizadores gerou resultados positivos e disseminação rápida na articulação do movimento, com resultados imediatos conduzindo a uma assimetria de informações entre os membros da rede.

Pela assimetria, em cada situação essa informação é recheada de aspectos peculiares a cada segmento social, religioso o que foi interessante ao projeto, pois envolveu um número maior de pessoas não existindo barreiras para a adesão voluntária, a informação como é repassada pode extinguir barreiras pré-determinadas se adequando a cada realidade em que circula o que foi positivo.

O projeto cumpre no bairro também a função social de informar e de valorizar as potencialidades locais como forma de distribuição de riqueza, de cidadania e de unidade. É interessante a provocação positiva da população do papel do poder público sobre o tema, no que diz respeito aos direitos sociais da população. Acende-se um sinal verde, um ponto de interrogação e conseqüentemente uma ação.

A sociedade nessa dimensão se torna proativa com cidadãos participativos, politizados, com a função social de fiscalizador do Estado e observador das suas relações com a população redefinindo-as em cada novo contexto que se apresenta.

Seus instrumentos como mecanismos de participação e de legitimidade social são intrínsecos das sociedades modernas sob as quais legitimam sua forma de ação e atuação com os diversos setores.

A valorização da pessoa como variável fundamental para o desenvolvimento, construção e disseminação do movimento solidário a luz dos seus instrumentos sociais permite reconhecê-lo como um veículo importante na consolidação dos direitos fundamentais e na promoção humana das sociedades contemporâneas garantidos pela Constituição Federal de 1988.

A dimensão política do movimento pode ser entendida nesse contexto como um fator social indutor de desenvolvimento e mediador “ouvidor” entre estado e sociedade a fim de responder as demandas constituintes desta.

Porém uma análise da utilização do Banco como um “emblema” político partidário seria razoável, pois ganha visibilidade notória podendo circular entre vários segmentos sociais, inclusive o segmento partidário. Não nos cabe aqui elencar partidos ou militantes desses, mas sim destacar a força desse setor como um instrumento eleitoral sonoro, que faz barulho e que se faz visivelmente notar, podendo facilmente se transformar em instrumento eleitoral com a finalidade de capturar votos.

A percepção da Comunidade a respeito do Banco é positiva, existe uma expectativa forte que a prática se fortaleça e estabeleça aqui a sua marca.

A questão da visibilidade, criada pelo Banco foi muito positiva e alcançou os objetivos pretendidos.

Criar uma marca forte também é um dos objetivos do movimento, pois a partir dessa referência podem surgir outros modelos similares, a marca cria uma ideia de segmentação do setor esse também é uma das estratégias do movimento solidário de forma a criar maior capilaridade nos três níveis de ação, nacional, estadual e municipal.

Porém a organização tem que cuidar dessa marca, ela está diretamente ligada à imagem que quer estabelecer com o seu mercado, isso gera credibilidade, confiança, itens imprescindíveis nesse tipo de empreendimento.

O BL criou a sua marca, já estabeleceu uma referência, ele já é presença forte no bairro, seu pioneirismo traz consigo maiores responsabilidades, posicionamento, o seu comportamento diferenciado é que traduz essa marca, é necessário maior atenção na condução do projeto de forma a não causar-lhes arranhões.

Muitas críticas foram identificadas pelos usuários do Banco em geral, entre o fator motivacional. Falta motivação aos gestores do Banco, viabilizar a interlocução dos agentes e os seus parceiros seria interessante no sentido partilhar ideias e estimular ações.

Cativar o parceiro é importante, de modo que eles se envolvam em projetos já existentes e proporcionem outros, que se estabeleça uma relação de troca. Essas parcerias precisam sair do campo formal, e ir para o campo da ação, essa interlocução é frágil, nesse quesito o BL tem se mostrado limitado. A continuidade é peça importante da engrenagem para o funcionamento do projeto, ele é um ciclo dinâmico. E só com as parcerias o projeto ganha repercussão.

É unânime que o Banco Liberdade trouxe visibilidade para o Morro da Liberdade, promovendo ganhos para todas as organizações envolvidas e a população local.

No entanto a divulgação externa precisa ser contínua, atualizar canais de comunicação, como *sites*, *links*, criar uma relação entre o marketing tradicional com as novas formas de propaganda. Utilizar a internet como meio de *marketing*. Pois o Banco não precisa só aparecer, ser visto, as suas funcionalidades dele precisam ser conhecidas, esse processo não pode está dissociado da vida da população em geral, isso precisa ser fortalecido.

O uso das modalidades de propaganda tradicionais como TV e rádio se mostram pouco efetivas para o entendimento do funcionamento do Banco e para adesão do microcrédito, outros materiais de divulgação precisam ser utilizados.

Por se tratar de uma organização muito recente na busca formas de gestão, de autossustentabilidade, novas pesquisas podem ser feitas na avaliação da efetividade do microcrédito como indutor de desenvolvimento local e redutor das distâncias sociais num espaço maior de atuação da organização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R.; JUNQUEIRA, R. G. *A sustentabilidade das microfinanças solidárias*. Sober, 2003.

_____. *A sustentabilidade das microfinanças solidárias*. Sober, 2003. Disponível em: <http://www.tau.org.ar/upload/89f0c2b656ca02ff45ef61a4f2e5bf24/54_1.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2011.

_____. *Para uma teoria dos estudos territoriais*. In ORTEGA, Antonio César; ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Orgs.). Desenvolvimento Territorial, Segurança Alimentar e Economia Solidária. 1ª ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007, p. 19-38.

ASSAD, T. M. *A problemática das “invasões” na cidade de Manaus: perspectivas de legalização fundiária à luz do estatuto da cidade*. Disponível em: http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/manaus/novos_desafios_tamera_maciel_as_sad.pdf.

ARRUDA, M *Economia solidária e o renascimento de uma sociedade humana matrística*. Disponível em: <https://infotek.awele.net/d/f/1794/1794_POR.pdf?public=ENG&t=.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2011.

ALVES, S. D.S.; SOARES, M. M. *Democratização do crédito no Brasil-Atuação do Banco Central- Banco Central do Brasil*, 2004.

ASSEBURG, H.B.; GAIGER, L. I. *A economia solidária e a redução das desigualdades*. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 50, n 3, 2007, pp. 499 a 533.

BARROS, R. P., HENRIQUE, R.; MENDONÇA, R. S. P. *A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro, IPEA, 2001.

BUZZATTI, A. P. *A Economia Popular Solidária frente às transformações contemporâneas no mundo do trabalho*. 2007. 110 f. Dissertação (Mestrado em Integração-Latino Americana) Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, Rio Grande do Sul. 2007.

BITELMAN, M. F. *A Disseminação das Políticas Públicas Locais de Economia Solidária no Brasil: Os casos de São Paulo e Osasco*. 2008. p18. Dissertação de Mestrado - Fundação Getulio Vargas Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2008.

BECKER, B. K. *Geopolítica da Amazônia*. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24081.pdf. Acessado em: 14 set. 2012

BC - BANCO CENTRAL – *Relatório de Inclusão Financeira*, 2010. p.78).

BNDES - Banco de Desenvolvimento Econômico e Social – *Entendo as Microfinanças*, (20002. pg 17).

BNDES - Banco de Desenvolvimento Econômico e Social – *Regulamentação das Microfinanças*. (20002).

BNDES-PDI- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social: Programa de Desenvolvimento Institucional. Regulamentação das Microfinanças. Junho 2002, p 61

BANCO COMUNITÁRIO LIBERDADE. *Plano Pedagógico Banco Liberdade – Para Gestão de Política de Crédito*. Manaus-AM, 01 setembro de 2011- Comitê Gestor do Banco Liberdade.

BEZERRA CANDEIAS, C. N. MACDONALD. J. B. MELO NETO, J. F. *Economia Solidária e Autogestão e ponderações teóricas e achadas empíricas*. (João Pessoa-PB, 2005, p.8).

BOURDIEU, P. *Razões práticas sobre a teoria da acção*. Oeiras: Celta, 1997.

_____. *Introdução a uma sociologia reflexiva. In: O poder simbólico*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CALDEIRA, Á. C. *Cooperativismo e Economia Solidária*. Disponível em: <http://www2.oabsp.org.br/asp/comissoes/resp_social/artigos/COOPERATIVISMO_ECONOMIA_SOLIDARIA.pdf> Acesso em: 03 abr. 2011.

CARE Brasil. *Programa de microfinanças e educação financeira empreendedora Resultados e impactos*. Janeiro/2011

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão Social*. Petrópolis/RJ, Vozes, 1998.

CHARLES, D. L. *Os Bancos Comunitários e o Empoderamento dos Clientes? Avaliação da Experiência do Crediamigo do Banco do Nordeste*. MESTRADO EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICA. UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. FORTALEZA – CE.2009

CHIZOTTI, A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez, 1995.

CELLARD, A. **A análise documental**. In: POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, Vozes, 2008.

COVELLO, S. C. *Contratos bancários*. São Paulo: Saraiva, 1981. p. 40.

COSTA, F. A. *O Planejamento do Desenvolvimento Regional na Amazônia: Pressupostos conceituais para uma nova Institucionalidade*. Revista Amazônia: Ci. & Desenv. Belém, v.1, n.1, jul. /dez. 2005.

DANTAS, V. A. *A Tecnologia do Microcrédito Produtivo e Orientado*. 2005. Disponível em: <www.mte.gov.br/pnmpo/tecnologia_do_mcpo_fomatado.pdf>. Acesso em: 16 de ago. 2008.

Danielle Teixeira Queiroz, Janaina Vall, Ângela Maria Alves e Souza, Neiva Francenely Cunha Vieira. *Observação Participante na Pesquisa Qualitativa: Conceitos e Aplicação na Área da Saúde*. R. Enferm UERJ, Rio de Janeiro, 2007 abr/jun; 15(2): 276-83.

DUARTE, R. *Pesquisa qualitativa: Reflexões sobre o trabalho de campo*. Cadernos de Pesquisa, n. 115, p. 139-154, março/ 2002. Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Abril Cultura, 1973, Adaptado.

FEBRABAN- Federação Brasileira dos Bancos. *Bancarização e Inclusão Financeira no Brasil*, julho de 2011.

FERRARINI, A. V. *Superação da pobreza: o desenvolvimento local como estratégia na busca da sustentabilidade*. Universidade do Vale do Rio dos Sinos-Unisinos, 2001.

FERREIRA, Sylvio Mário Puga. *Desenvolvimento Industrial da Zona Franca de Manaus: Paradigmas e Propensões*. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/secex/sti/indbrasopodesafios/revuniamazonas/art5SylvioPuga.pdf>. Acessível em: 23 out. 2012.

FUJISAWA, D. S. *Utilização de jogos e brincadeiras como recurso no atendimento fisioterapêutico de criança: implicações na formação do fisioterapeuta*. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação)- Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2000.

FILHO, C. F, JÚNIOR. J. T. S. *Fato associativo e economia solidária: a experiência do Banco Palmas no Ceará*. 2003.

FILHO, F. GENAUTO, C. *Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. Bahia análise e dados*. Salvador, v. 12, n.1, p. 9-19. jun. 2002.

FIGUEIREDO, N.M.A. *Método e metodologia na pesquisa científica*. 2a ed. São Caetano do Sul, São Paulo, Yendis Editora, 2007.

FONSECA, R. F.; SILVA, W. A. Castro. *Microcrédito e Banco da Gente: Prospecção de clientes*. IX Convibra Administração – Congresso Virtual Brasileiro de Administração – adm.convibra.com.br. 2010

FRANÇA, F. GENAUTO, C. *Gestão social: um conceito em construção. In: Colóquio Internacional Sobre Poder Local*, IX, 15-19 de junho de 2003, Salvador, Bahia. Anais do IX Colóquio Internacional sobre Poder Local, Salvador, 2003.

FRANÇA, F. G.; LAVILLE, J. L. *Economia solidária: uma abordagem internacional*, Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOHN, M. G. *Movimentos sociais na contemporaneidade*. Universidade Estadual de Campinas, Universidade Nove de Julho. Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47 maio-ago. 2011.

GRANOVETTER, M. *Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness*. The American Journal of Sociology, Vol. 91, No. 3 (Nov., 1985), pp. 481-510 Published by: The University of Chicago Press

GAIGER, L. I. *Virtudes do Trabalho nos Empreendimentos Econômicos Solidários*. Revista Latino americana de Estudios del Trabajo, Buenos Aires, vol. 7, nº 13, 2001, pp. 191-211.

GAIGER, L. I. et al. *A economia solidária no RS: viabilidade e perspectivas*. Cadernos CEDOPE, n. 15, 1999. (Série Movimentos Sociais e Cultura).

GONÇALVES, A. F. *Experiências em economia solidária e seus múltiplos sentidos*. Universidade Federal do Ceará (UFC). Rev. Katál. Florianópolis v. 11 n. 1 p. 132-142 jan./jun. 2008.

GUTBERLET, Jutta. *Zoneamento da Amazônia: uma visão crítica*.

GOMES, D.C.; PINTO, G. C.R.; CAMPOS, L. S.M. *Desigualdade, pobreza e políticas sociais: discutindo a focalização das políticas sociais no Brasil*. Instituto de Economia / Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), São Paulo, 2003.

GUSTAVO, M. M. *A Legitimidade ativa na ação popular - Relendo o conceito de cidadania quarenta anos depois*. Texto publicado na coletânea: GOMES JR., Luiz Manoel; SANTOS FILHO, Ronaldo Fenelon (Coord.). *Ação Popular – Aspectos relevantes e controvertidos*. São Paulo: RCS, 2006.

HAESBERT, R. *O Mito da desterritorialização: o “fim dos territórios” a multiterritorialidade*. Rio de Janeiro, Bertand Brasil, 2004. p 14.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA EM ECONOMIA APLICADA. Disponível em: www.ipea.gov.br. Acesso dia 08.06.2011 às 14h47min.

IBGE – IPEA. Estudos & Pesquisas - Informação Econômica 8 – *As Fundações e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil 2005* – Rio de Janeiro, 2008.

_____. IPEA. Estudos & Pesquisas - Informação Econômica 8 – *As Fundações e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil 2005* – Rio de Janeiro, 2008.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Estudos & Pesquisas-Informações Geográficas número 7 – Indicadores de Desenvolvimento Sustentável* – Brasil 2010. Rio de Janeiro 2010.

Jackson Ronie Sá-Silva; Cristóvão Domingos de Almeida; Joel Felipe Guindani. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Ano I - Número I - Julho de 2009. www.rbhcs.com. ISSN: 2175-3423

JUNIOR, J.T.S., FILHO, G. C. F. *Fato associativo e economia solidária: a experiência do Banco Palmas no Ceará*.

JR SILVA, J. T. *Banco Palmas – 10 anos. Artigo Avaliação de Impacto e de Imagem* (LIEGS/UFC) Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social – Universidade Federal do Ceará. Juazeiro do Norte - CE. Fevereiro 2008, p. 58.

_____. *Banco Palmas – 10 anos. Artigo Avaliação de Impacto e de Imagem* (LIEGS/UFC) Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social – Universidade Federal do Ceará. Juazeiro do Norte - CE. Fevereiro 2008, p. 19.

KUMAR, A. *Brasil: acesso a serviços financeiros - Um estudo do Banco Mundial*. Janeiro de 2005.

LIRA, S. R. B., SILVA, M. L. M., PINTO, R.S. *Desigualdade e heterogeneidade no desenvolvimento da Amazônia no século XXI*

LAKATOS, E. M. e MARCONI, M. de A. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996. GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1999.

LHACER, P. *Acesso ao crédito pela população de baixa renda e o mecanismo de aval solidário*. 2003. 97 f. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

LOUREIRO, V. R.. *Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re) construir*. B

LECHAT, N. M. P. *AS raízes Históricas da Economia Solidária e seu aparecimento no Brasil*. Economia Solidária Volume I. 2006. p 10.

LEMONS, M. E.; FALCOSKI, L. A. N.; CASTRO C. M. P. *Implantação de Bancos Comunitários e o Desenvolvimento Social dos Territórios*. VII Congresso de Medio Ambiente- AUGM. 22 al 24 de mayo de 2012. UNLP. La Plata Argentina.

LIEGS. Laboratório Interdisciplinar de Estudo e Gestão Social. *Avaliação de Impactos e de Imagem: Banco Palmas - 10 anos* – 2008.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo, EPU, 1986.

MATTAR, F. N. *Pesquisa de marketing: edição compacta*. São Paulo: Atlas, 1996.

MAUSS, M. *Ensaio sobre a dádiva. Formas e razão de trocas nas sociedades arcaicas*. In: _____. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: EDUSP, v. II, p.37-68, 1974.

MARTINS, P.H. WINOGRAD, A. SALLES, R. C. *Programa de Desenvolvimento Institucional - Regulamentação das Microfinanças – PDI-BNDES Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social*. Julho 2002, pg. 59.

MAESTRO. *Metodologia de Governança Corporativa Integrada à Gestão em Microfinanças* - Programa de Desenvolvimento Institucional – PNMPO/PDI. BNDES, 2007.

MEDEIROS, M. *O que Faz os Ricos: o Outro Lado da Desigualdade Brasileira*. São Paulo, Hucitec / ANPOCS, 2005.

MENEZES, M.S; CROCCO, M. A. *Sistemas de moeda local: uma investigação sobre seus potenciais a partir do caso do Banco Bem em Vitória/ES*. 395 Economia e Sociedade, Campinas, v. 18, n. 2 (36), p. 371-398, ago. 2009.

Ministério do Turismo Secretaria Nacional de Políticas de Turismo Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico Coordenação Geral de Regionalização Brasília. *Conteúdo Fundamental Formação de Redes*. Brasília. 2007.

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego. *Base de dados de instituições de microfinanceiras do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)*. Disponível em: <www.mte.gov.br/pnmpo/>. Acesso em: 18 mar. 2012.

MORAIS, L. S. *Desenvolvimento local no Brasil: Economia Solidária e Microfinanças como mecanismos*. VII Congresso de Excelência em gestão de riscos para sustentabilidade. Niterói-RJ, Brasil, 12 e 13 de Agosto de 2011. Universidade Federal Fluminense – MBA LATEC.

MORAES, Z. S; ANDRADE, M. A; OLIVERIA, T. S; GONÇALVES, A. S. *O microcrédito como instrumento de desenvolvimento social e econômico*. Anais do 4º Congresso Brasileiro de Sistemas – Centro Universitário de Franca Uni-FACEF – 29 e 30 de outubro de 2008.

NASCIMENTO, L. S.; ARGOLO, V. F.; HORA, D. L.; *Economia solidária versus desenvolvimento capitalista: projetos educativos polarizados*. III Simpósio Internacional – VI Nacional em Educação. Universidade Luterana do Brasil – ULBRA, 2006.

NASCIMENTO, F. M. G. B. *Políticas Públicas de Acesso ao Crédito como Ferramenta de Combate à Pobreza e Inclusão Social: O Microcrédito no Brasil* - Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p.13 e 14, 2008.

NICHTER, S.; GOLDMARK L.; FIORI A. *Entendendo as Microfinanças no contexto Brasileiro*, - BNDES-PDI. 2002.

Organização Social Ecoando Liberdade OSEL - Banco Comunitário Liberdade – *Projeto Base do Banco Comunitário Liberdade* – Manaus 2011.

ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: *Acompanhamento Municipais dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - Relatórios Dinâmicos: Indicadores Municipais*. 2010, p1.

_____ *Sínteses Estaduais: Amazonas. 2009*, p1. www.portalodm.com.br

OLAVE, M. E. L. NETO, J. A. Redes de Cooperação produtiva: Uma estratégia de competitividade e sobrevivência para pequenas e médias empresas. Departamento de Engenharia de Produção Universidade de São Paulo. 2001. v.8, n.3, p.289-303, dez. 2001.

OLIVEIRA, C. L. *Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: Tipos, técnicas e características*. Revista Travessia Ed. 04. ISSN 1982 – 5935 (versão eletrônica). Educação, Cultura, Linguagem e Arte. Vol.2, n3 (2008). Unioeste-Universidade Estadual do Oeste do Paraná. www.unioeste.br/travessias

PALÁCIOS, M. P. *O que são microfinanças*. Disponível em: <http://www.rumosustentavel.com.br/o-que-sao-microfinancas/>. Acessado em: 15 de set. 2012

PUTNAM, R. *Comunidade e Democracia. A experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1996.

PURDUE, D.; DURRSCHMIDT, J.; JOWERS, P.; O'DOHERTY, R. *DIY Culture and extended Milieux: LETS, Veggie Boxes and Festivals*. *The Sociological Review*, p. 645-667, 1997.

PARENTE, S. *O Mercado Financeiro e a População de baixa renda* - CEPAL Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe Escritório no Brasil.. 2003.

PASSOS. A. V. D. *Conceito, características e Sustentabilidade*. Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós- Graduação em Administração da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

PAIXÃO, G. J. *A formação de Redes de Parcerias e a Economia Solidária*. Disponível em: <http://www.rumosustentavel.com.br/a-formacao-de-redes-de-parcerias-e-a-economia-solidaria/>. Acessado em: 14 set. 2012

GONZALES. L.; PIZA, C. T.; GARCIA. D. B. *Sinergia entre Microseguro e Microcrédito e o Crescimento dos Mercados no Brasil* p 10.

Projeto Bancos Comunitários na Amazônia. *Finanças Solidárias com base em Bancos Comunitários*. Coleção Desenvolvendo a Amazônia – Cartilha 03, 2011. P. 16,

PLIHON, D. *A Globalização Financeira. Dominique*. 2007, p.1.

RABELO, O.S., et al. - *O Microcrédito e os efeitos para os pequenos comerciantes informais no Município de Santo Antônio de Jesus: Um estudo de caso do CEAPE/BA*. 2009, p.7.

REDE de Bancos Comunitários. *Banco comunitário: serviços solidários em rede*. Fortaleza: Instituto Banco Palmas, 2006 a.

ROSA, A. L. T. *Microcrédito: Possibilidades e Limitações*. Texto para discussão No. 172/98 Fortaleza, 1998, p. 24.

RIBEIRO, R. G. C.; BOTELHO, M. R. A. *Oferta de Microcrédito: distanciamento do objetivo de contribuição no combate à pobreza a partir da atuação segundo a lógica do sistema bancário*. 2005

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 21 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SEMINÁRIO BNDES MICROFINANÇAS, 2000, Rio de Janeiro. *Ensaio e Experiências*. Rio de Janeiro, 2000, 10p.

RIBEIRO, R. G. C. *Características da Oferta de Microcrédito a partir de Estudo de casos de Minas Gerais: Evolução em direção à atuação segundo a lógica do Sistema Bancário*. IE UFU. - Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, 2005, p 46. Dissertação: Uberlândia, MG.

SCHREIBER, J. G. *O Papel do Microcrédito no combate à pobreza: Avaliação do impacto do Microcrédito sobre a Renda dos Microempreendedores, clientes do Banco do Empregador*. 2009. p 19. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Paraná, Santa Catarina, 2009.

SOUZA, A. L. *Economia Solidária e Desenvolvimento Territorial Rural: campos de articulação dos arranjos sócio produtivos*. Universidade Federal do Pará - XI CONLA Congresso Luso Africano de ciências Sociais – UFBA Universidade Federal da Bahia. (2011).

SERÁFICO, José; SERÁFICO, Marcelo. *A Zona Franca de Manaus e o capitalismo no Brasil*

SILVA JÚNIOR, J. T. *As experiências de Bancos Comunitários como ação de finanças solidárias para o desenvolvimento territorial*. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE O PODER LOCAL, X, 11-13 de dezembro de 2006, Salvador, Bahia. Anais..., 2006.

_____. *Bancos Comunitários e Desenvolvimento Territorial: Analisando as Singularidades destas Experiências de Microfinanças Solidárias*. VI CONFERÊNCIA REGIONAL DE INSTRUMENTOS PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. 8 al 11 noviembre de 2007, Salvador de Bahía, Brasil. Organizan: ISTR y CIAGS/ UFBA.

_____. *Gestão, fato associativo & economia solidária: a experiência da ASMOCONP/Banco Palmas*, 2004. 99 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

SANTOS, Boaventura de S. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista* / Boaventura de Sousa Santos, organizador - 2ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SUFRAMA. *Zona Franca de Manaus*. Disponível em: http://www.suframa.gov.br/zfm_incentivos.cfm

SOARES, M.M.; SOBRINHO, A.D. *Microfinanças - O Papel do Banco Central do Brasil e a Importância do Cooperativismo de Crédito*. 2ª ed. Revista e ampliada Brasília, 2008.

SILVA, R. V. M.; GÓIS, L. S. *As Diferentes Metodologias de Microcrédito no Mundo e no Brasil*: Serasa Capa Cover. 20/12/2007. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B62D40E012B6E22D14A1690/metodologias_microcredito.pdf

SINGER, P.; SOUZA, A. R. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. *Políticas públicas da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego*. Boletim Mercado de Trabalho. Brasília: IPEA, n. 39, p. 43-48, 2009.

_____. *Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. *A recente ressurreição da economia solidária no Brasil* – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2002.

_____. *O capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica*. São Paulo: Moderna, 2002.

_____. **Crise do trabalho e economia solidária**. Disponível em: <http://br.groups.yahoo.com/group/itcpararaquara/> [>arquivos >textos para download]. Acesso em 2011.

SEGUNDO, J. J. M. S. – Banco Central do Brasil – Diretoria de Normas e Organização do Sistema Financeiro – *Boletim de Responsabilidade Social e Ambiente do Sistema Financeiro*.p.1. 2008

SCHNEIDER, J.O. *Globalização Desenvolvimento local sustentável e Cooperativismo*. II Encontro de Investigadores Latino americanos de Cooperativismo Universidade do Vale do Rio dos Sinos-Unisinos, São Leopoldo 2004.

SCHREIBER, J. G. *O papel do Microcrédito no combate a pobreza: avaliação do impacto do microcrédito sobre a renda dos microempreendedores, clientes do Banco do Empreendedor*. Curitiba: UFP, 2009. (DOUTOR em Desenvolvimento Econômico), Universidade Federal do Paraná, 2009.

SCHRAVEN, J. *The economics of local exchange and trading systems: a theoretical perspective*. *International Journal of Community Currency Research*, v. 4, 2000. Disponível em: <www.geog.le.ac.uk/ijccr/>.

STAKE. R. E. Case studies. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (ed.) *Handbook of qualitative research*. London: Sage, 2000. p. 435-454.

THIMÓTEO, A. *Análise Envoltória de Dados na Avaliação de Empréstimos Financeiros Realizados pelo Banco Social*. Dissertação: Universidade Federal do Paraná - UFPA. Curitiba, 2005, p 34.

TOMBINI, A.A. **Microfinanças – O Papel do Banco Central do Brasil e a Importância do Cooperativismo de Crédito**. Disponível em: http://www.juriti.net/index.php?pagina=biblioteca_detalhes&id=9. Acessado em: 30 set. 2012

VIEIRA, A. C. M, RICCI, F. *Trabalho, Precarização e Políticas Públicas Cooperativismo popular e a promoção da emancipação social*. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. 2007. p. 4).

VERGARA, S. C. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

YUNUS, M.; JOLIS, A. *O Banqueiro dos pobres*. São Paulo: Ed. Ática. 2006.

YIN, R.K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

SITES CONSULTADOS

<http://www.portalodm.com.br>

<http://www.portalamazonia.com.br/editoria/atualidades/crescimento-desordenado-marca-trajetoria-de-manau/>

<http://www.portalamazonia.com.br/editoria/atualidades/crescimento-desordenado-marca-trajetoria-de-manau/>

<http://www.portalamazonia.com.br/editoria/atualidades/crescimento-desordenado-marca-trajetoria-de-manau/>

<http://www.censo2010.ibge.gov.br/painel/?nivel=mn&areas=13&variavel=>

<http://portalamazonia.globo.com/pscript/amazoniadeaaz/artigoAZ.php?idAz=510>

<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/>

<http://www.ibge.gov.br>

<http://www.censo2010.ibge.gov.br/painel/?nivel=mn&areas=13&variavel=>

http://www.seplan.am.gov.br/arquivos/download/noticias/arq/20110919085031pib_trimestral.pdf.

<http://portalamazonia.globo.com/pscript/amazoniadeaaz/artigoAZ.php?idAz=510>

<http://www.trabalho.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/conteudo/MapaEstados.asp>

<http://semtrad.manauas.am.gov.br/feira-de-economia-solidaria-e-empendedorismo-gerando-trabalho-e-renda/>

<http://www.forumsocialmundial.org.br/>. Fórum Social Mundial 2009.

<http://cirandas.net/v-plenaria-nacional-de-economia-solidaria/documentos-orientadores-da-v-plenaria>

http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=170&Itemid=12

http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2019&id_pagina=1

<http://semtrad.manaus.am.gov.br/prefeitura-vai-inaugurar-o-segundo-banco-comunitario-na-cidade/>

<http://portalamazonia.globo.com/pscript/amazoniadeaaz/artigoAZ.php?idAz=510>

<http://komani-komani.blogspot.com.br/2010/12/tucuma-fruta-tipica-amazonica.html>

http://www.pnud.org.br/IDH/DesenvolvimentoHumano.aspx?indiceAccordion=0&li=li_DH

ANEXO A – Roteiro De Pesquisa Respondido Pelo Instituto Capital Social Da Amazônia. Organização responsável pelo desenvolvimento do Projeto Bancos Comunitários na Amazônia e pela implementação do Banco Comunitário Liberdade em Manaus.

QUESTÕES DIRIGIDAS A ASSESORA PEDAGÓGICA DO INSTITUTO CAPITAL SOCIAL DA AMAZÔNIA.

ROTEIRO DE PESQUISA

Entrevistado: _____

Data: ____ / ____ / ____

1. A Organização Social: _____

1.1. Âmbito geral da Organização:

- a) Surgimento:
- b) Intervenção geográfica:
- c) Articulação Institucional e fontes de Financeiro:
- d) Situação normativa e legislação pertinente:
- e) Serviços oferecidos:

1.1.1 Conceitos predominantes nos valores da Instituição:

2. Objetivos da Organização:

2.1.2. Estratégia usada na concepção do projeto:

A Organização:

1. Identificação dos integrantes da Organização:

- a) Os Sistematizadores: Como se deu a parceria para a criação do BL
- b) E como foram escolhidas as localidades: tinha alguma demanda especial para as escolha da localidade.
- c) Baseadas em que critérios aquelas localidades foram escolhidas.
- d) O ICS já existia ou foi criado para desenvolver o Projeto Bancos Comunitários na Amazônia.
- e) Vamos citar os detalhes das localidades: o que elas precisavam ter para a criação do Banco?
- f) E as oficinas como eram realizadas?
- g) Então vamos identificar os membros e as instituições que iniciaram o processo quais foram as Instituições e os Membros? Como elas aderiram e Por quê?
- h) Vamos começar do começo. - Quais foram contactadas primeiro? A construção da rede começa onde?
 - i) A construção da rede começa onde? - Antes de irmos pras oficinas estaduais, vamos estabelecer parcerias primeiramente com o poder publico local. E como
- j) Pode descrever?
 - k) Como foi feito o convite ao Poder Público? Convite, carta, pedido, documentos conjunto com as Instituições?
- l) Quem e fez o convite foi o ICS?
- m) No início tu falaste de um Projeto Básico. Quem desenvolveu o Projeto? O ICS?
- n) Foi desenvolvido por quem?
- o) Quem são os membros?
- p) Gostaria sim. Não tem problema que saíam.
- q) Em seguida vocês fizeram as oficinas no Bairro? Tem um Planejamento Padrão.
- r) E a participação Popular. Como isso foi feito por vocês?

- s) E como foi feito o convite com o Poder Público? Quem fez o convite. E porque eles (Prefeitura) aderiram?)
- t) Essas parcerias se tornariam depois o Comitê Gestor?
- u) Agora vamos pra participação Popular. Como vocês mobilizaram a População?
- v) Existe esse movimento no Morro da Liberdade?
- w) Eles participaram inicialmente da Implantação do Projeto?
- x) Seria interessante visitá-los.
- y) Como foi o apoio da Ecosol?
- z) Essas foram algumas parcerias iniciais?

- x) A Ecosol é atuante no Amazonas? Ela realiza projetos em Manaus?
- z) E a participação popular? Como vocês fizeram isso? Quem ficou responsável?

Com os empreendedores e comerciantes. Como se deu essa adesão?

- Entendi. Tem alguma metodologia específica? Palestra, encontros.
- O que as lideranças usavam para mobilização?
- E com os Empreendedores e Comerciantes como foi feita a adesão? Essa é a programação do Seminário com a População?

- Interna? O que significa isso? Como foi feita? Que instrumentos utilizaram pra mobilização?
- Prazo de quanto tempo? E os comerciantes como aderiram? Existiu uma

Mecanismos de gestão:

3ª - Procedimentos metodológicos adotados para o funcionamento da experiência:

- Instrumentos técnicos utilizados (diagnóstico, indicadores, planilhas, Dados, métodos de tabulação dos dados, resultados estatísticos dos dados, gráficos, figuras, fotos, folders, etc.);

4ª Formas de participação popular; articulação entre os atores; tipos e instrumentos de avaliação previstos; aspectos pedagógicos utilizados, sistemas de aprendizagem e importância dada à capacitação; meios de divulgação da experiência (televisão, rádio, cartilhas, jornais, murais).

5ª - Recursos financeiros:

Critérios de captação e alocação de recursos (estratégia e atividades geradoras de recursos para a Organização e recursos obtidos junto a financiadores).

6ª - Recursos administrativos:

Pessoal técnico envolvido: nº de equipes, nº de pessoas por equipe em relação às atribuições previstas; prestadores de serviços (ONGs, consultorias) em relação a atribuições; base material disponível (espaço que ocupa equipamentos que são utilizados).

7ª – Estratégias utilizadas no Projeto:

- Qual estratégia é usada na concepção do projeto? (ver com o Gilvan)
- Quais são as principais dificuldades encontradas durante a implementação do projeto?

ANEXO B – Roteiro de pesquisa respondido pela organização social ecoando liberdade. Atual Proponente do BL. Associação Civil de Direito Privado, sem fins lucrativos, e duração por tempo indeterminado, com sede e foro no município de Manaus Estado do Amazonas. Responde Juridicamente pelo Banco Comunitário.

QUESTÕES DIRIGIDAS A DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO.

ROTEIRO DE PESQUISA

Entrevistado: _____

Data: ____/____/____

1. A Organização Social: _____
 - 1.1 Âmbito geral da Organização:
 - a) Surgimento:
 - b) Intervenção geográfica:
 - c) Articulação Institucional e fontes de Financeiro:
 - d) Situação normativa e legislação pertinente:
 - e) Serviços oferecidos:
 - 1.1.1 Conceitos predominantes nos valores da Instituição:
2. Objetivos da Organização:
 - 2.1.2. Estratégia usada na concepção do projeto:
3. A Organização Social:
 - 3.1 Âmbito geral da Organização:
 - a) Surgimento:
 - b) Intervenção geográfica:
 - c) Articulação Institucional e fontes de Financeiro:
 - d) Situação normativa e legislação pertinente:
 - e) Serviços oferecidos:
 - 3.2 Programas e projetos desenvolvidos:
 - 3.3 Conceitos predominantes nos valores da Instituição:
4. Objetivos da Organização com a parceria do Banco Comunitário Liberdade:
 - ✓ Os parceiros participaram e interferiram nessa decisão:
 - ✓ Estratégia usada na concepção do projeto:
 - ✓ Objetivos:
5. **A análise do caráter participativo da experiência:**
 - ✓ Quem participa:
 - ✓ Há rotação dos participantes? Como?
6. **Por que participar?**
 - 6.1 Quem leva vantagem no processo de participação (quem ganha/quem perde)?
 - 6.2 Quem são os excluídos da participação:
 - 6.3 Como integrá-los:
 - 6.4 A participação foi instaurada de cima para baixo ou foi conquistada?
 - 6.5 Qual é o grau de implicação dos movimentos sociais na instauração da participação?
 - 6.6 Trata-se de uma participação imposta, reivindicada, negociada?
 - 6.7 Em que medida os habitantes se sente « movidos » pelas estruturas de participação

- 6.8 Os participantes são pessoas próximas ou distantes (do ponto de vista social, espacial, etc.) na vida quotidiana?
- 6.9 A participação busca confrontação ou harmonização dos interesses?
- 6.10 Que relação há entre participação e interesse:
- 6.11 O interesses expressos são similares, contrários, antagônicos:
- 6.12 A participação é concebida como um espaço de expressão e regulação dos conflitos?
- 6.13 Em que cenário de poder e de relações de força se inscreve a participação?
- 6.14 Qual o seu poder de transformação social, e quais os seus limites?
- 6.15 Como se dá o processo de construção do interesse coletivo?
- 6.16 Como ultrapassar os interesses particularistas?
- 6.17 Qual é a linguagem empregada pelos diferentes participantes: todos os registros
- 6.18 Todas são analisadas, os debates, as reivindicações, os documentos institucionais organizacionais.
- 6.19 A participação se encontra fundada em um sistema (político, social, econômico) ou a participação contesta o sistema?
7. Como nasceu a parceria com o BL:
8. Participação do desenvolvimento do Projeto com o BL:
9. Quais seriam as particularidades da experiência em termos de prática participativa:
10. Atuação no Comitê Gestor:
11. Dificuldades do Projeto

ANEXO C – Roteiro de pesquisa respondido pelo banco comunitário liberdade.

QUESTÕES DIRIGIDAS AO COORDENADOR DA ORGANIZAÇÃO.

ROTEIRO DE PESQUISA

Entrevistado: _____

Data: ____ / ____ / ____

1. A Organização Social: _____

1.2. Âmbito geral da Organização:

- a) Surgimento:
- b) Intervenção geográfica:
- c) Articulação Institucional e fontes de Financeiro:
- d) Situação normativa e legislação pertinente:
- e) Serviços oferecidos:

1.1.1 Conceitos predominantes nos valores da Instituição:

2. Objetivos da Organização:

2.1.2. Estratégia usada na concepção do projeto:

3. Análise do caráter participativo da experiência:

3.1 Quem participa:

3.2 Há rotação dos participantes? Como?

4. Por que participar?

Quem leva vantagem no processo de participação (quem ganha/quem perde)?

- Quem são os excluídos da participação:
 - Como integrá-los:
 - A participação foi instaurada de cima para baixo ou foi conquistada?
 - Qual é o grau de implicação dos movimentos sociais na instauração da participação?
 - Trata-se de uma participação imposta, reivindicada, negociada?
 - Em que medida os habitantes se sente « movidos » pelas estruturas de participação?
 - Os participantes são pessoas próximas ou distantes (do ponto de vista social, espaço etc.) na vida quotidiana?
 - A participação busca confrontação ou harmonização dos interesses?
 - Que relação há entre participação e interesse
 - O interesses expressos são similares, contrários, antagônicos:
 - A participação é concebida como um espaço de expressão e regulação dos conflitos?
 - Em que cenário de poder e de relações de força se inscreve a participação?
 - O interesses expressos são similares, contrários, antagônicos:
 - A participação é concebida como um espaço de expressão e regulação dos conflitos?
 - Em que cenário de poder e de relações de força se inscreve a participação?
 - Qual o seu poder de transformação social, e quais os seus limites?
 - Como se dá o processo de construção do interesse coletivo?
 - Como ultrapassar os interesses particularistas?
 - Qual é a linguagem empregada pelos diferentes participantes: todos os registros linguísticos são utilizados?
 - A participação se encontra fundada em um sistema (político, social, econômico) o participação contesta o sistema?
5. Como nasceu a parceria com o BL:
6. Participação do desenvolvimento do Projeto com o BL:

7. Quais seriam as particularidades da experiência em termos de prática participativa:
8. Atuação no Comitê Gestor:
9. Dificuldades do Projeto:
10. Em nível de relações com o poder público: A Burocracia;
11. Em nível da gestão dos créditos: Equipamentos software;
12. Em nível de gestão do banco: Equipamentos e software lastro da moeda;
13. Em nível da comunicação e divulgação: Recursos para o marketing;
14. Em nível da relação com a comunidade: Interesse e desconhecimento da metodologia.
15. Lições Aprendidas:
 - Em nível de relações com o poder público:
 - Em nível da gestão dos créditos:
 - Em nível de gestão do banco:
 - Em nível da comunicação e divulgação:
 - Em nível da relação com a comunidade:

ANEXO D – Roteiro de pesquisa respondido pelo comitê gestor do banco comunitário.

QUESTÕES DIRIGIDAS AS ORGANIZAÇÕES QUE COMPÕEM O COMITÊ DO BANCO, NUM TOTAL DE SETE ORGANIZAÇÕES, TENDO SIDO COLETADO O DEPOIMENTO DE TRÊS ENTIDADES.

ROTEIRO DE PESQUISA

Entrevistado: _____

Data: ____ / ____ / ____

1. A Organização Social: _____
 - 1.3. Âmbito geral da Organização:
 - f) Surgimento:
 - g) Intervenção geográfica:
 - h) Articulação Institucional e fontes de Financeiro:
 - i) Situação normativa e legislação pertinente:
 - j) Serviços oferecidos:
2. A Instituição/Organização:
3. Como nasceu a parceria com o BL:
4. Participação do desenvolvimento do Projeto:
5. Atuação no Comitê Gestor:
6. Como é a dinâmica na articulação com o BL:
7. Dificuldades do Projeto
8. Por que participar?

ANEXO E – Roteiro de pesquisa respondido pelos usuários do banco.

QUESTÕES DIRIGIDAS A COMERCIANTES, EMPREENDEDORES FORMAIS E INFORMAIS DO BAIRRO. USUÁRIOS CADASTRADOS PARA OBTENÇÃO DE EMPRÉSTIMO E ADESÃO A MOEDA SOCIAL CIRCULANTE.



COMUNIDADE - Visão da Comunidade sobre as Ações do Banco Comunitário Liberdade:

Manaus; _____, _____, _____.

1. Em sua opinião, o que o Banco Comunitário Liberdade representa para o Morro Liberdade?
 Ativismo e democracia local;
 empreendedorismo;
 planejamento participativo;
 gestão democrática
 economia solidária;
 associativismo, sustentabilidade, autonomia, capital social (cooperação, solidariedade, confiança, reciprocidade...
 Negócio;
 não conheço;
 Não sabe.
2. O(A) Sr(a) consegue imaginar o Morro sem o Banco Liberdade?
 Sim, não.
Por quê? _____
 não sabe.
3. Para o(a) Sr(a), o que significa o Banco Liberdade em uma palavra?

4. O(A) Sr(a) vê algum ponto negativo na atuação do Banco Liberdade?
 Sim, não.
Qual? _____
5. Em sua opinião, em que aspecto o Banco Liberdade poderia melhorar? Como?

6. O(A) Sr(a) já tomou empréstimo no Banco Liberdade?
 Sim, não.
Por quê? _____
7. Em que mês tomou empréstimo no BL pela primeira vez?

Mês: _____

Nunca tomou

8. Com que frequência você faz empréstimo no BL?

Mensal, Bimestral, Semestral, anual, Nunca tomou.

9. Algum familiar seu já fez empréstimo no Banco Liberdade?

Sim, Quem? _____

não.

10. Em sua opinião, o Banco Liberdade tem ajudado o desenvolvimento do Morro Liberdade?

Sim, Como? _____

 não, não sabe.

11. Qual a principal vantagem da operação de crédito junto ao Banco Liberdade?

Juros baixos;

Atendimento rápido e sem burocracia;

Não exige garantias;

Sem consulta SPC, Serasa;

Créditos concedidos em valores maiores;

Não tenho informação sobre o crédito

Outro: _____

Não respondeu ;

12. Qual a principal desvantagem da operação de microcrédito do banco?

Valor do empréstimo muito baixo;

Falta de carência;

Demora para liberação;

Juros altos ;

Atendimento demorado e com muita burocracia;

Outro: _____

13. O(A) Sr(a) tomou empréstimo em outros Bancos?

não, Sim,

Quais? _____

Por quê? _____

14. Antes ou após dirigir ao BL?

Antes, após.

Por quê? _____

15. Por que após tomar empréstimo em outro banco recorreu ao Banco Liberdade?

Juros mais baixos;

Atendimento rápido;

Liberação de empréstimo mais rápido

Sem consulta a SPC, SERASA;

Créditos concedidos em valores maiores;

Valor de empréstimo bom;

- Não exige garantias ;
- Não respondeu;
- Outro: _____

16. Quanto à moeda social, qual a opinião do(a) Sr(a) sobre seu uso? O(a) Sr(a) acha que tem um papel importante na Comunidade?

- Sim, não.
- Por quê? _____
- não sabe, não conheço.

17. A Moeda Social contribui para o desenvolvimento do Morro da Liberdade?

- Sim, Como? _____
- não, não sabe.

18. O(A) Sr(a) usa ou já usou a Moeda Social?

- Sim;
- não;
- utilizei e não gostei do resultado...

19. Qual o principal motivo para a utilização da Moeda Social?

- Para receber empréstimo em Tucumã;
- Para receber parte em da remuneração Tucumã;
- Pelo desconto;
- Ajuda o comércio do Bairro;
- Outro: _____

20. Quais os serviços utilizados com caixa do correspondente bancário?

- Pagamento;
- Empréstimo;
- Depósito;
- Salário Consórcio;
- Aposentadoria.

21. Qual sua avaliação deste serviço prestado pelo Correspondente Bancário na sede do BP

- Péssimo;
- Regular;
- Bom;
- Ótimo

22. Que nota dá à atuação do Banco Liberdade?

- Nove a dez;
- Sete a oito;
- Quatro a seis;
- Não respondeu;
- Um a três;
- Zero

23. Que conceito dá à atuação do BL?

- Bom;

- Ótimo;
- Regular;
- Não sabe.

Por quê? _____

24. O Banco Liberdade tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida da Comunidade? Como melhorou?

- Aumentei minha renda;
- Consegui trabalho;
- Conheci outras pessoas;
- Trouxe outros projetos;
- Fiquei mais conhecida;
- Fiquei mais interessado nos estudos;
- Ajudou o bairro a crescer.

25. Quais as suas perspectivas com o Banco Liberdade? _____

26. A sua vida melhorou com as ações do BL? Como?
